

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E HISTÓRIA

Ó PÁTRIA AMADA, IDOLATRADA, SALVE!SALVE!
FESTAS ESCOLARES E COMEMORAÇÕES CÍVICAS NA
PARAÍBA (1937-1945)

VÂNIA CRISTINA DA SILVA

Orientador: Profº. Drº. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA-PB
Julho - 2011



Ó PÁTRIA AMADA, IDOLATRADA, SALVE!SALVE!
FESTAS ESCOLARES E COMEMORAÇÕES CÍVICAS NA
PARAÍBA (1937-1945)

VÂNIA CRISTINA DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA-PB
Julho - 2011

S586p Silva, Vânia Cristina da.
Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve! : festas escolares e comemorações
cívicas na Paraíba (1937-1945) / Vânia Cristina da Silva. - - João Pessoa: [s.n.], 2011.
139f. : il.

Orientador: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História. 2. Estado novo. 3. Instituições escolares. 4. Cultura histórica. 5.
Comemorações.

UFPB/BC

CDU: 94(043)

Ó PÁTRIA AMADA, IDOLATRADA, SALVE!SALVE!
FESTAS ESCOLARES E COMEMORAÇÕES CÍVICAS NA PARAÍBA
(1937-1945)

Vânia Cristina da Silva

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Profº. Drº. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

Profª. Drª. Claudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Profª. Drª. Mauricéia Ananias
Programa de Pós-Graduação em Educação-Universidade Federal da Paraíba
Examinador Suplente

O amôr á Pátria é o amôr das almas fortes. E' como o sol que espalha os seus raios sôbre a extensão infinita dos campos fecundando e aformoseando tudo. Êle desperta as fôrças adormecidas do espírito ao ouvir uma voz sagrada sôbre um ideal superior. Acalma as mesquinhezas da alma, porque faz resoar, em suas intimidades, um hino que nada mais representa senão o éco de um outro hino exterior, levantando-se em toda parte. Êste amôr sempre eleva o que tem a ventura de saber senti-lo: enaltece tanto a sociedade dos homens como a das gerações. Amar á Pátria é amar o ritmo-irmão-de-sangue que canta na mesma canção em distintos corações [...]. A Pátria é a grande escola dos espiritos. E' o grande lar de uma só família na sociedade de todas as famílias.

N. Sousa Pinto (A UNIÃO, 04 jul. 1938).

Ao Léo, com muito amor!

Agradecimentos

“A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem
a importância das pessoas que passaram por suas vidas” (CLARICE LISPECTOR).

Esse é um dos momentos mais importantes e gratificantes da construção dessa dissertação; aquele no qual reconheço o caminho percorrido, as pedras, labutas e lágrimas que teimaram em regar esse percurso. Hoje, reconheço a importância de todos que passaram por minha vida nesse período. Mas quero lembrar que o percurso que fiz não foi permeado apenas pelas dificuldades, mas também fui muito feliz e, em cada risada, em cada conquista, vocês também estavam lá, ao meu lado, comemorando, vibrando e fazendo minha alegria ainda maior. Chegou a hora de agradecê-los por fazerem parte da minha vida e junto comigo inscreverem nas entrelinhas dessa dissertação as suas histórias, nossas histórias.

Ao meu orientador, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, com quem aprendi o verdadeiro amor pelo ofício. Ensinaste-me a ser uma historiadora, a escarafunchar os arquivos, passar tardes e tardes inclinada sobre os velhos jornais e no final dizer que meu dia foi maravilhoso. O bom mestre é aquele que, com paciência e dedicação, é capaz de ensinar ao discípulo, sem imposições, os caminhos a serem seguidos. Considere-se esse mestre, e eu como sua discípula, só tenho a agradecer por tudo que fizestes por mim. Obrigada, Antonio!

Aos professores, Antonio Clarindo Barbosa de Souza, Claudia Engler Cury e Uyguaciara Velôso Castelo Branco. Antonio, com a perspicácia de um bom pesquisador e os olhos atentos de quem acredita no que faz, você conseguiu apresentar-me as voltas e os contornos que faltavam para que esse trabalho pudesse apresentar resultados. Não poderia deixar de lhe agradecer pelo empenho com que realizou a leitura desta dissertação. Claudia Cury, sua paixão, experiência e competência ao tratar dos passos metodológicos que são essenciais numa pesquisa histórica contagiam a todos, acredite, sua garra e determinação são fontes de inspiração para mim. Obrigada por aceitar o convite e participar dessa banca, suas contribuições foram muito valiosas. Uyguaciara, guerreira e dedicada, mas meiga e encantadora. Com você, aprendi que é possível ser uma profissional competente e ao mesmo tempo trazer a doçura e a delicadeza de uma grande mulher. Cada sugestão, cada palavra proferida em meu exame de qualificação, foram extremamente importantes para que eu conseguisse fechar esse trabalho. A você professora, digo de coração, muito obrigada!

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, nas pessoas de Raimundo Barroso e Elio Flores, pela atenção dispensada no decorrer dos anos de 2009 e 2010. À nova coordenação, nas pessoas de Carla Mary e Serioja Mariano, pela atenção e delicadeza com que nos atendem cada vez que são solicitadas. Aproveito para agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por me conceder a bolsa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em História da UFPB. Regina Célia, professora admirada por todos, tens o dom de tratar a teoria com uma propriedade singular. Obrigada por me ensinar que é possível e fundamental num trabalho acadêmico, o casamento entre o objeto de pesquisa e a discussão teórica. Rosa Godoy, és apaixonada pela história e tens a simplicidade, a experiência e a sabedoria de poucos. Sinto-me pequenina diante de seu conhecimento, por isso, procurei aproveitar ao máximo cada minuto passado ao seu lado. Obrigada por seus valiosos ensinamentos. Vilma de Lourdes, passear com você pelos agradáveis caminhos do ensino da história foi uma das minhas melhores experiências. Obrigada por me aceitar como aluna especial em sua disciplina e por me proporcionar momentos de grande aprendizado. A todas vocês, grandes mestres, meu muito obrigada.

Aos professores da graduação, em especial, Julimar Fernandes, Ruth Oliveira, Keides Batista e Rubislei Sabino, que sempre me incentivaram a ir além, a conquistar outros espaços. Com competência, compromisso e amor, vocês foram as mãos que me conduziram lá no início, em meus quatro anos de graduação. Com vocês, meus grandes mestres, aprendi a seguinte lição: “Sonhe com aquilo que você quiser. Seja o que você quer ser, porque você possui apenas uma vida e nela só se tem uma chance de fazer aquilo que se quer”¹. Obrigada por me permitirem sonhar e acreditarem em mim. A vocês, meus sinceros agradecimentos.

Àqueles que tornaram possível a efetivação deste trabalho, em especial ao Sr. Pedro, pela atenção dispensada a mim nas tardes que passava a escarafunchar os velhos jornais disponíveis no arquivo da FUNESC e Ricardo Grisi, que com cuidado e dedicação consegue manter preservadas as edições do jornal *A Imprensa*. Aos dois, meu muito obrigada.

Ao meu pai, Antonio da Silva, “porque há nas tuas mãos, meu velho pai, essa beleza que se chama simplesmente vida”². À minha mãe, Eva J. da Silva, porque “mãe não tem limite, é tempo sem hora, luz que não apaga quando sopra o vento e chuva desaba, veludo escondido, na pele enrugada, água pura, ar puro, puro pensamento”³. Meus velhos, a

¹ Clarice Lispector.

² As mãos do meu pai, Mário Quintana.

³ Para sempre, Carlos Drummond de Andrade.

simplicidade de vocês não impediu que me ensinassem que na vida é preciso lutar e correr atrás daquilo que sonhamos. Eu amo o senhor e a senhora. Obrigada simplesmente por serem meus pais!

Aos meus queridos irmãos: João, Zé, Lau, Tião, Dora, Lurdes, Duca e Zuza. Na verdade, mais que irmãos mais velhos, vocês me trataram esses anos todos como filha. Ajudaram a me criar, me deram broncas, mas, acima de tudo, me ensinaram que a vida sem estudar é muitas vezes dura demais. Com vocês, aprendi a dar valor às coisas e a buscar incessantemente os meus objetivos. Às cunhadas e cunhados: Cleuza, Nice, Simone, Luiz e Adão. Quem disse que cunhados não se dão bem? Há controvérsias, posso garantir, afinal de contas, tenho vocês como verdadeiros irmãos. Aos meus sobrinhos e sobrinhas que amo imensamente, em especial às três mais pequeninas da turma: Sabrina, Laura e Nicole, vocês são minha paixão! Laura, tão pequenina e já me deu tantas lições de vida, você é a heroína da tia! Obrigada simplesmente por existirem!

Aos queridos amigos que fiz nesses dois anos. Como diria Vinicius de Moraes, às vezes, quando os procuro, vocês não têm noção de como me são necessários, de como são indispensáveis ao meu equilíbrio vital. “Vocês fazem parte do mundo que eu, tremulamente, construí e se tornaram alicerces do meu encanto pela vida”⁴. Amanda Teixeira, Ane Luise, Azemar Soares, Isabella Virgínio, Keliene Cristina, Maria Raquel, Simone Pereira e Wescley Rodrigues, a amizade de vocês foi, de fato, a melhor coisa que me aconteceu nesse mestrado.

Aos amigos Vinicius Castro, futuro compadre, obrigada pelos livros e pelas risadas que me fizestes dar; Ao casal mais lindo que conheço, Ana Paula e Junior Caldas, sem a amizade e a companhia de vocês eu não teria conseguido, obrigada por tudo, obrigada por existirem em minha vida, amo vocês; Francisca Lira, mais nova amiga, obrigada por me ajudar tanto nos últimos meses; Keina Lopes, eterna amiga, tantas coisas dividimos juntas em Pires do Rio; Raquel Amorim, my best friend, obrigada pelo abstract; Luyse Costa, obrigada pelo convite da defesa que você fez com tanto carinho e inspiração. Mais uma vez, parafraseando Vinicius de Moraes, digo que se alguma coisa me consome e me envelhece é que a roda furiosa da vida não me permite ter sempre ao meu lado, morando comigo, vivendo comigo, todos os meus amigos. Saudades de vocês que estão longe!

Ao nosso grupo de estudos em História da Educação. Obrigada por me acolherem de forma tão calorosa junto a vocês. Rosângela, Bruna, Priscila, Evelynne, Henny, Enoque, Vânia e Luciano. Com garra e dedicação, vocês fazem a História da Educação paraibana,

⁴ Amigos, Vinicius de Moraes.

obrigada por compartilharem comigo, fontes que foram essenciais para a feitura deste trabalho. Gostaria de agradecer a todos, em especial à Rosângela, amiga de todas as horas. O que teria sido de mim sem você ao meu lado nesses últimos meses? Obrigada por tudo, de coração!

Aos professores Ângelo Emílio e Carla Mary. Obrigada por tudo que fizeram e fazem por mim. Não esquecerei jamais as caronas que tornaram possível que eu voltasse a frequentar a universidade em momentos de dificuldade e o note book tão importante para a escrita de boa parte desta dissertação. Tenho um carinho imenso por vocês!

Agradeço agora ao grande amor da minha vida. Léo, sem você, não existiria dissertação. Sem palavras para lhe agradecer, simplesmente lhe deixo os singelos versos de Fernando Pessoa: “Amo como ama o amor. Não conheço nenhuma outra razão para amar senão amar. Que queres que te diga, além de que te amo, se o que quero dizer-te é que te amo?”⁵. Obrigada, meu bem!

⁵ Fernando Pessoa.

Sumário

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
SUMÁRIO.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE IMAGENS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
1-CAMINHOS E PERCALÇOS DE UMA HISTORIADORA: em busca de fontes, objetos e objetivos.....	01
1.1 As fontes, o objeto e os objetivos deste trabalho.....	04
1.2 Algumas inferências conceituais.....	09
2-AS COMEMORAÇÕES E A INVENÇÃO DE NOVAS TRADIÇÕES.....	23
2.1 Navegando na produção historiográfica sobre as festas escolares pelo Brasil.....	24
2.2 Novas datas no calendário escolar: o aniversário de Getúlio e o dia da Juventude.....	33
2.3 O aniversário do Estado Novo e o Dia da Raça.....	50
3-AS FESTAS CÍVICAS QUE AGITAVAM AS RUAS PARAIBANAS.....	60
3.1 A Semana da Pátria.....	61
3.2 O Dia do Trabalho.....	78
3.3 O Dia da Bandeira.....	86
3.4 O Dia da Árvore.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXOS.....	121

Resumo

O presente trabalho, vinculado à linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com área de concentração em História e Cultura Histórica tem por objetivo analisar como se realizavam as festas escolares e as comemorações cívicas na Paraíba no período do Estado Novo (1937-1945). Procuramos salientar, a importância dada às festas que funcionavam como ferramentas imprescindíveis na formação e disseminação de uma educação nacional, patriótica, cívica e moralizante a serviço do estadonovismo. A partir das matérias publicadas nas páginas do jornal *A União*, *A Imprensa*, *Revista do Ensino*, bem como na bibliografia consultada, discutimos as repercussões sociais, culturais e políticas que as comemorações cívicas tiveram na sociedade paraibana, pois esse tipo de comemoração ultrapassou os muros escolares chegando à população que delas participavam. Enquanto esteve vigente, o governo ditatorial de Getúlio Vargas e os seus auxiliares e interventores foram responsáveis por algumas modificações no calendário festivo das escolas, isso significa que, além das datas já existentes que aqui selecionamos para trabalhar, como o Dia da Pátria, Dia do Trabalho, Dia da Bandeira e o Dia da Árvore, novos feriados foram inseridos, houve então o que preferimos chamar de *invenção de novas tradições*, conceito utilizado por Hobsbawm (1997) e adotado por nós como uma forma de entender melhor essas modificações ocorridas no calendário cívico e festivo, bem como na vida cultural escolar. Dentre essas novas datas inventadas demos destaque ao aniversário de Getúlio Vargas (19 de abril), aniversário de implantação do Estado Novo (10 de novembro), Dia da Juventude (19 de abril) e Dia da Raça (comemorado dentro da Semana da Pátria). Nesse cenário de mudanças e alterações, os grandes desfiles cívicos se tornaram uma constante nas ruas paraibanas, ruas estas que, em épocas de festa, contavam com uma movimentação eufórica de pessoas que se aglomeravam em busca de ver os alunos marchando em continência com os ideais da política estadonovista.

Palavras- chave: Festas, Comemorações, Instituições Escolares, Estado Novo.

Abstract

This work is linked to the research of Teaching History and Historical understanding of the Graduate Program in History from the Federal University of Paraíba - UFPB, with a major in History and Historical Culture, it aims to analyze the school parties and civic celebrations in Paraíba during the New State (1937-1945). We seek to emphasize the importance given to the parties that functioned as essential tools in training and dissemination of a national education, patriotic, civic and service of a moralizing “estatismo”. From the articles published in the pages of *A União* newspaper, *A Imprensa*, *Revista do Ensino*, as well as in our references, we discuss the social, cultural and civic celebrations that the policies have had on society in Paraíba, because this type of celebration went beyond the school’s walls involving also the local community. While in effect, the dictatorial government of Getúlio Vargas and his staff and stakeholders were responsible for some changes in the festival calendar of the schools, this means that besides the existing dates that we selected to work here, as the Day of Fatherland, Day Work, Flag Day and Arbor Day, new holidays have been added, there was then we prefer to call the invention of new traditions, a concept used by Hobsbawm (1997) and adopted by us as a way to better understand how these changes occurred in the civic calendar and festive and cultural life in school. Among these new holidays invented give prominence to the anniversary of Getúlio Vargas (April 19), anniversary of establishment of the New State (Nov. 10), Youth Day (April 19) and Race Day (celebrated in the homeland of the Week). In this scenario of changes and amendments, the big parades have become a constant in Paraíba streets, these streets that at times of celebration, had a euphoric movement of people who thronged the quest to see the students marching in salute of the ideals New State Policy.

Word keys: Parties, Celebrations, School Institutions, New State.

Lista de imagens

Imagem 1- Aspectos das competições esportivas que ocorreram nas festividades em comemoração ao aniversário do presidente no dia 19 de abril de 1941.....	39
Imagem 2- Croqui referente à Parada da Juventude, em João Pessoa, no ano de 1943.....	43
Imagem 3- Desfile do Dia da Juventude Brasileira e aniversário de Getúlio Vargas.....	45
Imagem 4- Festa do Dia da Juventude Brasileira e Aniversário de Getúlio Vargas na cidade de Areia.....	47
Imagem 5- Festa do Dia da Juventude Brasileira e Aniversário de Getúlio Vargas.....	49
Imagem 6- Desfile em comemoração ao sétimo aniversário de implantação do Estado Novo.....	56
Imagem 7- Aspecto do desfile em comemoração à Semana da Pátria.....	74
Imagem 8- Aspectos da concentração operária no ano de 1939.....	81
Imagem 9- Croqui referente à concentração trabalhista para as festividades desse dia na capital paraibana no ano de 1943.....	84
Imagem 10- Queima dos pavilhões regionais realizado na capital Federal em 1937	89
Imagem 11- Aspectos da festa em comemoração ao Dia da Árvore na Escola de Aplicação, no dia 21 de setembro 1942.....	101

Lista de quadros

Quadro 1- Aspectos das comemorações do Aniversário do Estado Novo no interior do Estado da Paraíba (1938).....52

Quadro 2- Aspectos das comemorações da Semana da Pátria no interior do Estado da Paraíba (1938 e 1945).....75

Capítulo I

Caminhos e percalços de uma historiadora: em busca de fontes, objetos e objetivos



A imagem que ilustra a abertura do capítulo I traz “Aspectos do desfile e demonstrações esportivas do dia 10, vendo-se ao alto e em baixo o interventor José Mariz ao assistir às várias fases do belo espetáculo esportivo. No clichê do alto, apanhado no pavilhão da praça da Independencia, além do chefe do Govêrno, vê-se o tenente coronel Oscar Apocalipse, chefe da 15.º Circunscrição Militar, Comandante Alfrêdo Salomé, capitão dos Portos, coronel José Arnaldo, comadante da Polícia Militar e sr. José de Carvalho, prefeito interino da capital; no outro flagrante, tirado no campo do Paraíba Clube, vê-se s. excia. entre aquelas altas autoridades e mais o prof. J. Batista de Melo, secretário interino da Intervetoria: acad. Manuel Figueirêdo, oficial de gabinete de s. excia.: dr. Pedro Ulisses e sr. Darci Ramos, chefe do Serviço Estadual de Classificação de Algodão” (A UNIÃO, 12 nov. 1938).

As festas escolares cada mês, os hymnos e canções patrióticas, o culto da bandeira e o majestoso desfile dos alumnos infundem o entusiasmo nas almas, geram as convicções profundas e dão as victorias que tornam as nações poderosas, prosperas e respeitadas. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.114).

Estudar as festas significa adentrar em ambientes carregados de simbolismos que visavam (e visam!) difundir valores e condutas que, de certa forma, reforçam ideários nacionalistas. Os momentos cívicos trazem em si a intenção de educar o imaginário⁶ popular e, através de seus conteúdos, atingem o sentimento da sociedade que normalmente se faz presente. Aliás, a presença da população é considerada condição imprescindível para o sucesso das festas.

Selecionar e delimitar um tema requer maturidade intelectual, pois é essencial que haja uma boa justificativa para essa escolha. A opção por trabalhar com as festas escolares na Paraíba surgiu ao percebermos que este tema tem sido objeto de estudo de diferentes autores, desse modo, podemos considerar ampla a historiografia brasileira que trata da temática em questão. Contudo, notamos existir uma lacuna no que diz respeito aos trabalhos que contemplem o Estado da Paraíba, principalmente no que concerne ao período do Estado Novo, isto é, como um dos aspectos que fazem parte das práticas escolares e culturais. No cerne desse contexto, surgiram as motivações e inquietações que provocaram a proposta desta pesquisa. Nossa delimitação temporal, entre os anos de 1937 a 1945, justifica-se pelo fato de se tratar de um momento em que o Brasil viveu um regime de exceção, no qual o Estado passou a exercer maior controle sobre as atividades escolares, entre elas o aumento significativo de datas festivas. O Estado Novo é um período que gera muita curiosidade, “e visitá-lo é conhecer parte das razões de nossa grandeza econômica, de nossas fraquezas políticas e de nossas profundas desigualdades sociais e regionais” (D’ARAUJO, 2000, p.64).

Quando fizemos nossa escolha, assim como muitos pesquisadores, não sabíamos aonde chegaríamos, ou mesmo se chegaríamos a algum lugar. Várias perguntas perpassaram nossa mente, entre elas uma que nos inquietava muito: conseguiríamos alcançar os objetivos propostos para a elaboração desse trabalho? Nos momentos iniciais, foram vários os questionamentos que fizemos, pois apesar das tardes que passávamos a escarafunchar os velhos jornais empoeirados, “como se fosse uma espécie de *Indiana Jones* dos arquivos”

⁶ A respeito do conceito de imaginário, podemos compreendê-lo como: “um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem para si, dando sentido ao mundo”. (PESAVENTO, 2003. p.43).

(BACELLAR, 2008, p.23), não poderíamos ter certeza se conseguiríamos ou não responder a todas as nossas inquietações e propostas de pesquisa, mas no trabalho inicial com as fontes, não temos certeza de nada, apenas possibilidades que podem ou não darem futuros resultados. Essa incerteza nos deixou por diversas vezes inquietos e por um longo tempo perdemos nossa referência do que era ter uma boa noite de sono. Nessas situações, é comum acordarmos e levantarmos atônitos da cama e correr para anotar uma ideia que surge madrugada afora, apesar de estarmos deitados, o pensamento de quem passa por essa etapa, fica sempre na construção do trabalho.

É comum também, pensarmos muito na escrita da dissertação e, imbuídos por esses pensamentos, muitas vezes chegamos à conclusão que escrever é uma prática complexa e que exige muita reflexão. Passamos então a juntar letras, palavras e, por fim, escolher a expressão que melhor se encaixa e “nessa aventura da palavra somos convocados a *lectio*, a leitura, a abrir um livro” e a partir dessa leitura garimpar e recolher o que já foi dito. O ato da escrita, como bem nos lembra Alves (2008, p.19), é fruto do que, de algum modo, já se encontra elaborado e tratado num momento anterior, isto é, costumamos dizer: “Está tudo na cabeça, só falta colocar no papel. Só. Como se fosse só. Colocar no papel é também se colocar. Desnudar seus pensamentos. Permitir que o outro entre em você, em suas idiossincrasias, em seu ser”.

Ao entrar no mestrado, nossa proposta foi pesquisar as “*Festividades Cívicas nas Instituições Escolares Paraibanas (1937-1945)*”, e, a partir daí, compreender essas festas como parte significativa da constituição de uma cultura educacional. Tínhamos em vista trabalhar apenas com as festas cívicas, mas, ao caminhar pelas disciplinas oferecidas pela pós e ao longo das orientações, ocorreram algumas mudanças e alterações, fazendo com que nosso projeto sofresse alguns desdobramentos. Uma nova proposta surgiu, a qual, por sinal, nos agradou muito, ou seja, nos foi dada a sugestão de trabalhar as festividades escolares e não somente as festas cívicas, o que, de certa forma, tornava o trabalho mais amplo. Naquele momento, não tínhamos certeza se responderíamos ou não àquelas novas indagações. Mas a proposta seguiu, e a exemplo de *Sherlock Holmes*⁷ ou mesmo de *Sônia*⁸, remexemos os

⁷ Trata-se de um personagem de ficção da literatura britânica. Ele é um investigador do final do século XIX e início do século XX. Tornou-se tão influente que ganhou várias versões literárias e cinematográficas sobre suas investigações. Ele tinha sempre a mesma garra na busca por respostas aos mistérios que lhe eram designados a desvendar.

⁸ Personagem do filme “*Uma cidade sem passado*”, produzido em 1990 com direção de Michael Verhoeven. O filme conta a história de Sônia Rosenberger, uma jovem estudante alemã que estimulada por histórias que ouvia na infância, decide contar de que forma a cidade de Pfilzing e a Igreja se mantiveram íntegras durante o período do III Reich. Logo no início de sua pesquisa, Sônia se depara com várias dificuldades, pois ela começa visitando

arquivos incessantemente, pois a vida do historiador que entra por essa seara é cansativa, mas gratificante, acima de tudo. Aliás, é preciso dizer que os momentos passados no arquivo eram agradabilíssimos e, como diria Bacellar, os personagens parecem “ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir, sem continuar a leitura até o dia seguinte” (2008, p.24).

O primeiro passo foi realizar um levantamento da documentação, tendo claro que os documentos não testemunham fatos, mas versões sobre os fatos, plenas de intencionalidades que precisam ser tratadas pelos pesquisadores, que também estão envolvidos com seu objeto e que, diante de diferentes versões, não são neutros ou imparciais. Assim, espera-se do historiador “certa qualidade de subjetividade, não qualquer subjetividade, mas uma subjetividade que seja precisamente apropriada à objetividade que convém à história” (SCHAFF, 1987, p.24). Entende-se, a partir disso, que, tanto a objetividade como a subjetividade, fazem parte do *métier* relacionado ao fazer história. Toda história é seletiva e a subjetividade é inseparável de todo conhecimento, porque resulta sempre da interação entre sujeito e objeto, e sem um destes não haveria conhecimento possível. Portanto, o historiador constrói seu trabalho imerso pela subjetividade, porém, construindo a objetividade.

1.1- As fontes, o objeto e os objetivos deste trabalho

Existem diversas formas para se estudar os ritos festivos. Para este trabalho, encontramos em jornais e revistas da época uma forma de compreender esse tipo de evento. Nos apoiamos principalmente no jornal *A União*⁹ publicado nos anos de 1937 a 1945. Esses documentos se encontram no Arquivo Histórico da Paraíba da Fundação Espaço Cultural

as instituições de pesquisa e ouvindo as versões das pessoas mais próximas sobre os fatos ocorridos naquela cidade durante o III Reich. Ela se dedica muito, porém as informações obtidas são escassas e não dão subsídios para o desenvolvimento do projeto. Apesar de todas as dificuldades e dos diversos problemas enfrentados, ela, que é um exemplo de pesquisadora, não desiste de dar encaminhamento à sua pesquisa. O resultado de seu empenho nos mostra todos os caminhos e percalços que um pesquisador enfrenta na tessitura de um trabalho e, melhor ainda, que não devemos desistir de uma pesquisa, mesmo que as dificuldades insistam em nos derrotar.

⁹ Órgão vinculado ao Estado, fundado em 02 de fevereiro de 1893, criado durante o governo de Álvaro Lopes Machado e considerado o terceiro jornal mais antigo do Brasil. Esse periódico se tornou oficial e acabou assumindo a função de porta-voz dos fatos políticos e administrativos, mas “apesar de pertencer ao governo, representando, portanto, a facção oficial, constituíra-se em jornal para todos” (A UNIÃO, 1993, s.p.). *A União*, além de veículo de informação, funcionou mais como um formador de opinião e deve ser considerado como testemunha ocular da história paraibana, pois guarda em suas páginas os mais diversos momentos da vida desse Estado. Funcionou em sua edição inicial na Rua da Cadeia, atual Visconde de Pelotas. Surgiu da fusão de dois partidos políticos, unidos com a vitória do movimento republicano. Como seu fundador era republicano, *A União* ficou sendo jornal oficial.

(FUNESC). Todavia, consultamos também alguns números da *Revista do Ensino*¹⁰, que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, e o jornal *A Imprensa*¹¹, este último, órgão vinculado à Igreja Católica.

A partir de uma análise árdua e minuciosa das folhas amarelas e empoeiradas destes periódicos, foi possível compreender os desdobramentos que tiveram os grandes eventos festivos durante o período estadonovista aqui na Paraíba. As longas matérias encontradas nos levaram a elaborar nosso trabalho e responder às nossas indagações. Nos dois jornais selecionados, encontramos além das matérias noticiadas, uma quantidade significativa de fotografias, a partir das quais foi possível ter uma noção da pompa que tomava conta desses eventos festivos.

Essas fotografias foram de suma importância para a feitura do nosso trabalho, pois com as mudanças advindas com a *Escola dos Annales*, as fontes escritas passaram a

¹⁰ Criada pelo Decreto N ° 287, em 08 de junho de 1932, por iniciativa da Diretoria do Ensino Primário do Estado, na gestão do interventor Gratuliano da Costa Brito. Assim que fora criada, ficou a cargo do diretor do ensino José Baptista de Mello e tinha publicação trimestral. No decreto, foi publicado, inclusive, o valor do crédito que foi liberado para custear as despesas desse periódico, 600\$000. Assim nos mostra a matéria publicada na própria revista: “A cargo da Secção de Publicações do Departamento de Educação, damos a publicidade o presente número de Revista do Ensino, órgão destinado a orientar os professores do Estado em tudo que se refere aos diversos problemas educacionais da Paraíba. Como publicação tipicamente educativa Revista do Ensino tem uma ampla finalidade. Nela deverão ser tratados todos os assuntos de ordem técnica. Acolhe em suas paginas franca colaboração do professorado, desde que esta colaboração se enquadre dentro das suas diretrizes programáticas. [...] Não escrevemos apenas para doutos sinão para uma classe em preparação. [...] Nada de verbalismo complicado, de nomenclatura difícil. [...] Aos srs. Inspectores técnicos principalmente, fazemos um apêlo para que nos enviem constantemente trabalhos de observação e sugestões condizentes com os fatos observados. Questões de estatística, recenseamento, estudos climatericos, sanidade das zonas escolares, condições topograficas, instituições escolares, intercambio, imprensa escolar, etc... são assuntos do maior interesse para divulgação. Com a colaboração assídua e dedicada do nosso professorado estamos convictos teremos doravante uma revista de caráter eminentemente prático e plenamente enquadrada nos princípios técnicos que a norteiam” (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.3/4).

¹¹ Foi fundado no dia 27 de maio de 1897 pelo primeiro bispo e arcebispo da Arquidiocese da Paraíba (1894-1935), Dom Adaucto Aurélio de Miranda Henriques. “O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos- era um meio de comunicação com a sociedade. Surgiu em um período de grande transformação na estrutura social brasileira” (VELOSO, 2003, p.05). Foi fechado em 1903 por falta de recursos, reapareceu em 1912 e novamente no dia 1 de junho de 1942 teve suas portas cerradas, por motivos políticos, pois em sua edição de 29 de maio desse mesmo ano, em sua seção dedicada à Educação, entre outras notícias, fora publicada também uma nota sobre o fechamento da Escola Doméstica da Paraíba e do Colégio Leão XIII de Catolé do Rocha. Essas notas desagradaram, o então interventor Ruy Carneiro, que descontente ordenou o fechamento imediato do mesmo, atitude que segundo o Padre Carlos Coêlho, diretor de *A Imprensa*, foi impensada e injusta, pois “não entendeu assim, porém, o governo do Sr. Interventor Federal, e insinuado não sei por que espírito maldoso, entendeu ver naquelas simples notícias de fatos, um comentário tendencioso à sua administração”. Enfim, essa história do fechamento do jornal não terminou por aí, após dois dias do fechamento, o interventor mandou reabri-lo, mas o mesmo funcionou por mais dois dias e só voltou a circular em 1946, trabalhando com pequenos intervalos até o ano de 1968. Achamos importante colocar o leitor a par desses acontecimentos, já que para a feitura de nosso trabalho, tínhamos em mente a utilização desse periódico entre os anos de 1937 a 1945, porém, com a surpresa do fechamento desse jornal, tornou-se impossível levar nossa pesquisa até o ano previsto, então, no que se refere a esse periódico, trabalhamos até o ano de 1942. No Anexo II dispomos a carta referente ao fechamento do jornal e no anexo III, disponibilizamos para os nossos leitores o artigo completo escrito também pelo padre Carlos Coêlho, Diretor de *A Imprensa*.

“compartilhar espaço com outras expressões de registros documentais, pois tudo que fornece alguma informação sobre o passado pode ser interpretado como fonte histórica” (SANTOS, 2009, p. 18).

A respeito do uso da fotografia enquanto fonte para um trabalho, Bencostta (2006) enfatiza que, para Roland Barthes (1984), diferentemente da pintura, a fotografia “remete não somente a um objeto possivelmente real, mas também a um objeto necessariamente real, que, contudo, apesar de sua condição de invariável, não pode ter sua existência contestada” (p.314). E mais:

A fotografia seria uma emanção do referente e testemunha de um “aconteceu assim”. Não seria, portanto, a expressão fotográfica um mero reflexo ou reprodução fiel da realidade, mas uma mediação (vermittlung) no sentido adotado por Hegel, ao discutir a idéia de dialética, inserida em um contexto de experiência que dialoga com a memória. Ao pensarmos na ontologia da imagem fotográfica, podemos afirmar que essa fonte sempre possuirá um estatuto de evidência; mesmo que, teoricamente, existam concepções miméticas tradicionalistas que aceitem a fotografia como uma simples impressão (impressio) ou espelho (speculum) da realidade, ela é muito mais uma construção imaginária erigida histórica e socialmente, que não deixa de ser metaforizada e idealizada (BENCOSTTA, 2006, p.315).

A fotografia é, por assim dizer, uma “fonte perigosa para a realização de uma investigação, por passar a falsa ideia de ser um registro fiel da realidade”, ela não consiste em poder “congelar ingenuamente um episódio qualquer. Ela é a resultante de uma seleção. Assim, paradoxalmente, ao mesmo tempo que a fotografia exhibe, expõe; ela também esconde, mascara, camufla, exclui” (SANTOS, 2009, p.18).

No trabalho com a fonte impressa, é importante notar que cada periódico tem sua maneira de compreender e passar adiante as informações. Em função dessas peculiaridades, o trabalho com periódicos, assim como outras fontes, exige dedicação e, enquanto fonte de pesquisa, jamais deve ser visto como algo inquestionável. É importante notar “os atos de poder que o fabricaram, pois ele pertence a um grupo com determinada visão de mundo ou objetivos implícitos, bem como a importância do questionamento do conteúdo publicado” (RIBEIRO, 2009, p.09). Não podemos adotar essa fonte como uma verdade única, pois como diriam os franceses “*le papier souffre tout*”, ou seja, o papel aguenta qualquer coisa, nele, tudo pode ser escrito. Diante disso, sabemos que os periódicos como os jornais, não são transmissores imparciais e neutros dos acontecimentos, ainda mais, em se tratando de um veículo de informação como *A União*, um órgão do governo.

Se o papel, como salientou Karnal e Tatsch (2009), corre esse risco de sofrer calado a qualquer discussão e jamais se rebelar contra a pena do autor, contra os dedos do digitador ou contra a tinta rápida da impressora, é imprescindível que estejamos atentos ao trabalhar com esse tipo de fonte, que é de fundamental importância, mas não deve ser tomada como verdade única na construção do conhecimento histórico. Posto isso, sabemos que a produção e divulgação das matérias publicadas nos jornais *A União* e *A Imprensa*, e que foram selecionadas por nós como fontes imprescindíveis na feitura deste trabalho, trazem em si uma carga de intencionalidades, sejam elas políticas ou religiosas. O fato é que durante sua produção e impressão, elas estavam à mercê dos órgãos responsáveis pelo seu funcionamento.

Sabemos que existem vários acervos de periódicos espalhados pelo país, mas nem sempre os exemplares estão organizados à nossa espera. Os historiadores, que se debruçam sobre as folhas amareladas dos jornais e decidem utilizá-las como fonte, devem ter em mente que poderão enfrentar situações muito distantes das que esperava, ou seja, com exemplares em péssimo estado de conservação, ou mesmo a dificuldade de obtenção de longas séries completas, o que muitas vezes exige uma longa e árdua peregrinação em busca destes exemplares (LUCA, 2008).

Após as leituras realizadas, e sabendo de todos os desafios em se trabalhar com a fonte impressa, resolvemos seguir os conselhos da referida autora e nos aventurar por essa seara. Tivemos dificuldades? Claro que sim, como por exemplo, abrir o jornal na página mais esperada e encontrar várias e várias páginas arrancadas, ou seja, o trabalho é árduo, traz surpresas *desagradáveis* sim, mas é demasiadamente gratificante.

Além dos jornais, os periódicos educacionais também são importantes como fontes em pesquisas de cunho educacional. Segundo Cândido (2007), esses periódicos são capazes de identificar a multiplicidade do campo educativo e, através deles, é possível perceber as vozes, os projetos, os anseios e as realidades dos diversos atores que atuam no sistema educacional.

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta, que exprime desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação, mas também para a criação de uma outra cultura pedagógica (NÓVOA, 1997 *apud* CÂNDIDO, 2007, p.49).

Optamos por trabalhar também com a *Revista do Ensino*, porém, mais uma vez nos deparamos com o inesperado e, em meio ao nosso recorte, só conseguimos três exemplares da revista referentes aos anos de 1937, 1938 e 1942, além de um documento publicado pelo Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade do Estado da Parahyba, O Boletim de Educação do ano de 1937, no qual se encontram palestras sobre educação que eram lidas ao microfone da Rádio Tabajara da Paraíba. Como já salientado anteriormente, os periódicos foram imprescindíveis na construção deste trabalho, pois todas as comemorações escolares eram publicadas nos jornais com grande ênfase. Estes anunciavam as cerimônias festivas com dias de antecedência e repetiam diariamente a notícia até o dia do evento. Na maioria das vezes, a programação completa a ser realizada nas festividades era publicada nos mínimos detalhes, citando até os nomes dos alunos que iriam declamar poesias, recitais e ler as homenagens do dia.

Após os festejos, as notícias continuavam sendo publicadas reiteradas vezes por vários e vários dias. O noticiário que antes dava indícios de como seriam as festas, passava então a descrever o sucesso das comemorações e os detalhes de tudo que ocorrera, reproduzindo, principalmente, os discursos proferidos pelos dirigentes locais e até mesmo os discursos do presidente Getúlio Vargas que eram proferidos na capital brasileira: “A participação da imprensa na divulgação da programação e no registro dos desfiles pode ser entendida como um profundo envolvimento na construção de mitos de nacionalidade”, ou seja, “os meios de comunicação estavam atentos ao fato de que as festividades cívicas eram importantes para fomentar sentimentos nacionalistas.” (UNGLAUB, 2009, p.112).

Mas se existia essa preocupação por parte do governo em despertar o amor e o respeito à Pátria através de eventos cívicos, teria ele inserido novas datas no calendário escolar após a instauração do novo Estado brasileiro? Em meio a tantas comemorações, quais delas tinham maior evidência? Quem organizava esse tipo de evento? Quem participava das festas, além dos alunos? Partindo desses questionamentos, o objetivo geral deste estudo, portanto, é compreender as festas escolares realizadas na Paraíba enquanto forma de fortalecimento do sentimento de amor à Pátria durante o Estado Novo. A partir disso, elencamos alguns objetivos específicos propostos para a elaboração desta dissertação:

- Apresentar as modificações realizadas pelo governo de Getúlio Vargas no que se refere às datas a serem comemoradas, destacando a criação e a invenção de novos feriados a serem festejados no decorrer do ano letivo, como por exemplo: o Dia da Juventude, o Aniversário de Getúlio Vargas e o Aniversário de implantação do Estado Novo;

- Discutir acerca das festas cívicas realizadas para comemorar a Semana da Pátria, o Dia do Trabalho, o Dia da Bandeira, bem como as festas destinadas a homenagear a natureza (festa da árvore);
- Analisar as repercussões sociais, culturais e políticas que estes festejos e comemorações tiveram na sociedade paraibana, no sentido de contribuir para a consolidação de um regime político autoritário, ditatorial e centralizador – o Estado Novo.

1.2 – Algumas inferências conceituais

A festa sempre esteve presente na história da humanidade e, no decorrer da História, foi vista de diversas maneiras. Nas sociedades primitivas, por exemplo, estas eram “momentos dedicados exclusivamente à manifestação da felicidade coletiva por algum acontecimento humano (nascimentos, casamentos, mortes, aniversários) ou da natureza (plantação, colheitas, mudanças das estações climáticas)”, ou seja, expressavam algum ritual, passagem do tempo, homenagens aos deuses, dentre outras funções (CÂNDIDO, 2007, p.13).

Sabendo que a festa perpassa diversas culturas e temporalidades, nos perguntamos: Como é tratado esse conceito entre os inúmeros pesquisadores que já se debruçaram sobre o assunto? Qual o verdadeiro sentido da festa para estes estudiosos?

Encontramos uma vasta quantidade de trabalhos que discutem o tema. Em 1912, Durkheim (1996) apresentou amplas considerações a respeito das relações existentes entre o ritual e as festas em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, trabalho que se tornou uma importante referência para quem tem interesse por esse tema. Nessa obra clássica, o autor discute a importância do elemento recreativo e estético na religião, ele mostra a inter-relação entre a cerimônia religiosa e a ideia de festa. Destaca, ainda, que as principais características de todo tipo de festa são: “a superação das distâncias entre os indivíduos, a produção de um estado de ‘efervescência coletiva’ e a transgressão das normas coletivas” (AMARAL, 1998, p. 25). Nesses momentos de euforia festiva, o indivíduo desaparece no grupo e passa a ser dominado pelo coletivo.

Segundo Durkheim (1996), o rito é vital, é uma maneira que a sociedade encontra para respirar. Isso não significa que essa coletividade se reúne apenas pelo prazer de estarem juntas, mas em meio às festas, na maioria das vezes, existe um jogo de interesses que podem ser políticos, econômicos, enfim, “o rito é indispensável para recriar, renovar ou refazer a identidade, a personalidade do grupo e da sociedade” (BERGAMASCO, 2009, p.07). As

festas são momentos em que os indivíduos se libertam e são capazes de respirar e deixarem a imaginação mais à vontade, não deixa de ser uma rápida fuga da monotonia cotidiana.

É por isso que a idéia mesma de uma cerimônia religiosa de certa importância desperta naturalmente a idéia de festa. Inversamente, toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços da cerimônia religiosa, pois sempre tem por efeito aproximar os indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes até de delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias. Por isso, observam-se em ambos os casos as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, busca de estimulantes que elevem o nível vital, etc. (DURKHEIM, 1996, p.417-418).

Conforme nos alerta Durkheim (1996), as festas e as religiões fortificam o espírito que se encontra, na maioria das vezes, fatigado devido ao dia-a-dia e ao desgaste do trabalho cotidiano. É ali, naquele momento, que “os indivíduos têm acesso a uma vida menos tensa, mais livre, a um mundo onde sua imaginação está mais a vontade” (AMARAL, 1998, p.26/27). Durkheim (1996) aponta, ainda, que os limites que separam os rituais das recreações coletivas são flutuantes, pois uma das características importantes das religiões é seu elemento recreativo e estético. As comemorações, tanto quanto as cerimônias religiosas, são essenciais para manter vivos os “laços sociais”, pois esses estão sempre correndo risco de se desfazerem. Através dos ritos festivos, “o grupo reanima periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade; ao mesmo tempo, os indivíduos são revigorados em sua natureza de seres sociais” (DURKHEIM, 1996, p.409). Através dos sentimentos produzidos durante a festa, os homens podem entrar em “contato direto com a fonte de ‘energia’ social e dela absorver o necessário para se manterem sem revolta e muita contrariedade até a próxima festa” (AMARAL, 1998, p.28).

Vários autores defendem a noção de festa como propiciadora da ordem ou negação dela, contudo, apenas Duvignaud (1983) “radicaliza a teoria da festa, vendo nela não uma tentativa de regeneração ou um modo de reafirmação da ordem social vigente, mas a ruptura, a anarquia total e o poder subversivo, negador, da festa” (AMARAL, 1998, p.31). Duvignaud (1983) parece seguir um curso diferente da maioria dos estudiosos sobre as festas e destaca que estas ocupam um lugar central no curso da vida social perpassando todas as culturas. Para ele, a festa não passa de uma subversão criadora do caos, um ato subversivo que desconfigura a ordem social.

Diremos que a festa, [...] permite às pessoas e coletividades sobrepujarem a ‘normalidade’ e chegarem ao estado onde tudo se torna possível porque o indivíduo, então, não se inscreve apenas em sua essência humana, porém, em uma natureza, que ele completa pela sua experiência, formulada ou não. A festa importa em distúrbios provindos de fora do sistema, uma descoberta de apelos atuantes sobre o homem por vias externas ao poder das instituições que o conservam dentro de um conjunto estruturado. A transgressão, por ser estranha às normas e regras e, não explicitando a intenção de violá-las, é, por isso, mais forte. O poder do ‘Ego’ se faz conhecer com o seu próprio teor de indiferença. (DUVIGNAUD, 1983, p.222-223).

A festa é, então, uma forma da sociedade sair da vida normal e através dela evidenciar a “capacidade que têm todos os grupos humanos de liberarem-se de si mesmos e de enfrentarem uma diferença radical no encontro com o universo sem leis nem forma, que é a natureza na sua inocente simplicidade” (DUVIGNAUD, 1983, p.212). Pode-se dizer que para Duvignaud (1983), a festa não deixa de ser uma forma de rebeldia e desordem, com finalidade zero, onde os excessos se tornam a regra principal.

Ao estudar os rituais nacionais em seu livro *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro, DaMatta (1997, p.46), enfatiza que ao se realizar uma festa ou um ritual nacional

[...] toda a sociedade deve estar orientada para o evento centralizador daquela ocasião, com a coletividade “parando” ou mudando radicalmente suas atividades. Um sinal típico dessa centralização e conseqüente sincronia de atividades é que os rituais nacionais implicam sempre um abandono ou “esquecimento” do trabalho, seus dias sendo feriados nacionais.

Para o pesquisador, no Brasil, como em outras sociedades, “há uma classificação dos eventos sociais segundo a sua ocorrência” (DAMATTA, 1997, p.47), ou seja, existem aqueles eventos que fazem parte da rotina diária que costumamos chamar de dia-a-dia ou meramente vida, como ressalta o autor, e os eventos que estão fora desse cotidiano rotineiro, isto é, as festas.

Ao trabalhar com o Carnaval e o Dia da Pátria, DaMatta (1997) nos lembra que essas datas constituem os dois rituais de maior duração no Brasil, sendo somente comparáveis à Semana Santa, que retrata a Paixão e a Ressurreição de Cristo. Assim sendo, “Essas três semanas festivas sugerem um ‘triângulo ritual brasileiro’ muito significativo, sobretudo nas suas implicações políticas” (DAMATTA, 1997, p.51). Nesse triângulo sugerido pelo autor temos as festas devotadas ao Estado Nacional, as que são controladas pela Igreja e as carnavalescas, consagradas à vertente mais desorganizada da sociedade: a massa.

O autor utiliza uma expressão de Lévi-Strauss (1970) e caracteriza o Dia da Pátria como um *rito histórico*, isso porque, segundo ele, é impossível compreendermos a independência do Brasil sem falar do período colonial e republicano, ou seja, a temporalidade do Dia da Pátria é marcada pelo sentido do progresso e da evolução, como ciclo de nascimento, crescimento e amadurecimento da Nação brasileira. Ele enfatiza que o Dia da Pátria acentua o rompimento com o período colonial e o início de uma “maioridade política”. “É, pois, um *rito histórico de passagem*, já que sua *performance* visa não só a recriar um momento glorioso do passado, mas muito especialmente a marcar a passagem entre o mundo colonial e o mundo da liberdade” (DAMATTA, 1997, p. 54).

Após destacar alguns trabalhos e discussões sobre o conceito de festa, vale mencionar a forma como Ozouf (1976) o enfrenta em seu texto *A festa: sob a Revolução Francesa*, publicado na coletânea *História: novos objetos* (1976), no qual a autora indaga:

Que espetáculo, atualmente, julgamos perfeito se não consegue tornar-se uma festa? Que futurologia não nos promete as festas? A festa invadiu o vocabulário do ensaio político, da crítica teatral, do comentário literário. [...] A história, por um lado, desde há muito tempo tem se preocupado conscientemente mais com os trabalhos e os esforços dos homens do que com os seus divertimentos ou, como se queira, com as suas diversões. Se as festas tornam-se doravante, com pleno direito, objeto da história, deve-se isso à dupla instigação do folclore e da etnologia. Por freqüentar um e outro campo, o historiador aprendeu a levar em consideração a armadura que a ritualização dá à existência humana, mesmo que seja uma ritualização anônima, desprovida de regulamentação explícita ou de coesão coerente. Acrescente-se que, com a psicanálise, a história aprendeu, ao mesmo tempo, o interesse que pode ter a colheita do aparentemente insignificante (OZOUF, 1976, p.216-217).

Os estudos de Ozouf (1976) são pioneiros e se referem às festas em comemoração à Revolução Francesa. Segundo a autora, foi a partir do momento em que o historiador da *Nova História* passou a freqüentar outros campos, como o folclore e a etnologia, que foi possível uma mudança e um despertar dos estudos sobre a festa, pois esse pesquisador aprendeu a encarar a ritualização festiva como objeto de estudo. E mais, para Ozouf (1976), foi com a psicanálise que a história aprendeu que poderia ser significativa, aquilo que parecia tão imperceptível. Ela busca ainda, apresentar uma parte do cenário das produções científicas sobre a festa e, a partir de suas colocações, aponta os equívocos desses pesquisadores, já que, segundo a autora, ao estudar essas comemorações, corremos dois perigos:

Primeira tentação: fazer da repetição que a festa, com efeito, contém uma repetição consciente de si própria, em que o passado celebrado seria

reconhecido por aquilo que é mantido à distância e analisado [...]. Entretanto, é necessário precisar ainda que a história da festa será a história de um fenômeno em grande parte cego para a história. A outra tentação, de sentido inverso, encerra também um perigo: o de tomar como tal o ensaio de futuro que, associado à repetição do passado, a festa aconteceria. (OZOUF, 1976, p.217).

Podemos notar que para a autora, a antecipação do futuro presente na festa pertence mais ao imaginário, à projeção de um desejo comum ou coletivo do que a verdadeira antecipação da realidade. Não é possível pedir a determinadas festas certa consciência do que ela prepara, pois “o tempo que ela anuncia não é o tempo da História” (OZOUF, 1976, p.218). No entanto, as festas da Revolução Francesa, desejaram buscar um novo tempo histórico, garantir, “a esperança ou a ilusão de uma sociedade não repressiva, em que seria abolida toda a ruptura entre a vida cotidiana e as festas, além de ensinar a Revolução a todos àqueles que não a conheceram diretamente” (CÂNDIDO, 2007, p.29). Quando se refere às festas revolucionárias, Ozouf (1976) destaca que: “A história das festas está, portanto, na dependência estreita do acontecimento revolucionário. A circunstância decide a festa, a improvisação a completa” (p.220).

Analizando os debates existentes acerca das “funções ‘oficiais’ da festa e os diferentes ‘usos’ que os indivíduos delas fazem” (CÂNDIDO, 2007, p.30), devemos destacar o trabalho de Del Priore (2000) no livro *Festas e utopias no Brasil colonial*. Metodologicamente, a autora se utiliza de relatos de viajantes estrangeiros, documentação eclesiástica, registros de cronistas e também documentos das Câmaras que ficavam responsáveis por controlar e financiar as festas. Teoricamente, Del Priore (2000) se fundamentou principalmente na obra de Bakhtin (1999) *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*.

De acordo com Del Priore (2000), no período por ela estudado, a festa era uma forma de demonstrar quem tinha o poder nas mãos, esse que era dividido entre a Igreja e o Estado. A principal função da festa, naquele contexto, foi afirmar a perenidade das instituições de poder que no período colonial brasileiro, buscaram normatizar as festas e através delas a população brasileira. “A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma igualmente laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças” (DEL PRIORE, 2000, p.10).

E continua:

A despeito de o pretexto da festa ser sempre institucional (ela estava ligada às comemorações do Estado ou da Igreja), a necessidade de usar o espaço público, a praça, a rua ou a igreja para tornar presente o poder da metrópole era uma regra. Por isso, essa função inicial acaba por dar lugar a outra. A festa, uma vez começada, transformava-se em exutório para suportar as árduas condições de vida das classes subalternas na Colônia. Ela transformava-se numa pausa nas inquietações cotidianas, num derivativo provisório, numa pontual détente. A violência do antigo sistema colonial atingindo indiretamente os escravos ou brancos empobrecidos, a violência mesma da escravidão, a violência das relações humanas numa colônia de exploração e aquela, interétnica, das relações sociais terminam por encontrar na festa um canal de escape (DEL PRIORE, 2000, p.90).

Após a leitura de vários autores, percebemos que a maioria deles percebem as festas como uma parada no cotidiano rotineiro, uma inversão dos afazeres, na busca por uma fuga do dia-a-dia. Tanto Ozouf (1976) quanto Del Priore (2000) compreendem o ato festivo como algo supracotidiano, como um teatro em que é possível encenar tudo aquilo que não é plausível de ser feito na rotina diária, melhor dizendo, uma válvula de escape, uma forma de revolta ritualizada. Del Priore (2000) enfatiza, ainda, que as instituições tentavam dar uma única função à festa, contudo, a sociedade se apropriava dela de forma peculiar. “A festa, seus espaços e suas atividades vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento possibilitando uma inversão na sua utilização” (DEL PRIORE, 2000, p.105).

Após destacar a visão de Del Priore (2000), nos pautaremos no enfoque dado por Amaral (1998) ao conceito de festa. Fundamentada em diversos autores que analisam o tema, ela defende que a festa não é apenas um fenômeno social, mas uma linguagem, uma forma de comunicação, aliás: uma das expressões mais completas e ‘perfeitas’ das utopias humanas de liberdade, igualdade e fraternidade (AMARAL, 1998, p.50-51). Ela trabalha com algumas festas tipicamente brasileiras, como a Oktoberfest de Blumenau, a de Nossa Senhora da Achiropita de São Paulo, a do Peão de Boiadeiro de Barretos, o Maior São João do Mundo de Caruaru, o Boi-Bumbá de Parintins, as festas do Divino Espírito Santo no Centro Oeste brasileiro e o Círio de Nazaré em Belém do Pará. Amaral (1998) discorda de uma gama de autores, que veem o divertimento (pressuposto da festa) como uma forma de fugir da monotonia cotidiana do trabalho, sendo o ato de festejar algo sem nenhuma utilidade que não seja o mero divertimento.

A visão da pesquisadora diverge dessas colocações, pois ela percebe nas festas certa importância, já que as tradições, sejam elas cívicas ou religiosas, não se manifestam apenas em vocábulos, mas também em gestos e ações coletivas. A autora destaca que, “divertimento é coisa séria, e pode ser entendido até mesmo como a segunda finalidade do

trabalho, vindo logo após a necessidade de sobrevivência” (AMARAL, 1998, p.50-51). Para ela, a vida séria é necessária à humanidade, uma vez que, sem esse ritmo controlado, a vida em sociedade se tornaria impossível. A partir destas colocações, a autora discorda de alguns pesquisadores, pois é aí que a festa deixa de ser inútil e passa a ter uma função, uma vez que, ao fim de cada cerimônia, de cada festa, a sociedade volta à vida normal, porém, com mais coragem e disposição.

A festa (como ritual) reabasteceria a sociedade de ‘energia’, de disposição para continuar. Ou pela resignação, ao perceber que o caos se instauraria sem as regras sociais, ou pela esperança de que um dia, finalmente, o mundo será livre (como a festa pretende ser durante seu tempo de duração) das amarras que as regras sociais impõem aos indivíduos (AMARAL, 1998, p.28).

Além de discordar de alguns pesquisadores que consideram o divertimento como algo sem importância, Amaral (1998) aponta dois enfoques negativos acerca dos escritos sobre as festas. O primeiro deles trata-se da forma como muitos autores direcionaram seus estudos, pois, embora se encontre uma vasta quantidade de trabalhos sobre festividades, os pesquisadores, em sua maioria, deixaram passar em branco as razões para que os eventos festivos ocorressem. Um segundo aspecto negativo trata-se da carência de reflexões teóricas sobre as festas, ficando os estudos mais na superficialidade que num aprimoramento sobre o tema.

Percebemos então, que nem todos os autores, anteriormente elencados, pensam de uma mesma forma. Após nos debruçarmos sobre as diversas obras, foi possível perceber algumas vertentes que se diferem no que diz respeito ao conceito. Os pesquisadores, em sua maioria, pensam as festas como uma inversão do social, algo supra-cotidiano. DaMatta (1997), por exemplo, compreende as festas como eventos programados e organizados que se situam fora do nosso dia-a-dia repetitivo e constituem, segundo ele, o que pode ser chamado de “extraordinário construído pela e para a sociedade” (DAMATTA, 1997, p.47).

Mas temos também pesquisadores que pensam a festa como uma atividade subversiva, uma transgressão das normas já estabelecidas. E, por fim, temos o conceito defendido por Amaral (1998), que vê na festa algo importante para a sociedade, sendo o divertimento algo sério e essencial.

De certa forma, não é possível ignorar o lado necessário do ato festivo. É claro que, partindo do nosso ponto de vista, durante o Estado Novo, como destacaremos mais adiante, houve certo exagero por parte do governo de Getúlio Vargas ao incrementar e tornar

amplo o calendário festivo das escolas, afinal de contas, esse governo também via a festa como algo necessário para a sociedade, contudo, não como uma parada no cotidiano para descanso, assim como defende Amaral (1998), mas com outros propósitos que nos ficarão claros no decorrer deste trabalho.

Durante o ano letivo, o alunado passava a maior parte do tempo a ensaiar, pois o número de festas era amplo e exigia dedicação de alunos e professores para que tudo pudesse sair conforme as exigências do Departamento de Educação que, dias antes das festas, enviava os comunicados para que as escolas dessem início aos preparativos das festividades que viriam a se realizar e que deveriam ser desempenhadas com grande garbo, arrebatando os corações de toda a sociedade presente.

Apesar dessa observação em relação à amplitude do calendário festivo, devemos destacar que, naquele período, as festas certamente eram esperadas com tamanha ansiedade, uma vez que eram naqueles momentos de grande comoção social que a sociedade se encontrava. De certo modo, aquele era o momento da escola ver a sociedade e também deixar-se ver por ela. Diante disso, concordamos com Amaral (1998, p.279) quando diz que “a sociedade brasileira não quer só comida, quer comida, diversão e arte”, ou seja, o povo quer festa, não importa o seu significado, pois:

O termo festa é polissêmico, genérico e generalizante. A festa pode possuir um sentido para determinada pessoa, para o grupo e outro, totalmente diferente, para um terceiro. Torna-se, assim, difícil e complexo definir seu campo enunciativo, pois ele é bastante amplo. A festa não vai ser a mesma nem para os sujeitos que dela participam nem para quem deseja estudá-la [...]. Ela não possui sentido único, se é que precisa ter algum sentido. “A festa ‘são’ muitas”!!! (ALVES, 2008, p.28).

Parafraseando Alves (2008), a festa é uma presença marcante na vida dos sujeitos e das comunidades, inclusive na nossa, pois sem dúvida alguma, fazemos parte do contingente de pessoas que amam as festas e, esse desejo de festejar, de divertir, comemorar e tornar a vida mais prazerosa estará sempre incutido em nós, seja com propósitos religiosos, políticos ou até mesmo como rituais de passagem, seja na sociedade primitiva ou na atual, festejar é sempre bom.

Até o presente momento, nos preocupamos em compreender melhor o conceito de festa, contudo, observando mais atentamente os estudos realizados sobre essa questão, encontramos não apenas a utilização desse termo, mas também a expressão comemoração, principalmente, quando está se referindo aos eventos ocorridos no período estadonovista. Nesse sentido, nos indagamos: existe alguma diferença entre esses dois conceitos? Sem ter

respondido essa questão, outras vieram e nos inquietaram bastante, são estas: Afinal, o que significa comemorar? Que propósitos levam os homens a esse ritual? Por que comemora-se?

O fato de passarmos nossos dias a celebrar datas que consideramos importantes, nos leva a crer que as comemorações estão ligadas ao ato da rememoração. Aprendemos que, no decorrer das nossas vidas, somos capazes de lembrar, rememorar, comemorar e, é claro, esquecer. Temos o costume de festejar as datas de nascimento, isto é, os aniversários. Estes, assim como outros, se configuram em acontecimentos que não desejamos esquecer e, de certa forma, “a comemoração pretende exorcizar o esquecimento” (OLIVEIRA, 1989, p.173). O ato festivo surge então como uma forma de mantermos vivos, episódios que desejamos “arquivar” em nossa memória.

Nesse processo de “exorcização” do esquecimento, estamos, na maioria das vezes, acompanhados de indivíduos que, de certa forma, também buscam rememorar o passado. Nestas circunstâncias, “comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal” (SILVA, 2002, p.432).

Nas festas escolares do Estado Novo, rememorar, por sua vez, significava exaltar o sentimento de nostalgia de momentos políticos já ocorridos. Naqueles momentos de euforia, as festas se pretendiam grandiosas e a população, em meio às girândolas que se estrondavam sem parar e ratificadas pelas belas poesias que os jovens estudantes recitavam, de certa forma, era levada, ao exercício da rememoração. A sociedade deveria prestar as solenes homenagens aos “grandes homens”, aos “grandes feitos”, a intenção era que aquela História nacional, por eles projetada, fosse adotada por todos. É válido lembrar que muitas vezes esse processo ocorria acriticamente, ou seja, os indivíduos eram levados a adotar essa marca como sendo sua própria identidade. Nesse sentido, segundo Moraes (2007, p.29), “as identidades nacionais não nascem prontas, elas são algo a ser inventado e não descoberto, não é algo natural.” Nessa mesma linha de raciocínio, Bauman (2005, p. 26) salienta que:

A idéia de “identidade”, e particularmente de “identidade nacional”, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um “fato da vida” auto-evidente. Essa idéia foi *forçada* a entrar na *Lebenswelt* de homens e mulheres modernos – e chegou como uma *ficção*. Ela se solidificou num “fato”, num “dado”, precisamente porque tinha sido uma *ficção*, e graças à brecha dolorosamente sentida entre aquilo que essa idéia sugeriria, insinuava ou impelia, e ao *status quo ante* (o estado de coisas que precede a intervenção humana, portanto inocente em relação a esta). A idéia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é”

e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia – recriar a realidade à semelhança da idéia.

Contudo, Bencostta (2006, p. 304) destaca que:

[...] ao afirmar que os desfiles escolares produziram uma identidade, não quero levar o leitor a entender que eles construíram, necessariamente, um senso comum. Esses rituais foram celebrações resultantes de momentos históricos específicos e, assim sendo, exprimiam contextos permeados por restrições, contestações e contradições, não podendo ser, portanto, um espaço limitado que inibisse a construção de identidades, molduradas dentro do ambiente cultural escolar, mas um campo que permitiu o trânsito de valores e símbolos.

Assim é que a identidade se fundamenta na memória e na interpretação do passado, quase sempre em função do presente e do futuro. O Estado fez da escola um “lugar de memória” e especialmente de memória nacional. Nessa perspectiva, o Estado Novo buscou dominar a memória coletiva, o que compreendemos como uma forma de adestramento cultural, inventando novas tradições ou simplesmente reforçando as já existentes a partir de rituais comemorativos e, não raras vezes, de manifestações festivas. Assim sendo, a “festa escolar cívica perpetuava uma recordação, separava o que tinha importância e o que não era relevante para a história/memória dos alunos e para a fundação de sua identidade social” (BENCOSTA, p.310). Nesse sentido, referenda-se o que Martins (2007, p.18) afirma:

[...] tal qual a memória, a identidade é uma construção social também sujeita a redefinições no tempo. Ambas podem ser negociadas e estão expostas a rearrumações, questionamentos e disputas. No Brasil a memória nacional e a identidade uniformizadora tiveram seus artífices na construção de uma história oficial que preponderou até a primeira metade do século XX, sem qualquer brecha para as disputas de memória ou para a afirmação da diversidade.

Corroborando com as discussões em torno da relação memória – comemoração, o pesquisador Ribeiro (2009, p.56), destaca que a comemoração é um processo ativo e dirigido da memória coletiva, “partindo do presente, configurando-se como um poder de integração de sentidos, que é social, de uma reconstrução de uma identidade do evento, que deve ser digna de memória”. Dessa maneira, esse processo de reconstrução é seletivo e parte do presente, assim, “o esquecimento, também como processo ativo, é constitutivo da comemoração e do seu poder de integração social de sentidos e de reconstrução da identidade do evento” (RIBEIRO, 2009, p.56).

Para Schwarcz (2001), a festa é uma pausa para (co) memorar e gravar na memória coletiva fatos e datas importantes. Ao estudar esses eventos culturais nos períodos colonial e imperial, Schwarcz (2001, p.15) afirma que “as festas deveriam ser grandiosas e memoráveis, no sentido de fazer guardar na memória tempos diferentes e ritos desiguais em seu passado”. Não fosse isso, “não entenderíamos esse *ethos* da festa, as festas barrocas, as festas do Império e outras tantas festas que interrompem o dia-a-dia para imprimir, com seu porte majestoso, certa oficialidade”. Nesse sentido, nos alerta Bencostta (2006, p.313):

Os desfiles patrióticos dos grupos escolares são vistos como uma forma de imprimir sentimentos cívicos, principalmente pelo fato de as autoridades de ensino responsáveis pela sua organização compreenderem essas celebrações como co-participantes da organização de sentido de comunidade escolar frente à vida social. Portanto, o relembrar dessas comemorações foi repetidamente proclamado como um dos pontos altos dessas manifestações que eram programadas dentro do calendário escolar, nas datas em que as afetividades políticas eram postas em cena, não deixando de se manifestar o estreitamento de laços de comunhão e de solidariedade cívica entre os alunos, professores, funcionários e familiares.

Se valendo de ideias e conceitos que foram transformados em imagens e símbolos incorporados ao imaginário e transmitidos pelos modos de expressão de uma cultura cívica, as festividades escolares tinham como referência básica a comemoração, “elemento de ordem emocional de bastante efeito na atração dos escolares” (BENCOSTTA, 2006, p.08). Assim sendo, notamos uma mescla entre política e cultura, juntamente com ideias, imagens e símbolos, nos dando uma impressão de homogeneidade, uma conformidade de pensamentos e interesses que visavam inculcar noções de consciência patriótica tanto na comunidade como nos futuros cidadãos. E mesmo que os escolares “não conseguissem adentrar nas significações dos símbolos invocados, bastava que se deixassem imbuir pelo momento da celebração que eles exercitariam – de certa forma, um espírito público, uma comunhão cívica” (BENCOSTTA, 2006, p.08).

Como nos aponta Le Goff (1994), a memória é um instrumento e um objeto de poder, nesse caso, comemorar se torna essencial aos líderes de uma Nação ou Estado¹².

¹² Segundo D’Araujo (2000, p.13), “um Estado – Nação forte era o caminho vislumbrado como a saída para o século XX. Isto pode ser resumidamente traduzido como autoritarismo político e ideologia nacionalista extremada. Dentro dessa ótica, o governo regularia as atividades do cidadão, promoveria o desenvolvimento (seguindo metas fixadas por assessores técnicos) e fomentaria o espírito de nacionalidade. O nacionalismo construiria a nação. A distinção entre Estado e Nação – governo e comunidade –, e ao mesmo tempo a necessidade de fundi-los, através de um líder ou de um partido único, foi uma marca desses regimes. O Estado Novo no Brasil foi a expressão clara desses pressupostos, através das várias comemorações cívicas que inventou e cultivou e também através do culto à personalidade do ‘chefe’, Getúlio Vargas. Aqui, na ausência de um

Comemorar através das festas públicas significou uma estratégia para evitar o esquecimento, ou seja, a comemoração das datas nacionais tornou-se uma estratégia contra o esquecimento. Referindo-se a uma colocação de Pollak (1989), Souza (2009, p.298), salienta que “a memória é um elemento importante para a manutenção interna dos grupos, à medida que oferece um quadro de referências comuns. Além de constituir elemento essencial da identidade coletiva”.

Festa. Comemoração. Apresentamos os dois conceitos, será possível responder agora à questão lançada anteriormente: existe uma diferença entre os conceitos? Acreditamos que exista sim. A festa aparece para nós como algo mais amplo; ao contrário, a comemoração parece mexer mais com a emoção do indivíduo, por isso era tão importante inculcar na mente da sociedade o verdadeiro sentido da comemoração, não era apenas festejar uma data cívica, mas, acima de tudo, comemorar, celebrar, enfim, tornar solene os momentos que marcaram e fizeram a história do nosso país, ou seja, era necessário festejar para comemorar e através dessa comemoração relembrar fatos que jamais deveriam cair no esquecimento. Talvez por isso, nos documentos analisados, encontramos, em sua maioria, ao invés de festa, a expressão composta: festas comemorativas.

Agora perguntamos ao leitor: de que vale estudar as festas, as comemorações e deixar de fora os homens e mulheres que se divertem nelas? É importante sim, estudar o conceito de festa, analisar os porquês e os interesses de cada uma delas, mas não podemos nos esquecer que quem realmente faz a festa são as pessoas que delas participam, afinal, não há festa sem gente. Nesse caso, nada mais justo que dedicar um livro ao estudo do papel desempenhado pelos populares nesses eventos que mexem com a vida de todos.

Pensando nisso, Cunha (2002) procurou organizar uma coletânea de artigos escritos por pesquisadores que não buscam o sentido das festas, mas o sentido que a comunidade dá a elas, as análises produzidas e publicadas nessa obra “perseguem os sujeitos que, inocentes em relação a este nosso olhar curioso e perscrutador, tratavam de aproveitar os folguedos de seu tempo” (CUNHA, 2002, p.12). Segundo a organizadora, são estas as festas que o leitor encontrará nesse livro e será através destas mesmas festas que poderemos “espiar uma rica miríade de práticas, linguagens e costumes, desvendar disputas em torno de seus limites e legitimidade” além de “captar manifestações de dor, revolta, alegria, presentes nos dias de festa como nos dias comuns” (CUNHA, 2002, p.12).

Carnavais e outras frestas: ensaios de História Social da cultura, é um livro que ampliou nossos horizontes, através da leitura de alguns artigos, fomos capazes de parar de

partido, Getúlio era o chefe político que simbolizava o poder do Estado e a nacionalidade. Era o chefe de Estado e da Nação”.

pensar apenas na importância de festejar ou não, e passamos a olhar mais detidamente para a sociedade que das festas participavam. Compreendemos que não bastava olhar apenas para o ato festivo e analisá-lo, mas em cada desfile cívico que estudamos nesta dissertação, havia grande participação de pessoas que por algum motivo lá estavam a festejar, a comemorar e até mesmo a observar de forma menos empolgada toda aquela movimentação que alterava o cotidiano de todos durante o Estado Novo.

Para conseguirmos concretizar os nossos objetivos, anteriormente destacados, estruturamos esta dissertação em três capítulos. Neste **primeiro**, procuramos esclarecer o percurso que nos conduziu até a formulação do nosso tema atual. Mostramos as delineações que nosso projeto sofreu e o caminho que seguimos para responder às nossas indagações. É importante que no trabalho final, após as longas jornadas de pesquisa, o pesquisador discorra sobre sua trajetória e apresente as voltas e os contornos que foram necessários dar para que se chegasse a um resultado final favorável. São os caminhos e percalços do ofício do historiador. Fizemos também algumas inferências sobre os conceitos de festa e comemoração discutidos por autores que pensam o tema de formas variadas.

O **segundo capítulo** tem como escopo compreender as festas escolares como instrumentos de propaganda política, que enfatizavam a busca de harmonia social e a eliminação dos conflitos. No primeiro tópico, convidamos o leitor a navegar pelos mares da produção historiográfica sobre as festas escolares no Brasil. Apurar a produção historiográfica foi “um dos pontos de partida para o entendimento dos novos objetos a serem estudados. É preciso saber até que ponto as investigações já realizadas chegam para tentar prosseguir e ir além” (SANTOS, 2009, p.49). Discutimos também a criação de novas datas, pois ao longo de nossas pesquisas, notamos que não bastaram as comemorações já existentes no decorrer do ano, era preciso mais e, esse insaciável desejo de atingir a comunidade por meio da propaganda, fez com que o governo de Vargas criasse e inventasse cerimônias e novos feriados. No segundo tópico, trabalhamos com o aniversário de Getúlio Vargas e o Dia da Juventude e, no terceiro, discutimos as comemorações referentes ao aniversário do Estado Novo e ao Dia da Raça.

Para referenciar esse capítulo, adotamos o conceito trabalhado por Hobsbawm (1997, p.22) sobre as “*Tradições Inventadas*”, que são altamente aplicáveis no caso de uma “Inovação histórica comparativamente recente, a ‘nação’, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado Nacional, os símbolos nacionais as interpretações históricas, e daí por diante”. Mas, “[...] o que os historiadores ganham com o estudo da invenção das tradições?”,

questiona-nos o próprio Hobsbawm (1997). Ele mesmo nos dá a resposta: “[...] pode-se dizer que as *tradições inventadas* são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo”. E mais, segundo o autor, “[...] o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador”. Finalmente, o estudo da invenção das tradições é “[...] interdisciplinar e um campo comum a historiadores, antropólogos sociais e vários outros estudiosos das ciências humanas, e que não pode ser adequadamente investigado sem tal colaboração” (HOBSBAWM, 1997, p.20).

Convencidos pelas colocações do referido autor, optamos por trabalhar com o conceito por ele apresentado. Apoiamos-nos também nos trabalhos de Capelato (1998) e, no trato com as fontes impressas, Luca (2008) nos auxiliou com suas reflexões.

No **terceiro capítulo**, realizamos um mapeamento dessas comemorações a partir de nossas pesquisas e identificamos, a partir das matérias noticiadas no jornal *A União*, *A Imprensa* e na *Revista do Ensino* (1937-1945), as principais comemorações cívicas levadas a efeito nesse período. Dividimos esse capítulo em quatro tópicos que tratam respectivamente: as festas da Semana da Pátria, do Dia do Trabalho, do Dia da Bandeira e Dia da Árvore, afinal, incitar sentimentos de amor e apreço à natureza era também uma forma de estimular o patriotismo nos alunos e na sociedade. Para referenciar esse capítulo, trabalhamos também com Hobsbawm (1997), como também com o conceito de *Poder Simbólico* evidenciado por Bourdieu (2010).

As festividades escolares marcaram as ruas e avenidas de muitas cidades brasileiras e, particularmente, as ruas de muitas cidades paraibanas. Nesse espírito, conduzimos esta pesquisa e reforçamos ao leitor o convite para adentrar no fascinante mundo das festas e das comemorações escolares e, assim, compreender melhor o desenrolar, os encantos e os propósitos que estas traziam em si, com a ressalva de que, ao ler as próximas páginas, é muito provável que lembranças dos tempos idos de escola afluam à sua mente e, de repente, você estará novamente em meio àquele grande e suntuoso desfile cívico que, talvez, tenha marcado sua vida nos belos e felizes tempos de infância e juventude.

Capítulo II

As comemorações e a invenção de novas tradições



Aspectos do desfile em comemoração ao dia da Juventude na capital paraibana. Fonte: *A União*, 23 abr. 1941.

2.1 – Navegando na produção historiográfica sobre as festas escolares pelo Brasil

A partir de agora vamos navegar pela produção historiográfica das festividades escolares no Brasil, podemos dizer que será um *Estado da Arte*, referente às pesquisas que se dedicaram ao estudo das festas escolares. O *Estado da Arte* contribui tanto para uma avaliação crítica do que já foi produzido, assim como para uma identificação dos avanços teóricos das pesquisas relacionadas. Nosso desafio é mapear e discutir a produção já realizada sobre os assuntos anteriormente elencados, de forma a responder em que aspectos e dimensões esses estudos vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares.

Sentimos a necessidade de navegar na produção historiográfica e com isso averiguar as variadas contribuições e as diferentes formas que o universo estadonovista e as festas escolares foram lidos, pois a historiografia deve permanecer em constante processo de avaliação, para que seja possível compreender as diferentes contribuições dos pesquisadores, como também para averiguar as lacunas ainda existentes. Avaliar o que já foi realizado é um passo pertinente na construção do conhecimento histórico (SANTOS, 2009, p.31). Mas antes dessa viagem ter início, consideramos importante captar os interlocutores da produção histórica sobre o Estado Novo, já que nossa pesquisa possui recorte temporal específico sobre esse momento. Temos como proposta, perscrutar, mesmo que parcialmente, estudos produzidos acerca desse período, a partir do qual passa a transparecer uma nova forma de relação com a sociedade brasileira, em que a intenção era a de fazer-se ouvir e com isto buscar o apoio da população.

Passamos agora a esse levantamento, lembrando que o presente estudo não esgotou o arrolamento dos trabalhos que abordam essas temáticas. Existe uma infinidade de publicações e, por este motivo, escolhemos apenas alguns textos. Esse critério de seleção foi utilizado por se observar que os estudos selecionados são trabalhos que, na maioria das vezes, estão presentes nas discussões que envolvem a temática em questão. Segundo Santos (2009, p.31), o que nos propomos a fazer agora é:

[...] uma tentativa de captar os interlocutores da produção histórica, buscar unir os elementos de um universo multifacetado, imersos em capítulos de livros, anais de eventos, estudos monográficos e artigos de periódicos locais e nacionais. Essa discussão não pretende emergir na urdidura da escrita desses estudos. Busca-se apenas concatenar os principais elementos que estiveram no foco dos pesquisadores elencados.

Diversos autores se debruçaram para estudar o Estado Novo, dentre estes devemos destacar o trabalho de Capelato (1998), intitulado *Multidões em Cena - Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Esse trabalho é de fundamental importância para a historiografia brasileira, pois seguindo as indicações de Marc Bloch, que há anos atrás sugeriu as vantagens do método comparativo na História, a autora realiza um estudo comparado do varguismo e do peronismo¹³, devendo ser tratado como uma obra de fôlego, que esboça um olhar sobre o significado da propaganda política construída e divulgada no Estado Novo brasileiro (1937-1945) e na política peronista (1945-1955). A questão central do trabalho diz respeito “[...] à compreensão do caráter autoritário da propaganda veiculada através dos meios de comunicação, educação e produção cultural com o objetivo de conquistar os corações e mentes” (CAPELATO, 1998, p. 19). Dentro dessa lógica, o livro tem um capítulo dedicado a recuperar as formas de construção da identidade nacional através da educação com significado doutrinário. A pesquisadora consegue mostrar a estreita relação entre a educação e a propaganda política e esse esclarecimento é realizado a partir da análise do Ensino Médio de História do Brasil.

A pesquisadora faz uma importante introdução em sua obra, na qual destaca de que maneira o Estado Novo se impôs como objeto específico de estudo na historiografia brasileira, o que, segundo ela, só ocorreu “a partir do momento em que os historiadores enfrentaram o desafio de estudar um período recente” (CAPELATO, 1998, p.25) e complementa que:

[...] anteriormente havia uma tácita divisão de trabalho entre historiadores e outros cientistas sociais. A historiografia colocava para si como limite temporal a década de 1930 e raramente os historiadores avançavam para além desse marco. Por esse motivo o varguismo recebeu pouca contribuição da historiografia brasileira (CAPELATO, 1998, p.26).

Malgrado inegável contribuição de sua obra no engendramento do conhecimento sobre o período em questão, Capelato (1998) aponta ainda diversas pesquisas que também se dedicaram a estudar a era Vargas, já que a partir da década de 1980 a autora ressalta que vários trabalhos foram produzidos sobre esse período. Um dos estudos citados por Capelato (1998) é *O ardil totalitário: Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Neste trabalho, Dutra

¹³ Para Capelato (1998, p.21), o varguismo e o peronismo, analisados em conjunto ou separadamente, foram considerados como as expressões mais típicas do populismo na América Latina. São fenômenos amplamente analisados por sociólogos, cientistas políticos, economistas e mereceram nos últimos anos, a atenção dos historiadores, interessados em esclarecer aspectos da história desse período não contemplados nas análises anteriores. Segundo a autora: “Os modelos e tipologias construídos para explicar o populismo na América Latina não levaram devidamente em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais”.

(1997) reexamina o período estadonovista, “reconstitui o imaginário político do período esboçado em torno de dispositivos, estratégias e conteúdos reveladores de uma disposição totalitária da sociedade brasileira que preparou o terreno para o advento do Estado Novo” (CAPELATO, 1998, p.29). Dutra (1997) conseguiu interpretar e expressar o significado das representações contidas na documentação utilizada para pesquisa e, dessa maneira, reconstituir os embates entre comunistas e anticomunistas, como também os projetos para a criação de uma nova identidade nacional.

Capelato (1998) destaca também a pesquisa de Goulart (1990), *Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*¹⁴, autora que se dedicou a estudar os mecanismos de poder do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado na década de 1930 e consolidado no Estado Novo para exercer o controle dos meios de comunicação. Goulart (1990) realizou uma minuciosa análise desse mecanismo e investigou os processos de sua organização. Capelato (1998) cita, ainda, vários pesquisadores que se dedicaram a estudar assuntos como: populismo¹⁵, propaganda política e Estado Novo, investigações que hoje são de suma importância na construção da historiografia que se dedica a compreender esses conceitos.

Para além das referências indicadas por Capelato (1998), chamamos ainda a atenção para os estudos realizados por Lenharo (1986), que publicou *Sacralização da Política*, resultado de sua tese de doutorado. O autor investigou o período estadonovista por meio de textos políticos e literários, nos quais identificou a construção de um imaginário voltado para a reafirmação do controle social. Ele estudou os processos pelos quais o Estado Novo associa o Estado a um corpo que trabalha, semelhante às liturgias cristãs do “corpo de Cristo”, traz ainda à luz novos aspectos da política trabalhista e do sistema indireto de eleições.

É relevante destacar também, a obra: *Estado Novo: Ideologia e poder*, livro composto por uma coletânea de artigos de autoria de Oliveira, Velloso e Gomes (1982)¹⁶, que contribuiu para chamar a atenção em relação à importância do tema. Os artigos aí publicados sugeriram um redimensionamento da historiografia sobre o período e estimularam a

¹⁴ Trabalho apresentado no ano de 1984 como dissertação de mestrado e que foi publicado em 1990.

¹⁵ Sobre populismo, Capelato (1998, p.27) enfatiza outros trabalhos: *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*, publicado em 1982, por Garcia; *O DIP e a juventude: Ideologia e propaganda estatal (1939/1945)*, artigo publicado por Jesus (1987), na *Revista Brasileira de História*.

¹⁶ Pesquisadoras do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e da Fundação Getúlio Vargas (CPDoc/FGV). “Cabe lembrar que essa instituição foi criada em 1973 a partir da doação de arquivos privados de políticos (Getúlio Vargas e Gustavo Capanema), contendo valiosíssima documentação sobre o período. Os Novos estudos puderam ser realizados, principalmente graças a esse material inédito colocado à disposição dos pesquisadores”. (CAPELATO, 1998, p.27).

realização de outras pesquisas. Esse trabalho desenhou o perfil doutrinário do Estado Novo e, sem a intenção de identificar as verdadeiras versões desse sistema, as autoras conseguiram rastrear cada uma das interpretações desse momento da história, de maneira a usá-las como contexto para a compreensão das demais. A ideologia do Estado Novo é apresentada pela análise de dois de seus doutrinadores: Almir de Andrade e Azevedo Amaral, ambos apresentavam vertentes distintas da construção doutrinária e desenvolveram suas reflexões a partir de motivações e experiências profissionais diferenciadas. “Almir de Andrade busca na tradição a legitimação para o regime, enquanto Azevedo Amaral apresenta a modernização como justificativa para o reforçamento de autoridade do Estado” (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p.11).

Outra obra que merece destaque é *Constelação Capanema*: intelectuais e política, organizado por Bomeny (2001). Esse livro reúne textos que versam sobre temas como: políticas educacionais, relação de intelectuais com o poder, preservação do patrimônio histórico, entre outras abordagens. A intenção dos autores foi mostrar uma visão mais ampla da política educacional e cultural daquele momento político. “Assim, sua expectativa é de que os leitores possam igualmente usufruir dos benefícios do cruzamento de abordagens de distintos ângulos” (BOMENY, 2001, p.08). Autores como Lucia Lippi Oliveira, Victor Hugo Adler Pereira, Cecília Londres, Clarice Nunes, entre outros, contribuíram para a feitura dessa obra e fazem parte desse trabalho de fôlego deixado como referência a estudos posteriores, assim como o nosso.

Após esse breve passeio pela historiografia acerca do período varguista, convidamos agora o leitor a navegar conosco pelos mares da produção historiográfica das festas escolares pelo Brasil, lembrando que nem todos os trabalhos elencados aqui foram produzidos no mesmo período que o nosso. Quando se trata das festas escolares, o caráter pedagógico pode ser evidenciado “desde a escolha das datas a figurarem nos calendários escolares, os conteúdos escolares presentes nos programas das comemorações, até as formas de agir e de se comportar na solenidade” (CÂNDIDO, 2007, p.38).

Dentre os vários autores que se debruçaram sobre esse tema, podemos citar Bittencourt (1988), que realizou alguns estudos sobre a temática, entre os quais publicou *As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas*, em que estudou as escolas paulistas no período de 1917 a 1939. O trabalho da pesquisadora teve como eixo o conhecimento histórico produzido para as escolas mediante práticas educacionais comemorativas. A autora trabalhou com o conceito de *tradições inventadas*, formulado por Hobsbawm (1997) e procurou mostrar

o relacionamento entre o fenômeno nacional e a construção das tradições para legitimar os vários nacionalismos surgidos a partir do século XIX.

A pesquisadora Souza (2009), em seu livro *Alicerces da Pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)* dedicou, em um dos seus capítulos, uma discussão sobre as festas escolares nas escolas primárias do Estado de São Paulo. Um trabalho que nos trouxe algumas inquietações e que, de certa forma, suscitou novos questionamentos, pois a partir dessa leitura foi possível constatar que nem sempre as datas festivas eram comemoradas de forma padrão nos variados Estados brasileiros.

Em meio a essa multiplicidade de estudos que vislumbram as facetas e as diferentes formas de compreender as festas, achamos importante citar a tese de doutorado de Gallego (2008), *Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)*. Consideramos importante destacar esse trabalho, que, inserido na área de História e Historiografia da Educação, buscou compreender os processos de construção do tempo das escolas primárias em São Paulo. Através de um estudo sobre o tempo escolar, que é objeto de sua pesquisa, Gallego (2008) dedicou um capítulo de seu trabalho para destacar os dias em vermelho marcados no calendário escolar, no qual ela cita algumas datas e destaca que o calendário social e das escolas primárias públicas “era constantemente marcado por esses dias especiais, que lembravam fatos, personagens e santos distantes e que estabelecem uma quantidade impressionante de motivos para comemorar” (GALLEGO, 2008, p.96).

Se estamos procurando elencar estudos que discutam as festas escolares, não podemos deixar de destacar o trabalho de Cândido (2007), pesquisa que tem nos auxiliado muito em nossos estudos. Em sua dissertação de mestrado, *Culturas da Escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)*, a autora buscou compreender as festas escolares e o seu papel no processo de constituição de um sistema público e estatal de ensino. Ela trabalha com o conceito de *cultura escolar*¹⁷ conforme a concepção engendrada por Juliá (2001) e Chervel (1990). O *corpus* documental da autora foi composto de textos e revistas pedagógicas publicadas no estado de São Paulo, bem como os relatórios de inspetores escolares publicados nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo*. Em um dos capítulos, Cândido (2007) apresentou um mapeamento das festas noticiadas nos periódicos educacionais, realizando uma análise a partir do número de vezes em que cada evento aparece noticiado.

¹⁷ O conceito de *cultura escolar* utilizado por Cândido (2007) caberia ao presente estudo, mas preferimos seguir por outros caminhos e dar outro enfoque a esta dissertação. Para um aprofundamento sobre o conceito, ver: Julia (2001); Chervel (1990); Filho (2004).

A pesquisadora afirma que, ao estudar as festas escolares, foi possível conhecer quais eram as concepções de ensino, de escola, de aluno e de profissão docente vigentes no período e disseminadas nas ocasiões festivas, assim como a contribuição das festas para a constituição de uma memória histórica nacional oficial. De acordo com nossas investigações e a partir da leitura do trabalho da referida autora, podemos considerar que as festas escolares não se resumiam apenas em momentos de confraternização e descontração, mas tinham também o papel de disseminar conteúdos, conhecimentos, normas e valores que eram legitimados pela escola e pela sociedade (CÂNDIDO, 2007).

No estado de Minas Gerais, estão concentradas várias pesquisas sobre as festividades escolares, aumentando assim a historiografia em torno dos estudos nesse campo. Fonseca (2003) contribui para a construção dessa história e tem suas pesquisas publicadas no livro *História e Ensino de História*. A autora é pesquisadora em História da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e participa de projetos sobre práticas culturais e educativas em diversos períodos. Na escrita do livro, transita no território interdisciplinar da pesquisa em História e em Educação, preocupando-se com a mediação cultural, seja na escola ou fora dela. A obra está dividida em quatro capítulos, entre os quais vai tratar do Ensino de História no Brasil, articulando a análise de livros e festas cívicas em torno do tema da Inconfidência Mineira e de seu principal herói no imaginário coletivo, Tiradentes. O Estado Novo, preocupado com a valorização do trabalho, não deixou de fazer uso da imagem desse herói como protótipo do brasileiro talentoso e laborioso. Nesse sentido, Fonseca (2003, p.81) destacou que:

[...] a pretensão da unidade também se expressava na uniformidade dos programas celebrativos realizados nas escolas, quase os mesmos em todos os lugares do Brasil e, em geral obedecendo a mesma seqüência: hasteamento da bandeira; execução do Hino à Bandeira e do Hino Nacional; palestras para estudantes e trabalhadores; apresentação de trabalhos escolares sobre Tiradentes, declamação de poesias alusivas à Inconfidência Mineira e aos principais personagens; apresentação de poemas e peças sobre temas patrióticos; leitura da biografia de Tiradentes; dramatizações da Inconfidência Mineira; competições esportivas.

Questões similares às anteriores são levantadas por diferentes historiadores, nesse caso, não podemos deixar de considerar os estudos de Vaz (2006), também pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais. Ela desenvolveu sua dissertação de mestrado nessa perspectiva e tem vários artigos publicados que analisam as práticas escolares circunscritas nas festividades cívicas da Semana da Pátria e do Dia do Trabalho, durante o período estadonovista, em Minas Gerais. As referências metodológicas do seu trabalho estão

constituídas nos conceitos de cultura escolar de Juliá (2001), cultura política e imaginário social. As fontes utilizadas são relatos orais de pessoas que estudaram no ensino primário, cotejados com jornais da época, cartilhas e manuais de leitura. Através de sua pesquisa, Vaz (2006) nos mostra que, em Minas Gerais, a “semana da Pátria era festejada com bastante projeção nos lugares públicos [...]. As matérias do jornal descrevem as comemorações em nível nacional, através das festividades nas principais capitais brasileiras” (2001, p.06). Tais comemorações não ficavam restritas à capital, visto que, além de Belo Horizonte,

[...] havia referências de outras cidades do estado, como: Itaúna, Juiz de Fora, São João Del Rei, Manhuassú, Itabira, Bom Sucesso, Ibiracy, Jácutinga, Piranga e outras [...]. Nas cidades do interior os grupos escolares, juntamente com a Prefeitura, organizavam a programação de eventos e palestras durante a semana que tinham como objetivo projetar ufanisticamente os vultos da nossa história (VAZ, 2006, p.06).

Como podemos perceber, as festas se espalharam Brasil afora e, por esse motivo, são objetos de tantos pesquisadores que se dedicaram a compreender esse tipo de evento. Cada um com as suas idiossincrasias, mas trazendo contribuições ricas e importantes para pesquisas posteriores, assim como nosso trabalho, que acreditamos ser importante para a História da Educação paraibana.

Os vários estudos engendrados pelo Brasil nos fornecem dados de que estas festas “[...] estiveram presentes nas escolas com grande força, reafirmando o papel da educação como defensora dos valores nacionais” (VAZ, 2006, s.p). Foi nesse contexto que a educação se tornou alvo privilegiado dos governos, que viam na mesma uma forma de difusão das ideias do regime. Nessa perspectiva, podemos citar também os estudos de Berger (2007), que se dedicou a pesquisar as escolas de sua região e nos mostra que, de forma idêntica aos demais Estados brasileiros, nas escolas sergipanas, as festas cívicas eram grandiosas e mobilizavam uma “considerável parcela da população aracajuana nos desfiles, recitais, bailes, [...] além das principais autoridades também participavam [...] quase todas as instituições escolares da capital sergipana” (BERGER, 2007, p.424).

É muito importante destacar também, a pesquisa de Bencostta (2006). O pesquisador tem um texto importante, intitulado: *Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)*. Neste artigo, Bencostta (2006) tratou aspectos relativos às festas cívicas nos grupos escolares de Curitiba. Sua preocupação foi perceber e tentar explicar algumas significações da cultura dos grupos escolares, expressas na organização e celebração dos desfiles que homenageavam, em diferentes momentos, a República.

O autor compreende “os desfiles patrióticos dos grupos escolares como transmissores de uma linguagem coletiva, capaz de expressar concomitantemente múltiplos planos simbólicos que os levam a ser identificados como uma grande festa” (BENCOSTTA, 2006, p.300). À luz do referencial teórico elaborado por Hobsbawm e Ranger (1997) sobre o conceito de tradição inventada e, com base nas discussões de Le Goff (1984) sobre a questão do calendário, o pesquisador conseguiu fazer uma discussão sobre as festas que tomaram corpo nas ruas da cidade de Curitiba. Neste artigo, o autor se referiu também a Baczko (1985) para trabalhar com o conceito de *imaginário*, que, nesse caso, ele prefere chamar de *imaginário patriótico* e, a partir daí, teceu importantes considerações acerca dos grupos escolares como participantes na construção de símbolos cívicos naquele período. Periódicos como *Gazeta do Povo*, entre outros, servem de base metodológica para a feitura desse trabalho que traz demasiadas contribuições na construção de nossa dissertação.

No Estado da Paraíba, as festas também se tornaram parte do dia-a-dia da população, contudo, como ressaltado anteriormente, percebemos uma lacuna na historiografia sobre as festas, no que se refere às instituições escolares paraibanas. Por outro lado, não podemos deixar de destacar a pesquisa de Aires (2006), que trabalhou com a revolução de 1930 na Paraíba. Em sua pesquisa de mestrado, intitulada *Inventando tradições, construindo memórias*: a “revolução de 30” na Paraíba, Aires (2006) dedicou um capítulo a estudar as comemorações sobre João Pessoa, dentro do qual damos destaque ao tópico em que o autor trabalhou com a escola e as festas cívicas. O mesmo tomou a institucionalização do feriado de 26 de julho, na Paraíba, como mais um lugar de memória e através dessa proposta ele discutiu as práticas das comemorações cívicas, sobretudo, as realizadas pelas escolas, ou seja, ele procurou entender “[...] as relações entre as práticas cívicas e os interesses do Estado estruturado após 1930 na Paraíba” (AIRES, 2006, p.05).

Aires (2006) se apoiou em periódicos como o jornal *A União, Correio da Manhã* e *A Liberdade*, bem como livros de Atas e de Projetos de Leis, além do uso da fonte oral. No que se refere ao aporte teórico, Aires (2006) tomou como base a Nova História e a sociologia francesa, baseado em autores como Nora (1993), Le Goff (1994), Pollak (1989) e Certeau (1988), mas dialoga também com a corrente culturalista marxista, quando trabalha com o conceito de *tradições inventadas* desenvolvido por Hobsbawm e Ranger (1997). Ele buscou aporte também na historiografia brasileira, sobretudo, em Carvalho (1990).

Malgrado inegável contribuição da pesquisa anteriormente mencionada, devemos também destacar um trabalho de fôlego que tem nos dado muitas contribuições. O historiador Ribeiro (2009), em sua dissertação de mestrado, intitulada: *Sacrifício, heroísmo e*

imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do presidente João Pessoa, defendida no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), teve como tema central a discussão de mecanismos da “produção, circulação e percepção simbólica da construção da imagem do Presidente João Pessoa e a apreensão, mesmo que parcialmente, dos interesses dos propagadores de sua deificação no cenário estadual e nacional” (RIBEIRO, 2009, p.02). Ele dedicou um dos tópicos para discutir as comemorações do centenário da morte desse presidente e, com base nas matérias publicadas nos jornais *A União*, *O Norte* e o *Diário da Borborema*, entre outros, o autor conseguiu elaborar uma discussão acerca do ato festivo enquanto forma de evitar o esquecimento. Ele propôs um estudo sobre o que ele prefere chamar de “exercício da rememoração” ou, ainda, “reconstruções memorialísticas”. Segundo o autor, o “calendário de eventos, ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, indica o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, os esquecimentos” (RIBEIRO, 2009, p.60).

Como metodologia, Ribeiro (2009) realizou, primeiramente, um levantamento da historiografia a respeito de João Pessoa, a fim de buscar pistas e indícios sobre o tema e, dessa forma, compreender as diferentes leituras já realizadas sobre o assunto. Realizou, ainda, um levantamento dos lugares de memória, como, por exemplo, mausoléu, fotografias e monumentos. Devemos destacar também, que esse estudo se ancorou no domínio da História Cultural e da Nova História Política e contou com as contribuições de autores como Burke (1995), Le Goff (2003), Balandier (1982), Girardet (1987), Mouillaud (2002), Eliade (1963) e Carvalho (1990).

As contribuições de Pinheiro (2002) sobre a educação escolar na Paraíba também merecem destaque, pois através de sérias investigações o autor preencheu muitas lacunas e contribuiu significativamente para a História da Educação paraibana. O livro *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba* (2002) é produto de sua tese de doutorado, na qual analisou o processo de expansão e consolidação da educação escolar primária pública na Paraíba, de 1849 a 1949. A pesquisa é enriquecida por discursos, falas, mensagens, relatórios e periódicos como a *Revista do Ensino* e o jornal *O Educador*.

O autor apoiou-se numa “farta e exemplar documentação de fontes primárias, com destaque para as reveladoras mensagens dos presidentes de estados, que dão um retrato da educação escolar no seu mandato com os relatórios de diretores de Instrução Pública” (PINHEIRO, 2002, p. 9-10). Em sua pesquisa, destaca que, com a instauração do Estado Novo, em 1937, “O Estado brasileiro passou por novo período de maior centralização político

administrativa, registrando-se, particularmente na esfera da educação pública, um recrudescimento das idéias nacionalistas” (PINHEIRO, 2002, p.203).

As pesquisas citadas têm contribuído conceitual e metodologicamente para o desenvolvimento da historiografia do período estadonovista e das festas no Brasil. Os pesquisadores anteriormente relacionados adotam perspectivas diversas, contudo, representam importantes contribuições ao trabalho de reflexão sobre o papel das festividades escolares na história, pois vale lembrar que, no processo de produção da escrita histórica, nós, pesquisadores, operamos construindo significações a partir das experiências de *outrem*, isto é, das práticas de *outrem*. A partir de leituras diferenciadas, cada pesquisador, em suas condições históricas particulares, ou seja, cada um com sua própria experiência vai interpretar e significar as pesquisas já produzidas e, a partir destas significações plurais, produzirá o seu trabalho.

2.2- Novas datas no calendário escolar: o aniversário de Getúlio e o dia da Juventude

Seria a escola a oficina do Novo Estado, seria necessário preparar obreiros da grande tarefa, e, assim [...] a educação cívica veio concomitantemente com a obrigação do culto patrio tornando obrigatório o entoar diário do hino nacional, hasteamento do pavilhão brasileiro e preleções sobre vultos e fatos da nossa história: comemorações das datas nacionais (A UNIÃO, 10 nov. 1938).

Se essa era a pretensão declarada e o ideal máximo almejado pelo governo de Getúlio Vargas, torna-se mais simples compreender os motivos pelos quais o período estadonovista passou a contar com um número significativo de datas comemorativas, pontilhando o calendário escolar. Além das muitas já existentes, a administração Vargas ampliou o calendário e incluiu novas cerimônias.

Neste tópico e no seguinte, vamos discutir justamente isso, ou seja, a ampliação do calendário festivo e a criação de novas datas a serem festejadas durante o Estado Novo. A seguir, elencamos as novas datas que passaram a ser comemoradas nesse período:

- 19 de Abril¹⁸ - Dedicado às comemorações em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas e ao Dia da Juventude;
- 10 de Novembro - Dedicado às festividades em comemoração ao aniversário do dia em que foi deflagrado o Estado Novo;
- 7 de Setembro - Dedicado às comemorações em homenagem ao Dia da Raça.

Para Oliveira (1982, p.173): “A alteração do calendário pode ser tomada como um exemplo extremo de que controlar o tempo se torna essencial ao poder”. Partindo desse pressuposto, somos levados a concordar com Ozouf (1976), quando diz que a circunstância decide a festa e que, quantos sejam os propósitos políticos, tantas são as festas. No Estado Novo, a escola se tornou campo fértil para semear ideias relacionadas às doutrinas que embasavam um Estado centralizador que colocava a ordem, a obediência e a moral como valores inquestionáveis, ou seja, preparar o futuro da nação a partir dos valores do regime vigente.

Ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola um instrumento de “perpetuação da memória nacional. As festas escolares, diferentemente das festas do calendário social, não contrapõem o tempo livre ao tempo do trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo de aprender” (GERKEN, 1999, p.134). De acordo com Gallego (2008, p.94), os calendários podem ser vistos como instrumentos de controle do tempo social e são “Emblemas de poder e dominação, posto que não apenas revelam, mas circunscrevem os ritmos sociais e, conseqüentemente, os modos de viver e de ser dos grupos em que têm a origem e aos quais se destinam”. Para a referida autora, esses instrumentos de controle, permitem a quem os define, a manipulação e o controle do tempo, bem como, do espaço, dos ritmos da vida individual e coletiva.

Um calendário, de acordo com Le Goff (1994), por estabelecer ritmos, períodos e duração dos processos de produção e de reprodução da vida social, consiste em um efetivo instrumento de poder material, na medida em que define limites e possibilidades sociais para sociedades, grupos e indivíduos. Além disso, o calendário constitui um sistema de significação, interpretação e localização temporal dos indivíduos e dos grupos no mundo e na história, sendo assim, é considerado um instrumento de poder simbólico [...]. A organização de calendários regula a vida de toda uma sociedade, de um povo ou nação, bem como os mais restritos, a eles unidos, como os calendários escolares (GALLEGO, 2008, p.94-95).

¹⁸ Importante ressaltar que através do Decreto Lei Nº 5.540, de 02 de Junho de 1943, o governo de Getúlio Vargas instituiu o dia 19 de abril como sendo o Dia do Índio. A partir desse decreto, o Dia do Índio passou também a ser comemorado com numerosos eventos culturais e cerimônias públicas.

Corroborando com essas discussões, Aires (2007, p.112), destaca que:

Sendo o calendário uma construção cultural, muito embora muitos povos tenham tomado a natureza como parâmetro para elaboração destas marcas do tempo, é uma forma do Homem se situar no mesmo, localizando acontecimentos, podendo julgá-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade. Como construção histórica, pois, sofre as interferências dos seres humanos e se adequa a diversos interesses. Um exemplo, dentre tantos, é o calendário revolucionário francês, dando denominações aos meses de forma a rememorar a Revolução de 1789. A institucionalização de um feriado exemplifica essa busca de controle do tempo pelo Homem, uma vez que se constitui como um momento de suspensão do cotidiano em que se demarca algum evento especial. Há, portanto, uma pausa no ritmo diário do trabalho e da dinâmica do dia-a-dia para a realização das comemorações.

A criação de datas é importante para mostrarmos que nesse período, ocorreram significativas alterações nos calendários escolares, ou seja, novas tradições foram inventadas e, a esse respeito Hobsbawm (1997, p.17) nos alerta que, o propósito principal destas novas tradições “[...] é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento”. A partir dessas inferências, adotamos como exemplo o aniversário do presidente Getúlio Vargas, celebrado com imponentes solenidades, a partir do ano de 1938, no dia 19 de abril, fato que nos leva a refletir sobre o excepcional enaltecimento que o regime fazia à figura do então presidente da República.

Averiguando alguns exemplares dos jornais pesquisados, anteriores ao ano de 1937, notamos que, foi a partir de 1938 que seu aniversário passou a ser comemorado com garbo e intensidade. Antes disso, era publicada apenas uma nota lembrando a data de seu nascimento, que, de certa forma, não deixava de ser importante. Já em 1938, as festividades que envolviam esse dia, tomaram páginas e páginas dos jornais, uma vez que, a grandiosidade dos eventos pôde ser notada no decorrer dos anos que se seguiram, até 1944. A nosso ver, a intenção dos meios de comunicação, tais como rádios, jornais e revistas, era fazer com que essa festa se tornasse mais significativa e importante para todos, por isso, tanto destaque. Contudo, em 1945, observamos menos glamour. O Estado Novo já caía por terra.

Mas antes que seu governo viesse a arruinar, Getúlio Vargas usufruiu muito do domínio que tinha em mãos e, através de suas técnicas de propaganda política, sabiamente conquistava a simpatia de escolares e demais pessoas da sociedade, colocando-se como grande administrador, caindo, assim, nas graças de grande parte da população. Além de sua facilidade em conquistar as pessoas, ele contava com o apoio de muitos dirigentes locais, que,

através da imprensa, enalteciam seu nome, seus “grandes feitos” e aproveitavam também, para convocar a população a comparecer e festejar as brilhantes festividades que ocorreriam em comemoração ao seu aniversário. Assim o fez Ruy Carneiro:

Paraibanos!

Transcorrendo a 19 do corrente o aniversário do PRESIDENTE GETULIO VARGAS, tenho a satisfação de convidar-vos a assistir á missa que, em ação de graça por esse acontecimento, será celebrada naquela data, ás 8 horas, no adro da Catedral Metropolitana, pelo Exmo. Sr. Arcebispo D. Moisés Coêlho.

O Vosso comparecimento a esse ato religioso e a outras solenidades promovidas na mesma data, em homenagem ao preclaro Chefe da Nação e ao DIA DA JUVENTUDE, terá um sentido da mais eloqüente expressão popular, como reconhecimento aos grandes serviços prestados á terra paraibana e ao País pelo benemerito estadista que nos governa.

Nesta hora decisiva para os destinos do Brasil e do mundo, em que o PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS aparece como a sentinela resoluta da independencia e da segurança da Pátria em luta contra os implacaveis opressores da humanidade civilizada e cristã, vale a vossa solidariedade como um protesto patriótico e um compromisso de fé.

Identificado com os meus conterraneos nesses sentimentos, eu me sentirei desvanecido e grato por mais essa demonstração de vosso apoio ao grande bemfeitor da Paraíba. João Pessoa, 17-4-1943.

Ruy Carneiro
(A UNIÃO, 18 abr. 1943).

Como podemos apreender da leitura do documento, o interventor Ruy Carneiro fazia questão de convidar a sociedade paraibana e mostrava claramente a satisfação que teria com o comparecimento de todos. Não era mais uma festa, era, acima de tudo, o aniversário do “querido” presidente, do “sentinela resoluta da independência”. Esse grandioso espetáculo público que era projetado apresentava-se como demonstrativo para confirmação do prestígio do presidente, pela sua capacidade de mobilização, pelo seu forte apelo emotivo e pela sua visibilidade.

Podemos perceber que, havia muito empenho por parte do presidente Getúlio Vargas e de seu governo em atingir a sociedade e, para que isso fosse possível, vários mecanismos eram utilizados, inclusive o fato de inventar novas festas, novas tradições. As *tradições inventadas* visam “[...] inculcar nos membros de um determinado grupo: ‘patriotismo’, ‘lealdade’, ‘dever’, ‘as regras do jogo’, ‘o espírito escolar’, e assim por diante” (HOBSBAWM, 1997, p. 19).

Bencostta (2006) enfatiza que, segundo Willians (1995), essa cultura cívica varguista propunha uma burocratização das cerimônias patrióticas que articulava “Modernidade, nacionalismo e ordem pública, cujo investimento em torno de sua imagem foi

responsável por inserir a data de aniversário de seu nascimento no calendário das comemorações cívicas”. Essas festas passavam então a serem utilizadas como instrumentos de convencimento, o que levava “Os alunos a trocarem os bancos das escolas pelos desfiles nas ruas das cidades do país em homenagem ao senhor Vargas” (BENCOSTTA, 2006, p.303).

A cidade se apresentava, desde cedo, com um aspecto festivo. As ruas se engalanaram de bandeiras com as cores do Pavilhão Nacional e podiam-se ver numerosas legendas exprimindo a afetuosa admiração do povo paraibano pela figura do Presidente da República (A UNIÃO, 20 abr. 1941).

Notamos que o aniversário de Getúlio Vargas mobilizava o país. Havia um esforço, por exemplo, do jornal *A União*, em reforçar a imagem de que em ocasiões solenes como estas, as cidades alteravam sua rotina e pelas ruas se viam os professores a conduzirem seus alunos, que, em trajes próprios, seguiam pelas principais avenidas, confluindo aplausos e olhares de seus familiares, das autoridades, bem como de comerciantes, vendedores ambulantes, lojistas, enfim, de toda a comunidade. As notícias enfatizavam exageradamente que os festejos seguiam repletos de exultação e que os belos foguetes voláteis contagiavam a todos que assistiam, deixando-os arrebatados ao som da banda musical que dava ritmo ao desfile. O clima festivo suspendia o cotidiano da capital paraibana e de todas as cidadelas do interior. Na cidade de Souza, por exemplo, o aniversário de Getúlio também ganhou destaque no ano de 1939:

A prefeitura e escolas dêste município manifestaram ontem, por motivo da passagem do aniversário do presidente Getúlio Vargas, a sua grande admiração á obra governamental do insigne estadista, sendo realizadas palestras ás crianças em que se ressaltou o patriotismo e inteligência do Chefe da Nação, instituindo o Estado Novo, que nos trouxe a grandeza econômica e tranqüilidade geral por que atravessa o país (A UNIÃO, 21 abr. 1939).

Diziam as matérias publicadas no jornal *A União*, que o fervor patriótico fazia daqueles momentos, algo inesquecível. Getúlio Vargas era exaltado enquanto líder e transmitia à população um “[...] espírito de decisão numa personalidade radiante de estadista, homem de lutas, leal e destemido, impavido na adversidade e sereno na victoria” (A UNIÃO, 20 abr. 1937)¹⁹.

¹⁹ O aniversário de Getúlio Vargas foi transformado em algo tão importante que, no ano de 1941, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) publicou um livro com o título “*Uma Grande Data*”, que visava despertar nos alunos, uma maior valorização desse dia tão glorioso para o presidente. Ver capa do livro – Anexo I.

Além dos desfiles, em dias de festividades, os jovens também praticavam vários esportes, entre eles um que era muito comum, a corrida. A imagem a seguir (figura 1) nos mostra a prática de algumas provas esportivas que comumente tomavam corpo nas ruas das cidades nos dias de festa. Dentre as diversas modalidades, o jornal destaca: corrida de 100 metros rasos; arremesso de discos; corrida de 1500 metros; lançamento de dardo; dentre outras. Após todas as competições, havia a entrega dos prêmios e, no ano de 1941, aos “[...] vencedores couberam os seguintes premios: 1.º lugar 500\$000, 2.º lugar, 300\$000 e 3.º lugar, 200\$000, e ás entidades representadas, um bronze para o 1.º lugar e taças para os 2.º e 3.º lugares” (A UNIÃO, 19 abr. 1941).



Figura 1- Aspectos das competições esportivas que ocorreram nas festividades em comemoração ao aniversário do presidente no dia 19 de abril de 1941. Fonte: Jornal *A União*, 19 abr. 1941.

A prática de esportes era extremamente incentivada, a educação física era vista como algo essencial aos escolares, pois “As vantagens da educação física não são unicamente tornar o corpo aformoseado e estético, desenvolvendo proporcionalmente as várias regiões musculares”, além dessa finalidade, era também, “[...] aliás em primeiro plano, o desenvolvimento do raciocínio e controle nervoso [...] ela nos proporciona também o prolongamento e conservação da mocidade”. Partindo desse pressuposto, é correto afirmar “que não é invencionice de jovens professores, é norma criada pelo Art. 131²⁰ da Constituição, isso a que alguns chamam de tapeação sem nenhum proveito para a coletividade” (A UNIÃO, 13 out. 1940).

Como podemos perceber, a juventude era uma constante preocupação do governo de Getúlio Vargas, havia uma valorização da imagem dos jovens brasileiros e eles eram

²⁰ Art 131 – “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência”. O trecho em destaque faz parte da Constituição decretada pelo governo de Getúlio Vargas quando da instituição do Estado Novo no ano de 1937. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Sessão de Obras Raras.

considerados como importantes ferramentas para o desenvolvimento da nação. Era importante o “[...] fortalecimento moral, físico e intelectual da juventude brasileira”, os jovens precisavam “Revelar-se conscientes do grande papel que [deveriam] desempenhar nos dias futuros, marchando disciplinados, garbosos e ufanos da glória de pertencer a este imenso país” (A UNIÃO, 20 abr. 1944). Diante dessa valorização acentuada em torno da figura dos jovens brasileiros, é que decidiu-se pela instituição das festas em comemoração ao Dia da Juventude, uma comemoração que elevava a imagem dos jovens brasileiros, colocando-os como importantes ferramentas para o desenvolvimento da nação.

Contudo, no decorrer do trabalho com as fontes, uma dúvida nos inquietou. Ao ler o texto de Souza (2009, p.307), pesquisa que nos auxiliou significativamente, encontramos referência às comemorações do Dia da Juventude no Estado de São Paulo, porém, sendo comemorado no dia 29 de agosto. Acompanhemos a citação:

Em 1942, na região escolar de Guaratinguetá, as festas escolares tiveram caráter popular sendo realizadas em praças públicas contando com a colaboração das prefeituras e das autoridades locais. Na semana de Caxias, realizada entre 19 e 25 de agosto, foram prestadas homenagens ao “invicto soldado”. **O Dia da Juventude (29 de agosto)** contou com “empolgantes paradas de civismo.” (Negrito nosso).

Segundo a pesquisadora, as festividades do Dia da Juventude, no ano de 1942, realizaram-se em 29 de agosto e não 19 de abril, como temos referências aqui no Estado da Paraíba. Ao perceber essa discordância, fomos em busca de documentos que pudessem responder a essa nossa indagação. Afinal, seria o Dia da Juventude, 19 de abril ou 29 de agosto?

Ao confrontar as informações, notamos que no Estado da Paraíba, até 1941, não tivemos nenhuma referência dessa data, nem mesmo no mês de agosto, como aponta Souza (2009) no Estado de São Paulo. Porém, a partir deste ano, algo nos chamou a atenção. Logo no mês de fevereiro, as páginas do jornal *A União* passaram a ser estampadas com longas matérias que davam indícios de que a partir daquele ano, a Paraíba passou a comemorar o dia da juventude, contudo, este deveria ser festejado no dia 19 de abril. A explicação é simples, nesta data o país festejava o natalício do presidente, dia perfeito para solenizar a juventude que o governo de Getúlio Vargas tanto exaltava como a “menina dos olhos da nação”. Interessante notar que, o Estado da Paraíba, foi o primeiro a decretar esta alteração.

DECRETO N° 108, de 27 de fevereiro de 1941

Institúe o Dia da Juventude Paraibana

O Interventor Federal no Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7, n.º 1, do decreto – lei n.º 1202, de 8 de abril de 1939, e considerando que no dia 19 do mês de abril transcorre o aniversário do nascimento do Presidente da República, dr. Getúlio Dornelas Vargas; considerando que o atual Chefe do Governo Nacional, executando um vasto programa de reformas e promovendo a solução de problemas vitais, despertou em nossa Pátria a consciência de sua vocação histórica [...].

Considerando que, entre aspectos culminantes dêsse plano renovador, avulta o da formação da Juventude Brasileira, que a influência protetora do regime encaminha para os grandes destinos do futuro;

DECRETA:

Art. 1.º - Fica instituído o “Dia da Juventude Paraibana”, o qual será celebrado a 19 de abril, data de nascimento do Presidente Getúlio Vargas.

Art. 2.º - Terão caráter festivo as comemorações do Dia da Juventude Paraibana, que será feriado em todo o Estado.

Art. 3.º - O programa dessas comemorações será organizado e promovido por uma Comissão Central, sob a presidência do Secretário do Interior, auxiliada por sub-comissões na Capital e nos demais municípios.

Art. 4.º - Do referido programa constará uma preleção, em cada curso ou escola, sobre a personalidade do atual Chefe da Nação e os deveres da juventude para com a Pátria.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Redenção, em João Pessoa, 27 de fevereiro de 1941. 53.º da Proclamação da República²¹.

Ruy Carneiro
J. de Borja Peregrino
Cicero V. Cruz
Miguel Falcão de Alves
 (A UNIÃO, 28 fev. 1941)

Apesar de extenso, procuramos destacar uma parte do decreto, através do qual o interventor Ruy Carneiro instituiu o Dia da Juventude Paraibana. Esse ato comoveu o país e, a partir dessa determinação, as páginas jornalísticas foram tomadas por elogios e louvores ao interventor.

O INTERVENTOR Ruy Carneiro tomou a iniciativa de sugerir aos chefes de Governo dos Estados a consagração da data de 19 de abril, aniversário natalício do presidente Getúlio Vargas, como o DIA DA JUVENTUDE BRASILEIRA.

Essa idéia encontrou entusiástico acolhimento em todo o País, recebendo s. excia. constantes mensagens de aplausos de solidariedade a êsse movimento de consagração ao grande condutor dos destinos do Brasil.

De quasi todos os interventores federais já chegaram telegramas de adesão ao alvitre. (A UNIÃO, 28 fev. 1941).

²¹ Decreto na íntegra disposto no anexo VI.

As mensagens não cessavam e até mesmo nos jornais cariocas o interventor paraibano “roubou a cena”. Elogios e mais elogios, Ruy Carneiro foi feliz ao decretar tal ato. Os aplausos partiam de todas as partes do país, inclusive da Capital Federal:

Apreciando êsse ato, o *Correio da Noite*, prestigioso vespertino carioca, assim se expressou:

“Vem da Paraíba a primeira manifestação oficial sôbre o “Dia da Juventude Brasileira” a ser celebrado na data natalícia do chefe da Nação. O ilustre interventor Ruy Carneiro foi autor do decreto que instituiu a comemoração. Da mesma terra que nos deu João Pessôa e de onde partiu, juntamente com o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o grito da Revolução, vem agora a ordem de sentido para que a mocidade se prepare a fim de homenagear o estadista que tanto fez para integra-la no lugar a que faz jús, no cenário nacional. O CORREIO DA NOITE se sente á vontade para aplaudir a iniciativa do interventor. (A UNIÃO, 5 mar. 1941).

Como podemos perceber, a Paraíba se antecipou e passou à frente das demais regiões, sendo o primeiro Estado a comemorar a juventude brasileira junto aos garbosos festejos do aniversário do presidente. É impressionante como essa data tomou espaço na imprensa no ano de 1941, ocupando a primeira página quase por inteiro, as matérias davam ênfase à grandiosidade das festas que tomariam corpo nesse dia. Com a notícia dos festejos que se aproximavam, certamente, outro não era o tema das discussões entre militares, negociantes, artistas, religiosos e moças eufóricas, que passeavam pelas lojas em busca de tecidos para a confecção dos vestidos a serem usados no dia do desfile.

Mas é impossível destacar aqui a infinidade de matérias que foram encontradas a esse respeito. Com início no princípio do mês de fevereiro, esse foi o assunto do jornal paraibano até o final do mês de abril, que enfatizavam exageradamente que as festas foram revestidas de total brilhantismo. E isso se repetiu nos anos que se seguiram. Mas não era apenas o jornal *A União* que dava destaque às solenidades desse dia, como podemos notar, em anos posteriores, na *Revista do Ensino*, essa data também fora destacada com certa importância:

N. 3 – Em 19 de abril próximo será comemorado em todo o país o “Dia da Juventude Brasileira”.

O Departamento de Educação recomenda aos senhores diretores de estabelecimentos de ensino do Estado que a partir de amanhã seja iniciado o treinamento dos alunos que deverão participar do desfile a ser realizado naquêlê dia, afim de que a parada de 19 de abril venha se revestir do máximo brilhantismo (REVISTA DO ENSINO, 1942, p.49).

As folhas de jornais e revistas foram igualmente tomadas por matérias sobre as festas que se realizariam nas ruas da capital e também das cidades do interior. Os periódicos publicados em regimes autoritários, como foi o Estado Novo, estiveram tanto na condição de difusores de propaganda política favorável ao regime ou no espaço que abrigou formas sutis de contestação, ou seja, tanto como caráter doutrinário ou como defesa apaixonada de ideias. Nesse sentido, “havia uma íntima relação entre censura e propaganda [...] ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado” (CAPELATO, 1998, p.75).

As festas escolares promovidas oficialmente seguiam um ritual preestabelecido. O protocolo era comum a todas. Tinham início com a divulgação da programação oficial publicada pela imprensa, designando o trajeto dos desfiles e nomeando as ruas pelas quais seguiriam, de forma que o público conhecesse previamente seu itinerário. Nas festividades do dia 19 de abril de 1943, por exemplo, foi publicado um croqui (figura 2) através do qual é possível observar os locais pelos quais o desfile passaria:

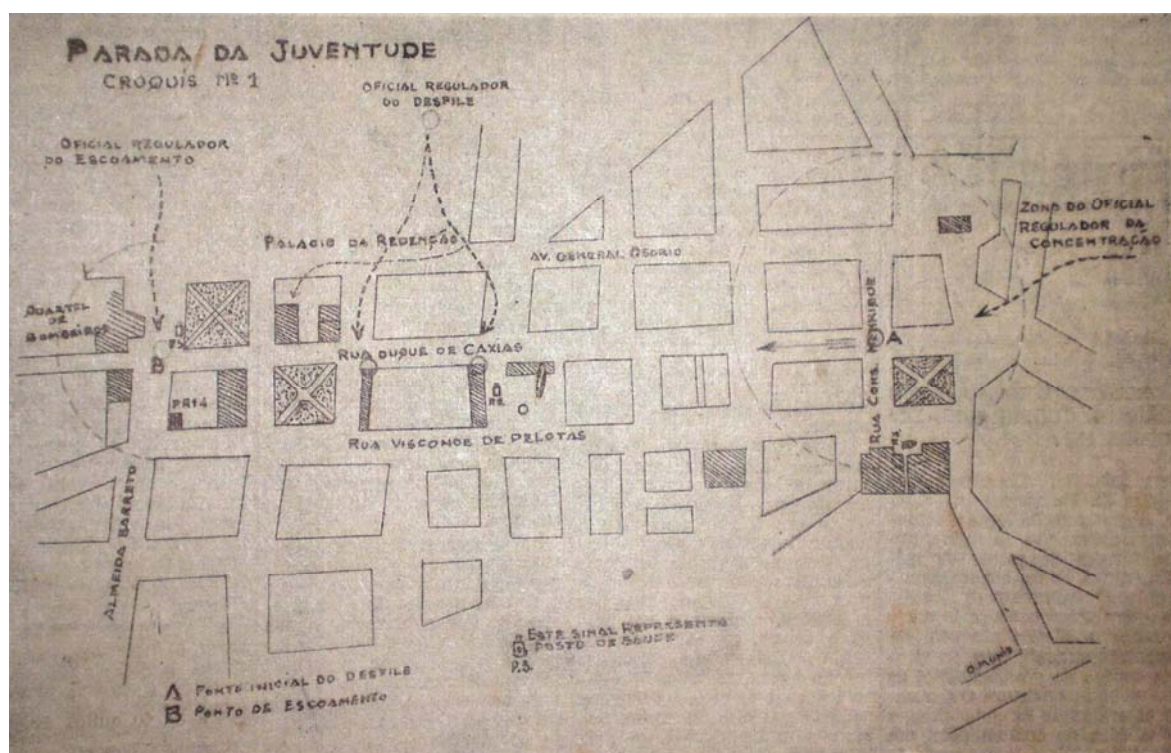


Figura 2- Croqui referente à Parada da Juventude, em João Pessoa, no ano de 1943. Fonte: A *União*, 19 abr. 1943.

Como nos mostra a imagem, o cruzamento da Rua Cons. Henrique com a Duque de Caxias ficou como espaço marcado para a concentração, de onde se seguiria marchando até a Rua Almeida Barreto, local marcado para o escoamento do desfile. Infere-se, a partir da imagem, que a paisagem cotidiana era transformada e edificava um ambiente feérico. A rotina se alterava, nas ruas não se viam apenas os transeuntes comuns do dia-a-dia, mas havia uma espécie de agitação na cidade como um todo. Nesses dias de festa, as pessoas se vestiam diferente, havia uma transformação primorosa no cotidiano.

A partir de uma leitura acurada de nossas fontes, foi possível notar que além do roteiro a ser seguido, era também pelas páginas dos jornais que se divulgavam os comunicados e os detalhes referentes aos desfiles que seriam levados a efeito:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Conforme ficou deliberado na última reunião efetuada nêsse Departamento, o respectivo diretor, prof. Joaquim Santiágo, determina que os alunos dos diversos estabelecimentos de ensino desta Capital compareçam, pelas quinze horas, formados em filas de 4, na Avenida Getúlio Vargas para a organização do desfile da Juventude [...]. Outrossim, avisa-se aos interessados que, de acôrdo com a lista apresentada na secretaria do mesmo Departamento, pelas 8 horas de hoje, far-se-á a entrega das bandeirolas que serão conduzidas pelos escolares por ocasião de desfile em aprêço (A UNIÃO, 19 abr. 1941).

Como se faz notar, os periódicos eram ferramentas indispensáveis à organização das festas escolares que, após minuciosamente organizadas, deveriam maravilhar e arrebatar os sentidos dos espectadores. A sociedade, quase que em sua maioria, curvava-se diante da veemência dos festejos e ao som da música, do Hino Nacional, repiques de sinos e estrondos de foguetes, seguia encantada por tamanha celebração. Na maioria das vezes, estas se estendiam ao longo do dia, reunindo autoridades do governo, além de pessoas oriundas das mais diversas camadas sociais. Na maioria das vezes, os festejos tinham início pela manhã com os desfiles dos escolares, em seguida precediam-se os longos discursos proferidos pelas autoridades locais, os recitais realizados pelos alunos e, por fim, a missa e o cântico de ação de graças que, certamente trazia um sermão em favor do governo e repleto de exortações políticas.

A seguir, elencamos algumas imagens (figuras 3 e 4) que estamparam as páginas do jornal *A União*, a fim de destacar as festividades do dia 19 de abril de 1941, nas ruas das cidades paraibanas. Ambas apresentam aspectos dos desfiles, sendo que a figura 3 trata das comemorações na cidade de João Pessoa, enquanto a figura 4 nos remete aos detalhes das festas no interior da Paraíba, na cidade de Areia.

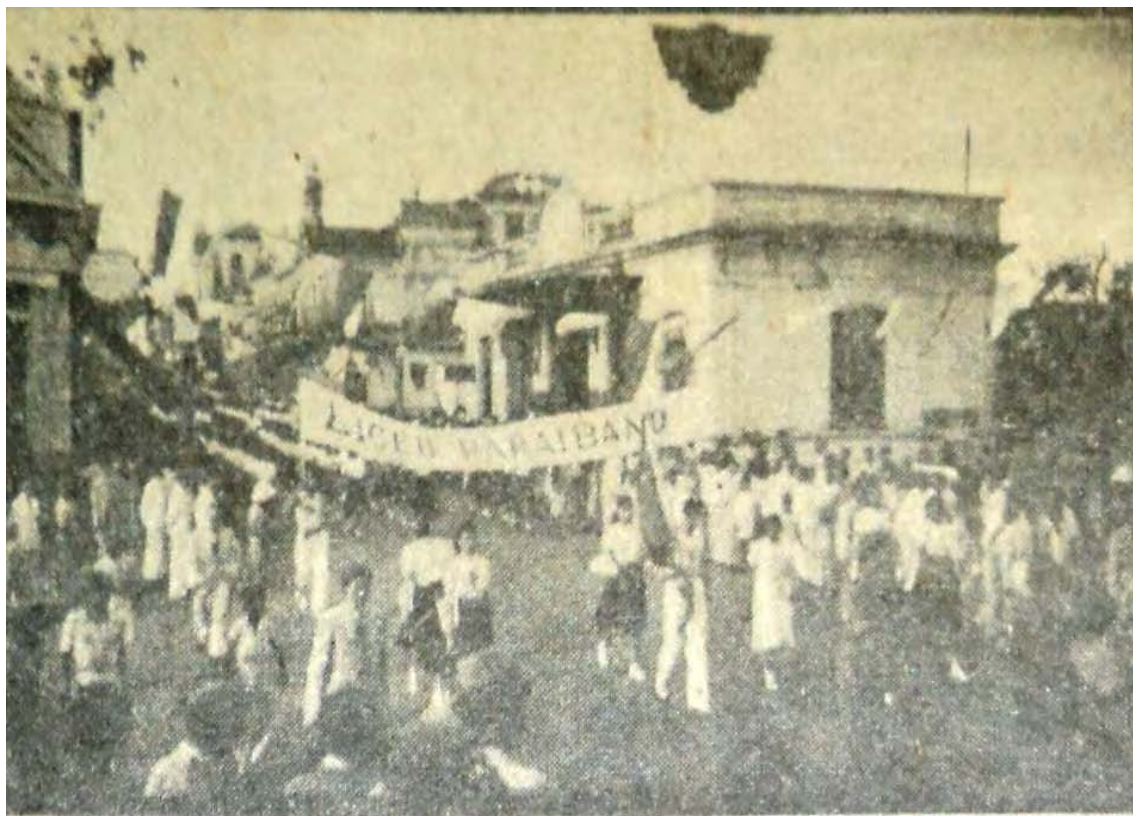


Figura 3- Desfile do Dia da Juventude Brasileira e aniversário de Getúlio Vargas. Antiga Praça do Relógio, posteriormente, Praça Vidal de Negreiros. Observar o Antigo Pavilhão do Ponto de Cem Réis que foi demolido para dar lugar a uma das artérias do Viaduto Damásio da Franca. Fonte: *A União*, 19 abr. 1941.

Como é possível observar nesta imagem (figura 3), os alunos seguiam marchando e, em meio ao desfile, um grupo de jovens carregava uma faixa que fazia referência ao Liceu Paraibano. Apesar do desgaste do documento, a imagem ainda nos possibilita afirmar que as festividades desse dia movimentaram as ruas da capital paraibana. Além do grande número de jovens alunos que seguiam a marchar, a comunidade também se fazia presente, fosse para comemorar e se entregar ao ato festivo, a título de curiosidade ou mesmo pelo compromisso em acompanhar os filhos que estavam a desfilar.

A intenção dos organizadores era causar entusiasmo e empolgação e, através das fotografias dos desfiles, podemos notar o envolvimento que o universo escolar manteve com as práticas cívicas executadas em determinados momentos da história nacional. “É certo que a imagem fotográfica manifesta um conjunto de signos, cujo grau de informação excede a simples função ilustrativa” (BENCOSTTA, 2006, p.301).

Vejamos a próxima imagem (figura 4), na qual gostaríamos de destacar a entrega dos presentes às crianças pobres de uma escola. Observando com mais cautela o semblante

dos jovens alunos num momento em que deveriam estar alegres, achamos curioso o fato de estarem com os rostos pouco sorridentes para quem vivia um momento de euforia, afinal, estavam a ganhar presentes, isso deixa qualquer criança feliz.



Figura 4 - Festa do Dia da Juventude Brasileira e Aniversário de Getúlio Vargas na cidade de Areia. Fonte: *A União*, 19 abr. 1941.

Não era apenas na capital que as festas eram um sucesso. A imagem anterior (figura 4), nos mostra como foram as comemorações do dia 19 de abril em Areia, cidade situada na região do Brejo paraibano. Segundo o Jornal *A União*, a referida cidade “Celebrou com o maior brilhantismo, o dia natalício do eminente Chefe da Nação, data também consagrada à juventude brasileira” (A UNIÃO, 25 abr. 1941). As festas se encerraram com o

Hino Nacional, depois “[...] a diretora do Grupo Escolar ‘Alvaro Machado’ D. Ezilda Milanez fez distribuição de roupas e presentes aos alunos pobres do estabelecimento, protegidos pela caixa escolar, em número de 100” (A UNIÃO, 25 abr. 1941).

Cabe ainda destacar que, ao observarmos mais detidamente a imagem, notamos a utilização da técnica de sobreposição de imagens para ilustrar a notícia. A sobreposição nos traz no primeiro plano, um flagrante da distribuição de presentes às crianças pobres, o que também era comum durante as festas desse período, destacando-se a figura da professora Ezilda Milanez. No segundo plano, observa-se alguns aspectos da passeata cívica. Assim, a referida imagem nos remete às palavras de Kossoy (2001, p. 45), quando afirma que “[...] toda fotografia é um resíduo do passado, [...] nos traz informações visuais de um fragmento de determinado fato, selecionado e **organizado estética e ideologicamente.**” (Negrito nosso).

Sabendo que as imagens possuíam um amplo poder persuasivo sobre os leitores, a imprensa procurou explorar ideologicamente esse recurso visual durante o Estado Novo. Temos, portanto, a impressão de que a escolha da imagem que foi sobreposta, nesse caso, não foi aleatória, pois a estética buscou fomentar no leitor a ideia de sucesso do desfile, atrelando a ele, seu caráter cívico, educacional e assistencialista. Nesse sentido, a imagem traz, implícita e/ou explicitamente, a ideia do cívico, por ocasião da data a ser comemorada, educacional, pela presença da educadora e assistencial, pela entrega de presentes às crianças pobres.

Ainda no interior do Estado, temos notícias das festas no município de Teixeira:

As solenidades do Dia da Juventude Brasileira na sede deste município revestiram-se de rara significação, dado o entusiasmo com que a população recebeu a idéia oportuna e acertada do nosso digno interventor Ruy Carneiro. Todo o dia 19 foi tomado com a realização do vasto programa de festas organizado previamente pelo Prefeito e povo, com verdadeiro espírito de civismo, destacando-se, sobretudo, a passeata, a sessão cívica e a aposição da placa da Avenida 19 de abril. Durante a passeata falaram a professora sra. Roseta Ramalho, sobre a personalidade do presidente Getúlio Vargas e sua ação construtora; o sr. José de Oliveira, que concitou o povo a cooperar na obra do Estado Novo [...] Em seguida, a massa popular e as escolas deslocaram-se para o local onde foi feita a aposição da placa da AVENIDA 19 DE ABRIL (A UNIÃO, 1 mai. 1941).

O fato de no dia 19 de abril serem comemoradas duas grandes datas, fazia com que as festas ganhassem muito destaque, a ocasião era propícia para os longos discursos enfatizando os melhoramentos trazidos pelo novo regime, enaltecendo a personalidade do presidente e buscando o apoio geral da massa popular. Para o prefeito do município de Teixeira, 19 de abril era uma data de “dupla significação” e o povo teixeirense deveria manter

eterna “[...] gratidão e civismo á obra do Presidente Vargas e á Juventude Brasileira” (A UNIÃO, 1 mai. 1941).

Dispomos a seguir mais uma imagem através da qual é possível observar a organização do desfile celebrando o dia da Juventude Brasileira e o aniversário de Getúlio Vargas. A imagem nos possibilita afirmar que a presença da comunidade era comum em dias festivos como esse, é válido lembrar que essa participação era voluntária. Era formidável ver os filhos e os amigos que ali desfilavam, o momento era importante para todos. A imagem, já desgastada pelo tempo, não nos possibilita afirmar se os estudantes estavam a entoar algum ritmo. Entretanto, é provável que além de desfilar, eles seguiam também cantando ao compasso da banda militar.



Figura 5 - Festa do Dia da Juventude Brasileira e Aniversário de Getúlio Vargas. Fonte: A *União*, 19 abr. 1941.

Na imagem (figura 5), observamos as jovens que, em trajes padronizados e comportados, representavam a juventude paraibana. Diante das conjunturas daquele momento, é plausível afirmarmos que, para as meninas, as festas eram mais que uma obrigação a ser cumprida e desempenhada como atividade escolar, era mais que um simples dever. Era sim, o momento de estar em contato com a sociedade, pois no período em que

viviam, a elas não restavam muitas alternativas, se não, cumprirem seu dever de boa moça, boa esposa e, é claro, exemplar dona de casa.

Estudando as comemorações da Independência no Estado da Bahia, Albuquerque (2002, p.174) enfatiza que a presença feminina nestas festas já era observada, “Fossem elas as normalistas que desfilavam com os acadêmicos, ou as elegantes senhoras nos modernos automóveis, a participação das mulheres não passava despercebida”. Diante disso, é bem provável que os dias de festas eram, para essas jovens, um dia de alvedrio e alegria. Em meio aos interesses políticos que tomavam conta do ambiente festivo, eram as moças quem davam esse toque de sofisticação aos festejos, muito embora, aquelas que estavam a desfilar fossem obrigadas a usar uniformes padronizados e, de certa forma, pouco elegantes.

2.3- O aniversário do Estado Novo e o Dia da Raça

Após destacarmos as festividades em comemoração ao natalício do presidente e ao Dia da Juventude, devemos enfatizar que mais uma data foi inserida no calendário festivo escolar, dessa vez, tratava-se das festividades em comemoração ao aniversário do Estado Novo, que, desde o ano de 1938, passou a ser celebrado no dia 10 de novembro com grande euforia no Brasil, nas capitais e também nas cidades do interior. Abaixo, destacamos a realização dessas festividades nas cidades de Areia e Pilar:

Areia

Congratulando-me com vossencia por motivo da passagem do primeiro aniversário da implantação do Estado Novo, comunico que fiz realizar importantes festas comemorativas, destacando-se a sessão solene no Paço Municipal, com uma conferência alusiva á data, a inauguração das placas das novas discriminações das ruas, inclusive do presidente Getúlio Vargas; grande concentração de cêrca de mil escolares e bailes nos salões da Prefeitura. Saudações – Prefeito Cunha Lima.

Pilar

Apresento a v. excia. efusivas congratulações pelo transcurso do primeiro aniversário do Estado Novo. Solenizando a data fôram apostos, hoje, no salão desta Prefeitura, os retratos dos eminentes brasileiros presidente Getúlio Vargas e do interventor Argemiro de Figueirêdo. Atenciosas saudações. – João José Marója, prefeito (A UNIÃO, 15 nov. 1938).

Desde que fora instaurado o Estado Novo, o país passou a contar com mais esse dia festivo. Aliás, devemos enfatizar que essa era uma data demasiadamente noticiada e as comemorações sempre se revestiam de elevada vivacidade. Para o presidente, era importante

ver o Brasil se curvar diante de seus feitos e nada melhor que incorporar, no calendário festivo, a exultação desse dia tão importante, que “[...] veio satisfazer às aspirações do povo brasileiro, pois a consciência nacional estava a sugerir a ‘urgência imperativa’ de uma atitude nova, no sentido de uma política defensiva, de preservação e reparo”²².

Estimulados por essa nova comemoração, prosseguiram com “[...] grande entusiasmo os preparativos para a comemoração nesta capital do primeiro aniversário do Estado Novo” (A UNIÃO, 09 nov. 1938) e, assim como na Paraíba, temos notícias desse dia em outros Estados brasileiros:

Constantemente estão a chegar notícias de todos os Estados sobre as comemorações do 1.º aniversário do Estado Novo. Em Minas Gerais será dado o nome do presidente Getúlio Vargas a ruas e praças de todos os municípios. Idêntica resolução tomaram os Estados de Pernambuco, Bahia e S. Paulo (A UNIÃO, 09 nov. 1938).

Assim como em Minas Gerais, aqui na Paraíba não era diferente e, durante as comemorações do primeiro aniversário do Estado Novo, várias cidades do interior comemoraram esse dia com inaugurações de todos os tipos. Apresentaremos abaixo, um quadro que nos mostra como essa data alterou a rotina das cidades do interior paraibano no ano de 1938.

²² Essas foram palavras proferidas no encerramento das festividades em comemoração ao aniversário do Estado Novo, no ano de 1938, pronunciadas pelo diretor de publicidade do D. P. E., Dr. Abelardo Jurema, ao microfone da rádio Tabajara. O mesmo concluiu sua fala enfatizando: “Brasileiros: E’ preciso não esquecer o Brasil, colocando a sua cultura, a sua inteligência e a sua ação a serviço da causa nacional. O Estado Novo deverá ser para vós a expressão suprema da Nação organizada, em defesa da civilização e da nacionalidade” (JUREMA, 1938, p.5).

Quadro I
Aspectos das comemorações do Aniversário do Estado Novo no interior do Estado da Paraíba (1938)

CIDADE	ANO	ASPECTOS
ALAGOA DO MONTEIRO	1938	Neste município as festas contaram com passeatas dos escolares e do Tiro de Guerra. Houve também sessão cívica que contou com vários oradores que elevaram o papel importante do presidente Getúlio Vargas para o país.
ANTENOR NAVARRO	1938	Além dos desfiles, este município contou com o pronunciamento do jornalista Alfeu Rabelo, que discursou sobre a personalidade do presidente Getúlio Vargas.
BREJO DO CRUZ	1938	O aniversário do Estado Novo contou com um longo dia de festas neste município, em que houve sessão cívica, a leitura de uma conferência e a fundação da Caixa Escolar ²³ .
CABACEIRAS	1938	O prefeito de Cabaceiras fez questão de ressaltar que as festas nesta cidade foram animadas e contou com significativo número de pessoas.
CATOLÉ DO ROCHA	1938	As fontes indicam que a data foi comemorada com entusiasmo neste município e contou com o desfile e alguns pronunciamentos.
CONCEIÇÃO	1938	Além das festas, este município contou também com a inauguração de uma de suas ruas principais que recebeu o nome do presidente da República, Getúlio Vargas.
CUITÉ	1938	Em função da importância que se dava a data em questão, realizou-se em Cuité uma sessão seguida de uma passeata. Houve também um desfile que contou com 200 escolares pelas ruas da cidade.
MAMANGUAPE	1938	Em comemoração ao primeiro aniversário do Estado Novo, o prefeito usou a palavra para agradecer os benefícios prestados ao município.

²³ A primeira Caixa Escolar criada no Estado da Paraíba foi fundada no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, no dia 16 de junho de 1917 e inaugurada em 6 de maio de 1919, por iniciativa da Sociedade de Professores Primários da Paraíba. Ainda com base nos estudos de Lima (2009): “De acordo com o Capítulo XIII, da seção I, do Regulamento da Instrução Primária do Estado o artigo 262 traz a seguinte definição de Caixa Escolar: Art.262- As caixas escolares são instituições destinadas a animar e a desenvolver a frequência nos estabelecimentos de ensino primário, facultando á infância desvalida meios para a sua subsistência e instrução (Decreto nº 873, de 21 dez. 1917).

MISERICÓRDIA	1938	Logo pela manhã houve uma parada dos alunos das escolas em frente ao Grupo Escolar, sendo cantado o Hino Nacional por ocasião do hasteamento da Bandeira na fachada desse mesmo edifício. Houve ainda o “lançamento da pedra fundamental da Escola Rural Profissional” Argemiro de Figueiredo, a inauguração da Praça João Pessoa, do mercado de carne e da estação de rádio local.
PICUI	1938	Neste município foi realizada uma sessão solene, na qual os oradores fizeram questão de enaltecer a obra governamental do regime que fora instaurado.
PIANCÓ	1938	Este município contou com o desfile dos alunos do Grupo Escolar e associações esportivas. Houve ainda a inauguração de uma placa com o nome de Getúlio Vargas, na principal rua da cidade.
PRINCESA	1938	Em Princesa as festas contaram com muitas manifestações cívicas, dentre as quais destacou-se o desfile escolar e desportivo.
POMBAL	1938	Nesta cidade houve uma sessão cívica no Grupo Escolar, local escolhido para que se pronunciasse o jornalista Alfilu Rabelo, que usou suas palavras para fazer alusão à data ressaltando a importância da figura de Getúlio Vargas para o país.
SANTA LUZIA DO SABUGÍ	1938	As festas nesse município contaram com a inauguração do serviço de luz e força e de uma praça que ganhou o nome de Getúlio Vargas.
SANTA RITA	1938	Nesta cidade as notícias mostram que as festas transcorreram com brilhantismo e por determinação do prefeito Flávio Maroja Filho, houve hasteamento da Bandeira Nacional no edifício da prefeitura com participação da banda de música local, além do pronunciamento de Otávio Marinho Trigueiro, agente municipal de estatística.
SÃO JOÃO DO CARIRI	1938	O prefeito Eduardo Costa fez questão de ressaltar o sucesso das festas neste município, atentando para a grande participação da sociedade.
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	1938	As festas nesse município contaram com a inauguração da Praça Presidente Getúlio Vargas.
TAPEROÁ	1938	Esta cidade também aproveitou o ensejo das festas e inaugurou uma placa com o nome do presidente na principal avenida da cidade.

UMBUZEIRO	1938	Aproveitando a ocasião, o prefeito da cidade, Carlos Pessoa inaugurou a Rua Presidente Getúlio Vargas.
-----------	------	--

Fonte: Elaborado a partir de informações enviadas pelos prefeitos de cada uma dessas cidades e publicadas no Jornal *A União* no ano de 1938.

Como podemos observar no quadro anteriormente apresentado, as festas em comemoração ao aniversário do primeiro ano do Estado Novo no dia 10 de novembro de 1938, não se restringiram às ruas da capital paraibana, mas se espalharam pelo interior e, em homenagem à data, os prefeitos das cidadezinhas aproveitaram para inaugurar praças, ruas e placas com o nome do presidente da República. Essa demonstração de respeito e admiração era comum nesse período, por isso, ainda hoje encontramos em muitas cidades, ruas, avenidas e tantos outros estabelecimentos que levam o nome de Getúlio Vargas.

A Avenida Getúlio Vargas, por exemplo, uma das principais vias da capital paraibana, foi inaugurada no dia do aniversário do presidente, no ano de 1938. A matéria apresentada a seguir, foi publicada no livro *Reminiscencias: figuras e fatos da Paraíba*, de Francisco Coutinho de Lima e Moura, publicado no ano de 1939:

A's 15 horas, quando o interventor Argemiro de Figueirêdo, acompanhado de secretários de Estado e outros auxiliares da administração, se dirigia ao Instituto de Educação, inaugurou a avenida Getúlio Vargas, que é mais um importante melhoramento levado a efeito no proficuo govêrno de s. Excia. A nova via pública, aberta totalmente no atual govêrno, é pavimentada a paralelepípedes em toda a sua extensão e obedece aos mais modernos princípios urbanísticos. A avenida Getúlio Vargas termina no parque Solon de Lucena, por um magnifico "park-way", que torna aquêlo logradouro um dos mais aprazíveis da cidade (MOURA, 1939, p. 282).

Interessante notar que além de ruas e praças, muitos serviços municipais também eram inaugurados em dias de festa como este. Na cidade de Misericórdia, por exemplo, houve a inauguração do mercado de carne, da estação de rádio local, além do lançamento da pedra fundamental que deu início à construção da escola rural profissional Argemiro de Figueiredo. Em Santa Luzia do Sabugí, o prefeito aproveitou a oportunidade para a inauguração do serviço de luz e força do município.

Notamos a intenção dos prefeitos de cada município em reforçar a participação da comunidade e dos escolares nessas comemorações, como foi o caso de Cabaceiras, São João do Cariri, Cuité e Alagoa do Monteiro, este último que contou ainda com a participação do Tiro de Guerra. Além desses aspectos, eles procuravam enfatizar e enaltecer, em todos os discursos proferidos, a imagem do presidente Getúlio Vargas e todos os seus feitos,

especialmente a implantação do novo Estado brasileiro e até mesmo agradecer aos benefícios prestados ao município. Importante lembrar que isso era o que eles diziam, uma vez que o referido jornal, simplesmente publicou cada um dos relatos recebidos dos administradores locais que, certamente, aproveitavam a oportunidade para fazer propagandas dos seus feitos e ao mesmo tempo esconder as possíveis deficiências infraestruturais (energia elétrica, saneamento básico, água potável e encanada), além dos problemas com a educação, saúde, transporte e lazer.

Como podemos perceber, a Paraíba parava em datas como estas. A rotina se alterava de forma que ruas eram interditadas, estabelecimentos comerciais cerravam suas portas e não funcionavam, havia reforço policial e melhorias na iluminação pública. Era importante uma infraestrutura capaz de suportar e garantir o sucesso das festas.

AMANHÃ NÃO FUNCIONARÃO OS ESTABELICIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

Sendo amanhã feriado nacional, e por se tratar o 10 de novembro de uma data de culminante relêvo na história brasileira, não funcionarão os estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, excetuados unicamente os de serviços públicos e os particulares que exploram o ramo de restaurantes e cafés.

REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O sr. Interventor Federal interino determinou que a Repartição dos Serviços Elétricos faça um completo serviço de reforço da iluminação pública na praça João Pessoa e trecho da rua Duque de Caxias.

O TRÁFEGO DE VEÍCULO SERÁ SUSPENSO

Será suspenso o tráfego de veículos nas ruas e avenidas e praças compreendidas no itinerário da “Corrida do Fôgo”. Essa suspensão será por alguns instantes, e a proporção que fôr cumprido o percurso será restabelecido imediatamente o tráfego.

O POLICIAMENTO

Por determinação do dr. Fernando Pessoa, Chefe de Polícia, no trecho compreendido na fase da praça João Pessoa que dá para o Palácio da Redenção e Liceu Paraibano, guardas civis farão um completo serviço de isolamento, a fim de facilitar tanto a partida como a chegada dos atletas.

(A UNIÃO, 09 nov. 1938)

Tudo era pensado de forma a garantir o sucesso das festividades e das atividades esportivas que seriam realizadas. Os estabelecimentos escolares trabalhavam dias e dias a fim de preparar os escolares para o dia festivo. Notamos uma rigidez no ordenamento dos jovens e crianças durante os desfiles que se vestiam, na maioria das vezes, com uniforme de cor branca, passando pela simetria que distribuía, em distância quase que perfeita entre um e outro. Era preciso muito ensaio e, para as festas desse mesmo ano, o jornal chamou a atenção

para a dedicação das alunas que vinham há alguns dias “ensaiando ativamente, a fim de que o festival em aprêço, alcance o melhor êxito” (A UNIÃO, 09 nov. 1938).

Vejamos a seguir, uma imagem do desfile em comemoração ao sétimo aniversário do Estado Novo na cidade de João Pessoa, em frente ao Lyceu Parahybano, à entrada principal do Palácio da Redenção:

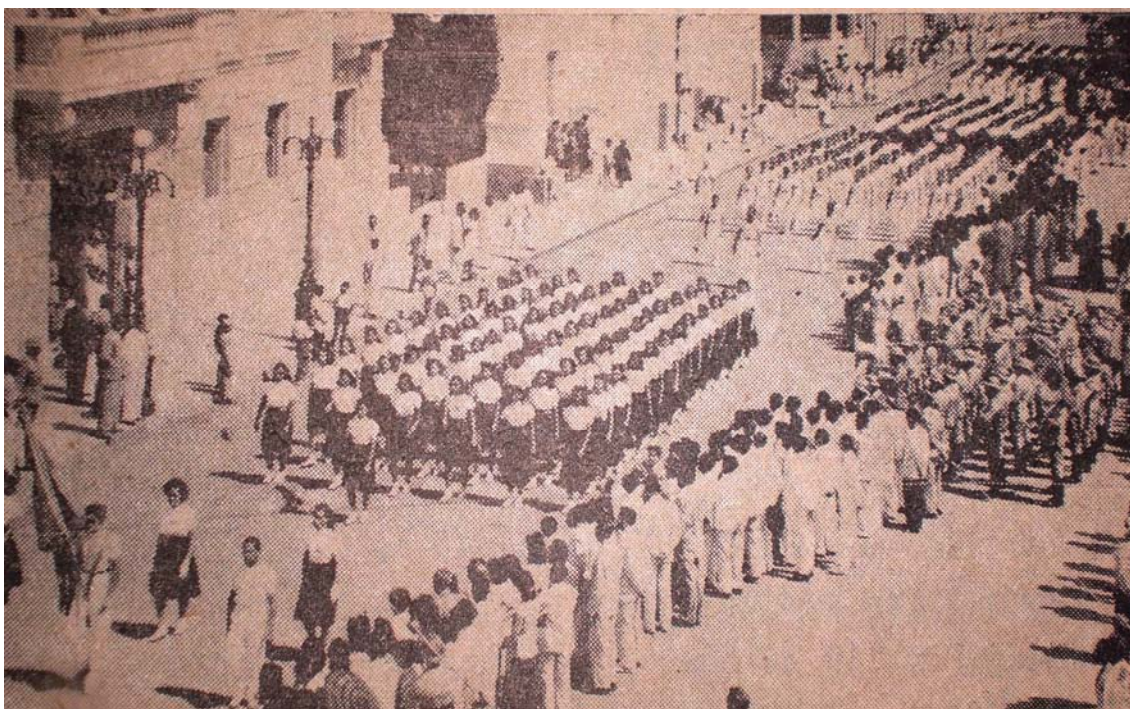


Figura 6 - Desfile em comemoração ao sétimo aniversário de implantação do Estado Novo. Observar a entrada principal do Palácio da Redenção e do Lyceu Parahybano. Fonte: Jornal *A União*, 11 nov. 1944.

Como podemos observar na imagem (figura 6), os escolares seguiam rua afora, muito possivelmente, encantando a todos. Vestidos de maneira padronizada, arrebatavam as atenções da comunidade que assistia atenciosa a toda movimentação. À frente notamos que o destaque era para a bandeira, que carregada por um jovem, puxava o desfile ganhando proeminência. Logo em seguida marchavam as meninas vestidas com blusa e saia, roupas demasiadamente comportadas e adequadas à época. Logo atrás seguia outro pavilhão, dessa vez eram os meninos que deslumbravam a todos.

Como temos destacado, durante o Estado Novo, o presidente ampliou, sobremaneira, o calendário festivo social e escolar. A criação e a invenção de cerimônias, de novos feriados e a divulgação de heróis e símbolos do poder público retratam e se configuram

em *tradições inventadas* pelo Estado, no intuito de se tornarem, junto a tantas outras, fontes fundadoras da identidade nacional. A elite alimentava um nacionalismo que contribuía para forjar identidades e inventar tradições, que se julgavam perdidas e com necessidade de serem retomadas, garantindo, assim, a formação cívica dos alunos e também da sociedade presente.

As *tradições inventadas* são “Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição” (HOBBSAWM, 1997, p.9). Referenciando Bittencourt (1988), Cury (2002) enfatiza que nesse período as tradições inventadas iam “[...] além do espaço e universo escolar, tomando as ruas com paradas militares, desfiles dos escolares, festas públicas de caráter cívico, marcadas pelo tom de construção da identidade nacional”. Dessa maneira, a tradição pode ser compreendida como um processo de ritualização que se caracteriza por se referir ao passado, mesmo que impondo repetições. Hobsbawm (1997, p.23), nos adverte que:

[...] é exatamente porque grande parte dos constituintes subjetivos da “nação” moderna consiste em tais construções, estando associada a símbolos adequados e, em geral, bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (“tal como o da história nacional”), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à invenção das tradições.

A elaboração de um novo conjunto de cerimônias trazia em si a necessidade de criar e difundir símbolos capazes de definir a identidade da sociedade brasileira, contribuindo na consecução de experiências, visando construir uma ideia de unidade da nação. Compreendemos então que, “[...] inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta” (HOBBSAWM, 1997, p.12).

Com essa alteração do calendário festivo durante o Estado Novo, destacamos ainda outra comemoração que nos chamou a atenção no decorrer da pesquisa, a criação do Dia da Raça, um novo feriado, sendo comemorado dentro das celebrações da Semana da Pátria, no mês de setembro. Essa nova comemoração deveria ser marcada por manifestações em defesa da constituição da “raça brasileira”.

Assim, as festividades desse dia ocorriam, em sua maioria, na Capital Federal e os discursos sobre a raça “Exaltavam a configuração dos três referenciais culturais que formavam a ‘identidade’ do brasileiro: a mestiçagem entre o índio, o português e o negro”

(VAZ, 2006, p. 49). Segundo essa autora, “Os três perfis culturais eram elevados em suas especificidades, cada qual cumprindo seu papel para a formação do brasileiro” (p.49).

Gomes (1994), que também trata esse assunto, ressalta que os desfiles do Dia da Raça serviriam para demonstrar que o regime que se estabelecera assumia o combate às ideias de eugenia e branqueamento da população. A administração Vargas acreditava na capacidade de seu povo e o ecletismo étnico passou a ser interpretado como um elemento positivo.

Como já salientamos, as festividades em comemoração ao Dia da Raça, ocorriam em sua maioria, na Capital Federal, contudo, no ano de 1945, nas páginas do jornal *A União*, algo nos chamou a atenção, pois a matéria que ganhou destaque foi justamente esta. Ao longo das páginas, notamos a grandiosidade dos festejos que ocorreram neste dia na capital paraibana:

Comemorou-se, ontem, com brilhantismo, nesta capital, o Dia da Raça [...]. Alunos de nossas escolas primárias, secundárias e técnicas, numa marcha garbosa, desfilaram pelas principais ruas da cidade, recebendo os vibrantes aplausos da multidão que se comprimia para assistir ao imponente espetáculo cívico. Os escolares foram divididos em dois agrupamentos, que receberam as denominações de A e B, os quais tinham à frente as bandas de música da Força Policial do Estado e do 15º R I (A UNIÃO, 08 set. 1945).

Interessante notar que, nos anos anteriores, não havia referências aos festejos dessa data na Paraíba. Não conseguimos desvendar o porquê dessa alteração tão significativa, no ano de 1945, mas devemos destacar que, mesmo com o fim do regime que se aproximava e com o país em meio a uma agitação frenética com os rumos da política, nada disso fez com que as festas da semana da Pátria e, dentro delas o Dia da Raça, perdessem o brilho e a grandiosidade. O jornal anunciava com entusiasmo o “Programa para o dia 7, com a participação das Forças Armadas” e também com a presença dos “Grupos Escolares, da Escola de Aplicação, da Escola de Professores, da Escola Industrial, do Colégio Estadual, dos Ginásios Diocesano Pio X, de N. S. das Neves e de N. S. de Lourdes e outros educandários” (A UNIÃO, 04 set. 1945). O Interventor convidava a todos:

CONVITE

O INTERVENTOR FEDERAL NA PARAÍBA convida as autoridades civís, militares e eclesiásticas para assistirem á Parada da Juventude em homenagem ao Dia da Raça, que se realiza hoje, ás 8 horas, no palanque oficial armado á Praça João Pessoa (A UNIÃO, 04 set. 1945).

As festas acabaram constituindo uma forma de propagação de referências nacionais, e isso não apenas entre os alunos e educadores, mas também para a sociedade de uma maneira geral, pois, envoltos numa espécie de alegria que contagiava, eles garantiam o sucesso das festas que eram sempre cobertas de muito ânimo. Nesse sentido, anunciava o jornal: “Cheios de entusiasmo patriótico desfilarão hoje, os alunos de nossas escolas primárias, secundárias e técnicas, formando um conjunto que há de empolgar, como em todos os anos, o nosso povo” (A UNIÃO, 04 set. 1945).

Além disso, logo no dia seguinte, as páginas dos jornais amanheciam abarrotadas de informações, pois ali eram lançadas as palavras proferidas no decorrer do dia festivo, estavam todas à disposição de quem, por algum motivo, não pôde comparecer e acompanhar o desenrolar de toda agitação do dia anterior. Além de todos os detalhes lançados às páginas jornalísticas, muitas fotografias eram publicadas, a intenção era mesmo deixar informado o leitor e ressaltar o sucesso das festas.

Como podemos observar, no decorrer desse período, novas tradições foram inventadas, e é importante ressaltar que para Hobsbawm (1997, p.21) “[...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”. A intenção era mesmo esta, ou seja, tornar a sociedade harmônica com os princípios ditados pelo regime estadonovista, mesmo que para isso se utilizassem de uma história contada com base nos feitos dos grandes vultos do nosso passado, e é claro, das grandiosas comemorações cívicas e escolares.

Parece-nos que as festas escolares tinham o poder de mobilizar a população, pelo menos essa era a intenção do governo, não sabemos se realmente havia essa mobilização, o que podemos afirmar é que elas tomaram conta da Paraíba, e no próximo capítulo vamos conhecer as comemorações cívicas que mais agitaram as ruas paraibanas.

Capítulo III

As festas cívicas que agitavam as ruas paraibanas



A imagem ilustra as comemorações cívicas ao Dia da Bandeira.
Fonte: *A União*, 19 nov. 1943.

3.1 – A Semana da Pátria

Celebremos dentro de breves dias com pompas
excepcionais e festas magníficas mais um aniversário da nossa
emancipação política. Então 116 anos serão contados que:
Ouviram do Ipiranga as margens placidas
De um povo heroico o brado retumbante
E o sol da liberdade em raios fulgidos
Brilhou no céu da Pátria nesse instante
(A IMPRENSA, 15 set. 1938) ²⁴.

Pompas excepcionais e festas magníficas. Essa era a imagem que os meios de comunicação passavam ao noticiar as festividades em comemoração ao Dia da Pátria durante o Estado Novo. Certamente, as festas eram mesmo arrebatadoras, era um dia para festejar e comemorar o glorioso grito de liberdade dado por D. Pedro às margens do Ipiranga. Claro que não podemos generalizar, mas para uma grande maioria da população, esse era o verdadeiro sentido dessa comemoração, ou seja, a independência do Brasil.

Por ser tão importante no calendário festivo, decidimos abrir esse capítulo com as festividades da Semana da Pátria, lembrando que as solenidades não ocupavam apenas o dia sete, mas seguiam semana adentro. Contudo, além desta data, trabalhamos com mais alguns dias festivos que ganharam destaque no calendário das festas escolares durante o Estado Novo. A seguir, elencamos as datas referentes às comemorações cívicas noticiadas com mais frequência nos periódicos por nós analisados:

- 07 de Setembro - Dedicado às comemorações em homenagem ao Dia da Pátria;
- 01 de Maio - Dedicado às festividades em comemoração ao Dia do Trabalho²⁵;

²⁴ Discurso pronunciado no dia 3 de setembro de 1938, pelo Dr. Bandeira Lins, professor de matemática do Instituto de Educação, durante as comemorações da Semana da Pátria.

²⁵ “O dia primeiro de maio foi escolhido como dia dos trabalhadores como uma forma de assinalar e de lembrar as muitas e difíceis lutas que marcaram a história do movimento sindical no mundo. O dia é uma homenagem aos trabalhadores da cidade de Chicago que, em 1886, enfrentaram forte repressão policial por reivindicarem melhores condições de trabalho e, especialmente, uma jornada de oito horas. Nesse episódio, houve trabalhadores mortos e presos que, desde então, tornaram-se símbolos para todos os que desejavam se engajar na mesma luta. Em maio de 1888, precisamente no dia 13, uma lei acabava com a escravidão no Brasil (o único a então possuir escravos). A defesa de condições mais humanas de trabalho começou a se desenhar no país [...]. O primeiro de maio existe para isso: para ser tanto um dia de festa, pelo que se conseguiu, como de protesto, pelo que se deseja ainda conseguir, quer no Brasil, quer em qualquer outro país. É possível observar que, já no início do século XX, os trabalhadores brasileiros passaram a assinalar o primeiro de maio com manifestações que ganhavam as ruas e faziam demandas. No Rio de Janeiro, então capital da República, esses fatos ocorreram, por exemplo, em 1906, pouco depois da realização de um I Congresso Operário, onde a presença de trabalhadores anarquistas foi muito importante. Em muitos outros anos, durante a chamada Primeira República, o primeiro de maio seria um momento de reivindicar e de demonstrar a força dos trabalhadores organizados em algumas cidades do país. Nessa época, as lideranças do movimento operário realizavam *meetings* e comícios para a

- 19 de Novembro - Dedicado às comemorações ao Dia da Bandeira;
- 21 de Setembro – Dedicado ao Dia da Árvore.

Iniciaremos a nossa discussão reproduzindo o convite feito pelo Diretor do Departamento de Educação aos diretores das instituições escolares no ano de 1938. Vejamos:

Departamento de Educação
João Pessoa, 26 de Agosto de 1938
De ordem do Sr. Secretário do Interior, convido-vos para uma reunião a realizar-se na próxima Segunda-Feira, 29 do fluente às 15 horas, no Palácio dos Secretários, onde tratar-se-á do programa das festividades comemorativas do Dia da Pátria. Agradecendo o vosso comparecimento, antecipo os meus agradecimentos.
Saudações.
Matheus A. Oliveira
Diretor²⁶.

O convite fora enviado com antecedência. Ainda no mês de agosto e já circulavam documentos como estes, alertando os diretores dos estabelecimentos de ensino de que as festas se aproximavam e era preciso o esforço e organização de todos para que nada desse errado. Notamos que no ano de 1938 tudo caminhava para que as comemorações fossem um sucesso, mas apesar de tamanha organização, na manhã do dia sete de setembro do referido ano, em que todos contavam com o sol, o dia se fez turvo e “[...] muito nublado, caindo, vez por outra, pequenas chuvas” o que ameaçou todo aquele entusiasmo. Mas, apesar disso, “o movimento nas ruas desta capital foi intensíssimo.”²⁷ (A UNIÃO, 09 set. 1938).

Os preparativos estavam indo de vento em popa e toda aquela movimentação era o prenúncio dos grandiosos festejos que iriam acontecer horas mais tarde. Todos comentavam e faziam palpites de como seria mais um dia de festa na capital paraibana.

Agitação, correria e, em meio a toda aquela movimentação, os longos ensaios e os preparativos continuavam, “[...] a cidade amanheceu repleta de gente, trafegando por todos os lados” (A UNIÃO, 09 set. 1938). Certamente, havia muita ansiedade e vibração em meio às

propaganda de suas idéias e também organizavam boicotes e greves, enfrentando o patronato e a polícia. As principais reivindicações foram a jornada de oito horas de trabalho (quando se trabalhava de 10 a 12 horas por dia), a abolição do trabalho infantil (crianças de seis anos eram operários) e a proteção ao trabalho da mulher, entre as mais importantes. O primeiro de maio, ensinavam as lideranças, não era dia de comemorar, mas de protestar e ganhar aliados [...]”. Gomes (2010). Fonte: Arquivo FGV/CPDOC – arquivo virtual: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 25 de agosto de 2010.

²⁶ Documento do Departamento de Educação, enviado aos diretores dos estabelecimentos de ensino, a fim de que dessem início à organização das festividades em comemoração ao dia da Pátria.

²⁷ Esta matéria foi publicada no dia nove de setembro, mas tratava-se das festividades cívicas que ocorreram no dia sete desse mesmo mês no ano de 1938.

pessoas que aguardavam o desenrolar dos preparativos finais. Enfim, tudo pronto, a festa estava prestes a começar e a sociedade já se entregava.

Todos aguardavam curiosos os grandes discursos que seriam oportunamente proferidos pelos dirigentes da época. Nesse período, as festas não eram apenas uma forma de fugir da monotonia, mas eram também o momento das autoridades políticas falarem para a sociedade que ali se encontrava. Getúlio Vargas, por exemplo, não perdia uma oportunidade de falar à sociedade, os meios de comunicação estavam a seu dispor, mesmo longe, sua voz ecoava por todo o Brasil, suas palavras chegavam a todos através das ondas do rádio:

O presidente Getulio Vargas falará no “Dia da Pátria”, durante as comemorações de 7 de setembro. O discurso do presidente da República irradiado pelo Departamento Nacional de Propaganda, do estádio do Vasco da Gama, às 3 horas e cinquenta minutos da tarde (A IMPRENSA, 07 set. 1938).

As festividades cívicas não se configuravam apenas em momentos de descontração, mas havia naquelas cenas cívicas, o interesse e a busca constante por convencer a sociedade de que o Estado Novo era, para o Brasil, a melhor escolha. O dia da Pátria era, por assim dizer, um momento de exultação, de júbilo e alegria, assim sendo, as festas tomavam grandes proporções, provavelmente havia muita empolgação e empenho em organizá-las:

Vem tendo cabal desempenho o programa das comemorações da “Semana da Pátria”, nesta capital e em todas as localidades do Estado. Nesta cidade essas solenidades assumirão amanhã extraordinária significação. No Ginásio Carneiro Leão professores e alunos veem realizando palestras alusivas ao grande acontecimento histórico que se festeja (A IMPRENSA, 06 set. 1938).

Durante a organização, as apresentações eram divididas entre os alunos. Para as comemorações do ano de 1938, no Colégio Carneiro Leão, a ordem foi a seguinte:

Para o dia 7 o programa é o seguinte: lição de educação física por um grupo de alunos, sob a direção da professora Isaura Patrícia, para as meninas e do professor Colodoaldo Passos Filho, para os rapazes, parte esportiva constante de provas. Essas provas terão início às 14 horas, encerrando-se as comemorações com uma sessão solene, à noite, na qual falarão o dr. João Lelis pelo corpo docente e o estudante Ivan Bichara, pelo corpo discente (A IMPRENSA, 06 set. 1938).

Esses rituais festivos eram cuidadosamente planejados pelas autoridades e pelos educadores. Na verdade, os professores recebiam antecipadamente as normas a serem seguidas e, de forma detalhada, eram instruídos a organizar a programação a ser colocada em prática nos dias de solenidades. A eles ficava a incumbência de efetivar essas práticas e as suas finalidades, ou seja, tinham a tarefa de preparar os estudantes de acordo com os ideais que lhes eram passados, tudo para desempenhar a sublime missão do seu trabalho.

Vejamos o que nos diz DaMatta (1997, p.56) sobre essa questão:

[...] a organização do ritual cabe aos poderes constituídos, sendo sua legitimação obtida por meio de instrumentos legais, os decretos. Esses ritos são organizados por grupos que controlam os meios de comunicação e de repressão, tendo assim, não o patrocínio de um grupo social, um clube ou organização voluntária, mas de uma corporação perpétua, representativa do poder nacional.

Como já mencionado anteriormente, dias antes das festividades, o Departamento de Educação enviava as circulares com os detalhes que os mestres deveriam seguir. Já no dia primeiro de setembro esses documentos eram enviados, para que os alunos seguissem a semana inteira, conduzidos pelo espírito de amor à pátria, para que, no dia da independência, as solenidades fossem executadas com toda vivacidade:

Departamento de Educação – (Nota oficial) – CIRCULAR – Sr. Professor: -
 Aproxima-se a data memorável de nossa Independência Política e estando empenhados os poderes públicos em celebrar condignamente a Semana da Pátria, determina esta Directoria que em todos os estabelecimentos de ensino do Estado, sejam levados a efeito, do dia 1.º ao dia 6 de setembro próximo, **palestras nas aulas em torno do nacionalismo e do espírito de brasilidade, escolhendo-se de preferencia os episodios da historia patria e apreciações sobre os vultos representativos do Brasil.** No inicio e termino da palestra deverão ser entoados os hymnos da Independencia, Nacional e da bandeira.
 Mons. Pedro Anisio Bezerra Dantas,
 Diretor do Departamento.
 (REVISTA DO ENSINO, 1937, p.117, Negrito nosso).

O documento anteriormente apresentado, mesmo idealizando as comemorações que se aproximavam, reflete as ideias fundamentais da educação por meio de aulas que focassem temas em torno do nacionalismo e do espírito de brasilidade. Expressa também a concepção da História predominante no período, que tinha por base o culto dos grandes vultos representativos do Brasil. Como podemos notar, o insaciável desejo de provocar nos alunos esse aguçado sentimento nacionalista se iniciava no interior das escolas, onde eram (e são!)

produzidos os modos de pensar que proporcionam modos de agir de todos os sujeitos envolvidos nessas práticas. A orientação era que, dias antes da data comemorativa, as aulas fossem direcionadas para assuntos que tocassem os alunos em seu sentimento mais profundo, pois sabemos que as festas eram uma forma de exibição desse nacionalismo exacerbado. Mas não podemos nos esquecer do importante papel dessas palestras e aulas para a formação ideológica desses estudantes, ou seja, era dentro da sala de aula, em suas práticas pedagógicas que o professor buscava inculcar em cada um desses jovens, esse sentimento de amor e respeito à Pátria que seria externado durante os desfiles cívicos escolares.

Em face desse desejo de criar nos alunos e, através deles, na comunidade, esse sentimento de amor e gratidão, era importante contar com mecanismos que dessem conta dessa empreitada. Nesse ínterim, a escola se tornou peça fundamental e estratégica para a formação da identidade nacional que passou a ter maior destaque no âmbito das discussões mais amplas sobre a educação. Esta, por sua vez, passou a ter como uma das suas principais missões, difundir uma história nacional assentada na moral, nos “bons” costumes patrióticos e nacionalistas. A intenção era que esses alunos fizessem uso dos saberes históricos elaborados cotidianamente na sala de aula para promover a unidade nacional tão almejada pelo regime estadonovista. Pensando nisso, o Colégio Anchieta, “[...] dirigido pela professora Hercília Fabricio, associando-se às manifestações da Semana da Pátria, **já vinha fazendo preleções diárias nas classes**” (A UNIÃO, 4 set. 1938- Negrito nosso).

Como podemos perceber, havia um intenso trabalho em busca da formação desses alunos no sentido de fixar uma História adequada aos interesses do regime. Isso mesmo, adequada, pois:

O bom mestre ha de sentir prazer, quando os discentes lhe solicitarem minuciosas informações acerca de alguns trechos da lição, pois, demonstrando interesse pela disciplina, querem ficar aptos a formular apreciações sobre a sua utilidade; **entretanto sendo excessiva a cifra dos alunos, não lhe será licito conhecê-los sinão ao de leve**. E o ensino ministrado a um numero reduzido de infantes ou de adolescentes, torna-se mais proficuo e estabelece uma certa intimidade entre o mestre e o aluno, que pode ser habilmente **utilizada em prol da brasilidade** (A IMPRENSA, 3 mar. 1937, Negrito nosso).

Nesse sentido, “[...] o ensino de História visto por muitos como esclarecedor de preceitos como cidadania e democracia, é extremamente visado e alvo direto em regimes autoritários”. Nestes períodos, “[...] seus dispositivos didáticos guardam a retórica do momento político-cultural e exprimem as ‘verdades’ do país, através das correntes de

pensamentos predominantes desenhando uma sociedade harmônica e sem conflitos” (VAZ, 2006, p.135).

Mas é importante lembrar que não bastava apenas o despertar do sentimento patriótico, era necessário mais que isso, era essencial o despertar da própria consciência patriótica. Agora indagamos: sentimento ou consciência, em que se diferem? Para o Ministro da Educação Gustavo Capanema²⁸ existia, sim, uma diferença entre os termos a serem utilizados. Para ele, despertar o sentimento era pouco, era necessário mesmo “[...] formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo” (HORTA, 1994, p.177). Tendo em vista essa dicotomia, o Ministro Gustavo Capanema, em sua Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, estabeleceu uma distinção entre sentimento patriótico e consciência patriótica, levando em consideração o nível de escolaridade, ou seja, o ensino primário daria

[...] os elementos essenciais da educação patriótica. Nele o patriotismo, esclarecido pelo conhecimento elementar do passado e do presente do país, deverá ser formado como um **sentimento vigoroso**, como um alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a Pátria (HORTA, 1994, p. 178, Negrito nosso).

Enquanto ao ensino secundário, destinar-se-ia

[...] à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo (HORTA, 1994, p. 178).

Em outras palavras, o ensino secundário deveria ser

[...] um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanham, cerquem ou ameacem, **um ensino capaz, além disto, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria**, a sua independência, a sua ordem, o seu destino (HORTA, 1994, p. 178, Negrito nosso).

Notamos nesse período, tamanha preocupação com o ensino voltado para a formação da alma nacionalista, para a constituição moral dos jovens. Para esse

²⁸ Ministro da Educação de 1937 a 1945. Foi responsável por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no país.

desenvolvimento moral e adequado aos ideais do governo de Getúlio Vargas, elementos como: “[...] o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade” eram essenciais (HORTA, 1994, p.180)²⁹. Tratava-se de responsabilidade mesmo. Era mais que um compromisso e às crianças restava se “[...] devotarem ao culto da Pátria, como um dos mais sagrados deveres” (A IMPRENSA, 9 set. 1938). “Toda obra escolar deve responder por uma única finalidade ou interpretar um sentido único – o nacional – isto é, a orientação eminentemente brasileira, que comprometa a energia de todos” (A UNIÃO, 4 jun. 1938).

Para a concretização desses objetivos, as festas apareciam como procedimentos educativos eficazes, pois era a partir dessas comemorações e dos jovens estudantes, que as autoridades disseminavam esse sentimento nacionalista de respeito e amor à Nação entre a comunidade. Acreditamos que nem sempre eles conseguiam atingir a todos, mas, certamente, grande parte da população deixava-se imbuir por esse caloroso fervor patriótico.

Observando parte do programa publicado no dia quatro de setembro sobre as festividades do ano de 1938, notamos como eram extensos os dias de festas nessa capital:

- 1- Abertura da sessão pelo aluno José Nilsan Falcão.
- 2- Conferencia sobre a data, pelo aluno Heronides Moura.
- 3- Hino da Independencia, pelo sexteto.
- 4- Discurso do aluno Jessé Falcão, orador do “Esporte-Clube Aprendizizes Artífices”.
- 5- Marcha – 13 de Agosto- pelo sexteto [...]
- 8- Dialogo de E. Vanderlei, - Tudo pelo Brasil, - pelos alunos da classe – C – Otoniel Vieira e Eliezer do Nascimento [...]
- 14- Monólogo de E. Vanderlei – Pintacuda, - pelo aluno do segundo ano, Valdo Rodrigues [...]
- 16- Poesias declamadas pelos alunos do terceiro ano – Antonio de França, Augusto Demésio, Antonio Pessôa, Eduardo do Nascimento e pelo aluno do quarto ano, João de Luna.
- 17- Hino Nacional, – pelo sexteto (A UNIÃO, 04 set. 1938)³⁰.

A programação destacada aponta o que foi sugerido anteriormente no que se refere à disciplina exigida para com a execução dessas apresentações cívicas. Como é possível observar, o programa contava com um significativo número de poesias que deveriam ser declamadas pelo alunado, a execução desse tipo de atividade demandava dias e dias para ensaiar os alunos e deixá-los preparados para o momento do evento. A seguir, apresentamos um soneto de autoria de Antônio Faria, que apesar de não constar na programação

²⁹ Para maior aprofundamento sobre a questão da educação no Estado Novo, ver: HORTA, 1994.

³⁰ Por ser muito extenso, optamos por destacar apenas algumas partes do programa.

anteriormente destacada, faz parte de uma publicação, de 1943, intitulada *Palestras Cívicas*, elaborada por Helena Lopes Abranches. Esse livro reúne uma série de sonetos e poesias que, para a referida autora, poderiam ser utilizadas nas ocasiões de festividades cívicas. Acompanhem um deles:

7 DE SETEMBRO
(Antônio Faria)

No tôpo da colina sobranceira,
Onde ora se ergue altivo monumento,
Desvendou-se, num rápido momento,
O destino da Terra Brasileira.

De Dom Pedro ante a voz alviçareira,
A par de um gesto súbito e violento,
Mudou-se o fado tétrico e cruento
Da Terra, hoje entre tôdas a primeira.

Saudemos, neste dia esplendoroso,
O brado forte, mágico e saudoso,
Que vibra em nosso coração gentil.

E invoquemos a imagem consagrada
Do grande vulto varonil de Andrada,
O herói da Independência.

Como podemos observar, trata-se de um poema que eleva a imagem, segundo a historiografia oficial à época, de um dos grandes vultos da nossa história: D. Pedro, que se tornou um “herói” brasileiro, um “herói” da independência, exaltado pelo seu ato às margens do Rio Ipiranga, ou seja, o importante era exaltar e respeitar os vultos da nossa história, por isso era comum que palavras de empenho e energia, inteligência e perspicácia fossem atribuídas à figura do “salvador da pátria”, aquele que nos livrou das amarras de Portugal.

As páginas jornalísticas que hoje nos servem de fonte na feitura deste trabalho, eram, naquele período, veículos de propagação de discursos enaltecedores como este, apresentado no soneto de Antonio Faria. Era, também, através de periódicos que se divulgavam o sucesso das festividades. Essas páginas chegavam às mãos de uma parcela do povo paraibano e transmitia, através de suas colunas noticiosas, criteriosamente, o mérito dos desfiles cívicos que haviam tomado corpo nas ruas desta capital. É notória a participação da imprensa na construção de um “[...] passado social formalizado almejado pelo Estado”, a imprensa forneceu “[...] elementos retóricos que fortaleciam fundamentos cívicos doutrinários

que pretendiam revestir os desfiles como manifestações autênticas de patriotismo” (BENCOSTTA, 2006, p.311).

Através de suas próprias páginas, a imprensa salientava sua importância e seu papel ao lado do governo. Foi isso que notamos ao verificar o documento a seguir:

Orientando o pensamento e inflamando o coração das multidões, o jornalista é o parente próximo do homem de Estado – na coragem do sacrifício, no devotamento ao bem público e ainda na subordinação ao ritmo social do destino de ambos [...]. O país encontrou na imprensa o eco poderoso da sua própria voz e nela o governo teve a mais lucida colaboração (A UNIÃO, 14 jul. 1938, Negrito nosso).

Como já salientamos anteriormente, era através da imprensa que os detalhes das comemorações eram apresentados, lembrando que havia forte interesse em fazer com que as festas fossem descritas com demasiado sucesso, pois como podemos apreender do trecho destacado, os meios de comunicação tinham o papel de inflamar o coração das multidões, tinham o poder de inculcar ideias e construir opiniões. O “jornalista” era o parente próximo do Estado, ou seja, o próprio jornal *A União*, admitiu que o “jornalista”, ou em outras palavras, que o jornalismo estava subordinado ao poder público, ao governo e às suas vontades e decisões, afinal de contas, o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP existia justamente para isso, para vetar o papel de livre arbítrio da imprensa, fazendo com que esta fosse submissa e leal aos interesses do Estado. Não era apenas a imprensa que passava pelo crivo desse Departamento, seu papel era controlar todos os meios de comunicação e isso incluía todos os tipos de publicação, inclusive livros³¹.

Os discursos de Vargas proferidos em inaugurações, comemorações e visitas, assim como o de seus ministros e assessores, forneciam o conteúdo básico da propaganda. Havia controle direto sobre os veículos de comunicação: jornais, rádios, cinema. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Aqueles que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada. As publicações inconvenientes foram suprimidas (CAPELATO, 1998, p. 70).

³¹ No anexo VIII dispomos um documento que nos permite ver um parecer emitido por um membro da Comissão de Exame e interdição de livros do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Trata-se do parecer emitido à obra: *Palestras Cívicas*, publicado por Helena Lopes Abranches no ano de 1943.

Nessa perspectiva, os periódicos nos permitem ter uma noção de como eram realizadas estas festividades. Destacamos agora aspectos das festas em comemoração à Semana da Pátria no ano de 1940:

REVESTIRAM-SE de grande brilhantismo as comemorações, sábado, do “Dia da Independência”, que encerraram os festêjos da *Semana da Pátria* nesta capital. Às 9 horas, o Chefe do Governo em companhia do comandante da Guarnição Federal, passou revista às tropas, recebendo as devidas honras militares. Em seguida, as tropas militares, alunos do Liceu Paraibano e representações desportivas, iniciaram o desfile partindo da Avenida Getúlio Vargas pelas Ruas Morcovo Filho, Duque de Caxias e Trincheiras. Ao passar pelo Palácio da Redenção, foi prestada continência ao interventor Ruy Carneiro, que assistiu o desfile da sacada do Palácio em companhia de auxiliares do Governo e outras altas autoridades civis e militares (A UNIÃO, 10 set. 1940).

Além dos escolares que marchavam rua afora, as comemorações cívicas envolviam também as tropas militares. O governo de Getúlio incitava a participação desses segmentos, pois considerava que os militares eram “[...] verdadeiros apóstolos do patriotismo e do dever cívico” (HORTA, 1994, p.7). Afinal de contas, “O desfile militar cria um sentido de unidade, sendo seu ponto crítico a dramatização da idéia de corporação nos gestos, vestes e verbalizações, que são sempre idênticos” (DAMATTA, 1997, p.57).

Citando Góes Monteiro, Horta (1994, p.20) enfatiza que:

O meio mais radical de estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade pública, é justamente adotar os princípios de organização militar [...]. As forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas.

“De fato, o desfile militar aponta simbolicamente para um congelamento ou uma ‘parada’ da estrutura social, e não poderia ser de outro modo. Isso porque as corporações desfilam seguindo uma rigorosa ordem interna [...] e uma rigorosa ordem de desfile” (DAMATTA, 1997, p. 57). As forças militares tinham mesmo a obrigação de apoiar o governo. Esses oficiais eram convocados e obrigados a participarem dos desfiles cívicos, é o que nos mostra a matéria publicada no jornal *A União*, na qual o Coronel Nelson Marinho apresentou algumas das atribuições desses oficiais no dia 7 de setembro de 1945:

NOTA DA INSTRUÇÃO N. 20

VI- Comparecimento de oficiais:

a) **Os que não tomarem parte na formatura deverão assisti-la obrigatoriamente.**

b) Uniforme: Tunica branca e calça cinza, armado com passadeiras.

c) Local: Palanque na Praça João Pessoa para o desfile, e para a missa o marcado no “croquis” anexo (A UNIÃO, 6 set. 1945, Negrito nossos).

A imagem dos oficiais fardados a desfilar durante as festas era importante para causar na comunidade a impressão de um país forte e unido. “As fardas simbolizam identidades sociais concretas que operam em todos os níveis da vida social” (DAMATTA, 1997, p.61). É importante lembrar que a intenção era educar os jovens estudantes de forma que eles pudessem ser o futuro da Nação, por isso, o exército era naquele momento “[...] uma escola e uma oficina de preparação de todos os meios de defesa da nacionalidade”. Assim sendo, a escola deveria estar ligada a essa oficina para que houvesse “[...] a coordenação regular no sentido do objetivo comum” (HORTA, 1994, p.25), isto é, difundir entre esses jovens uma mentalidade nova e enérgica em torno do ideal nacional.

Não podemos nos esquecer também, que no governo de Vargas houve uma preocupação constante com a educação dos corpos, a fim de arregimentar a mocidade estudantina, ou seja, não bastava o despertar do sentimento nacionalista, era importante também, despertar nesses jovens o interesse pela carreira militar³², pois naquele momento a ideia era de que “A Nação precisava defender-se apenas se fosse atacada; mas ela só estaria em segurança se estivesse permanentemente preparada, de forma a desencorajar qualquer ataque” (HORTA, 1994, p.30). Essa preocupação levou, em nível local, o interventor Argemiro de Figueiredo, a regulamentar a educação física nas escolas através do decreto de N° 961 de 11 de fevereiro de 1938, visando a organização escolar do Estado. Além da educação física, tornou-se obrigatória a educação cívica, a educação moral e artística. Abaixo destacamos uma parte do decreto publicado na Revista do Ensino:

Argemiro de Figueirêdo, Interventor Federal no Estado da Paraíba, completando a lei n.º 16, de 13 de dezembro de 1935, e com o fim de arregimentar a mocidade estudantina, criando uma mentalidade nova, de acordo com o espírito do regime implantado no Brasil, pela Constituição de 10 de Novembro, toma as seguintes resoluções, quanto ao regime escolar do Estado: DA EDUCAÇÃO FÍSICA – Art. 1.º- Fica instituída obrigatoriamente a educação física em todas as escolas primárias e secundárias do Estado [...]. DA EDUCAÇÃO CIVICA – Art. 4.º - O culto á bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e

³² Sobre essa questão conferir o Decreto-Lei n° 4.642, de 2 de setembro de 1942, quando foram dadas as bases da organização da instrução pré-militar (BRASIL, 1943).

particular. Art. 5.º - Haverá diariamente, antes do início do expediente escolar, o hasteamento da bandeira, no pátio interno das escolas. Art. 6.º - As datas nacionais e do Estado serão comemoradas festivamente, cumprindo aos professores nesses dias, fazer preleções alusivas ao fato que se comemora e ainda promover paradas escolares, as quais terão, obrigatoriamente, o comparecimento dos docentes, funcionários e alunos [...] DA EDUCAÇÃO MORAL- Art. 9º- Os professores levarão na mais alta conta a educação moral dos seus alunos a qual deve ser encarada sob dois aspectos: 1º- a preventiva; 2º- a reformativa (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.12/13)³³.

Ao instituir a obrigatoriedade da Educação Física, observamos de fato, a preocupação das autoridades do governo com a educação dos corpos que deveriam se mostrar esguios e saudáveis. Corpos educados que fossem capazes de lutar e competir em defesa da nação, além do que, um corpo bem cuidado significava também a beleza, e mais importante ainda, o desenvolvimento das qualidades intelectuais do jovem, uma ação disciplinadora para o combate à preguiça e ao ócio. Portanto, “[...] o corpo e a energia deveriam ser rigorosamente disciplinados e organizados durante a infância, fase da vida em que o organismo revelava as energias adormecidas” (SOARES JUNIOR, 2011, p.170).

Empregavam-se, nas páginas dos jornais da época, notícias sobre as virtudes da educação física, vejamos a seguinte matéria:

EDUCAÇÃO FÍSICA

O grau elevado de desenvolvimento físico é o trabalho natural e resultante, dado ao organismo em todo e qualquer ramo da Educação Física. O movimento é o gesto mais pronunciado de um recém-nascido, o instinto de mover-se é o desejo do corpo, primeiramente arrastando-se, depois trepando, logo após andando, a seguir correndo, por último saltando [...]. Na Grécia, a nenhum indivíduo era dado o direito de deixar de frequentar as instituições educacionais, do corpo e do espírito. E estas instituições educacionais, que a todos os bons cidadãos se impunham, como um dever para com eles e para com a pátria, era a Educação Física espontânea que todos tinham a necessidade de praticá-la, com o fim unicamente de assegurar o seu desenvolvimento, o equilíbrio de suas funções orgânicas, para aumentar a sua energia (A UNIÃO, 7 mai. 1938).

Rebuscando as atividades físicas desenvolvidas na Grécia antiga, o Sargento Clodoaldo Passos Filho, professor de educação física do Colégio Carneiro Leão, ressaltou a importância da prática de exercícios no cotidiano de um indivíduo. Essa preocupação com a educação dos corpos pode ser evidenciada também, pelas notícias que temos sobre os programas levados a efeito durante as festas, pois como temos mostrado no decorrer do

³³ Decreto na íntegra disposto no anexo V.

trabalho, além dos desfiles, constava sempre na programação alguma atividade esportiva realizada pelos alunos.

Assim nos mostra o jornal *A Imprensa* ao noticiar as festividades em comemoração ao Dia da Pátria realizada no Colégio Anchieta no ano de 1938:

O Colegio “Anchieta”, dirigido pela professora Hercilia Fabricio comemorou condignamente o “Dia da Patria”. Durante todo o dia realizaram-se interessantes festividades, nelas tomando parte alunos internos e externos. **A’ tarde, teve lugar animada partida de “volley ball”** entre os combinados masculinos e feminino, saindo vitorioso o ultimo (A IMPRENSA, 9 set. 1938, Negrito nosso).

Tendo em vista educar os corpos dos jovens estudantes, a prática do esporte tornou-se hábito em comemorações cívicas. Como demonstramos anteriormente, dentro dos programas festivos era comum incluir jogos, corridas e outras atividades que desenvolvessem a saúde do corpo, a intelectualidade desses alunos, bem como a disposição e a força para protegerem a Nação de seus inimigos. “Do esforço eugenizante estadonovista decorre o papel atribuído e desempenhado pela educação física. Era urgente, aos olhos dos dirigentes nacionais, atributos, que dariam garantia de perfectibilidade à raça nacional” (PEREIRA, 1999, p.20).

Dentro dessas atividades relacionadas à saúde do corpo, estavam também os exercícios envolvendo a utilização de bicicletas. Nas festividades em comemoração à Semana da Pátria no ano de 1938, os jovens seguiram o trajeto desfilando de bicicleta, essa era uma forma de despertar na população o interesse pelo esporte, bem como mostrar que essa prática já estava sendo difundida nas escolas. Vejamos a imagem a seguir:



Figura 7- Aspecto do desfile em comemoração à Semana da Pátria. Nessa imagem os jovens seguem desfilando de bicicleta, em frente da sacada principal do Palácio da Redenção. Fonte: *A União*, 10 set. 1940.

Interessante notar os aspectos desse desfile, em que os jovens, de uma forma diferente da habitual, não seguem marchando rigidamente, mas sim pedalando. Observamos o interesse em exaltar o físico dos rapazes, que seguiam, propositalmente, com camisetas, certamente para deixar à mostra os braços fortes e trabalhados pelo esforço físico das atividades que já estavam sendo aplicadas na escola.

É importante ressaltar que toda essa movimentação ocorrida durante as comemorações festivas que nos é apresentada pelos jornais, tomava também as cidades do interior, ou seja, por todos os lados, em cada cidadela, as ruas eram tomadas por estudantes, familiares, autoridades e pela sociedade quase que em sua maioria, principalmente em se tratando dos municípios pacatos, em que os dias pareciam tão iguais e sem novidades. As festas eram nesse caso, um acontecimento que chegava para agitar a vida da comunidade, pensando nisso é que nos arriscamos a dizer que boa parte dos habitantes daquelas cidadelas lá se faziam presentes.

Apresentamos a seguir um novo quadro que nos mostra como foram as festas em comemoração à Semana da Pátria nos municípios do interior paraibano:

Quadro II
Aspectos das comemorações da Semana da Pátria no interior do Estado da Paraíba

CIDADE	ANO	ASPECTOS
Campina Grande	1938	As festas nessa cidade contaram logo pela manhã com a parada cívica e em seguida várias provas esportivas no Instituto Pedagógico, no Colégio Pio X e no Imaculada Conceição. A tarde ocorreram o restante das solenidades com participação dos educandos do Instituto Pedagógico, ao som da banda musical cedida pelo prefeito Bento de Figueiredo. “Essas duas paradas puzeram a cidade em verdadeiro entusiasmo, dada a bôa ordem que reinou”.
Guarabira	1938	Nesta cidade houve a participação dos alunos do grupo escolar, do Tiro de Guerra 41 e hasteamento do Pavilhão Nacional ao som do Hino Nacional, que foi executado pela banda de música municipal.
Itabaiana	1938	Neste município as solenidades contaram com a presença de todas as escolas públicas, particulares, colégios, Academias de Comércio e do Tiro de Guerra.
Mamanguape (Pindobal) ³⁴	1938	As festas neste local foram comemoradas na Escola Correccional Presidente João Pessoa. Realizaram-se preleções sobre o significado da data, formatura dos alunos e diversas competições esportivas. Na notícia consta que, tanto da capital, como da cidade de Mamanguape, seguiram numerosas pessoas a fim de assistirem às festividades.

³⁴ Propriedade adquirida pelo Estado da Paraíba, em 1934, para a construção da Escola Correccional Presidente João Pessoa. Tratava-se de uma fazenda localizada no município de Mamanguape.

Sapé	1945	A fim de comemorar o Dia da Pátria, a diretoria do Grupo Escolar Gentil Lins organizou um programa com missa, sessão cívica presidida pelo prefeito municipal e desfile com os alunos do grupo e demais escolas da cidade. As festividades se encerraram com o entoar do Hino Nacional.
Cabedelo	1945	Neste município as festividades foram organizadas pelo delegado municipal Janson Guedes Cavalcanti. Houve tarde esportiva com os alunos do Grupo Escolar Pedro Américo, passeata, a noite realizaram uma sessão solene, a bandeira foi hasteada e finalizaram com a missa.

Fonte: Elaborado a partir de informações publicadas no Jornal *A União* do ano de 1938 e 1945.

Como podemos notar, várias cidades contaram com eventos festivos nos anos de 1938 e 1945. Os aspectos das festividades na cidade de Cabedelo, por exemplo, sugerem o que já apontamos anteriormente, a respeito das atividades físicas que comumente entravam nos programas das festividades escolares. Neste município foram realizadas algumas provas esportivas pela tarde, passeata e, para finalizar, foi celebrada a missa. Outro aspecto muito comum nesse período era justamente este, a finalização de todas as atividades com a missa celebrada pelos párocos locais, detalhe que pode ser observado também na programação da cidade de Sapé.

Observando os aspectos das festas em Campina Grande, constatamos mais uma vez a importância dada aos cuidados com o corpo, pois na programação, os alunos tiveram que participar de algumas provas esportivas. Já nas cidades de Guarabira e Itabaiana, o destaque foi para a participação do Tiro de Guerra nas festividades locais.

Durante nosso contato com as fontes um fato nos chamou a atenção: as festas cívicas também ocorreram em instituições brasileiras fora do território nacional, como foi o caso da Escola Brasil, localizada na Argentina, nossa vizinha. Vejamos a notícia:

NA ARGENTINA

BUENOS AIRES- Na Escola Brasil foi realizada ontem, brilhante cerimônia comemorativa da data nacional brasileira. Estavam presentes o Embaixador do Brasil, Sr. Rodrigues Alves, altas autoridades, os membros do Conselho Nacional de Educação e outras personalidades. Vários alunos recitaram, em português, versos de Olavo Bilac (A UNIÃO, 10 set. 1938).

Como podemos observar, para as comemorações cívicas durante o Estado Novo não existiam fronteiras, fosse no território brasileiro ou fora dele. Os alunos brasileiros precisavam manter esse contato com a História pátria.

As comemorações cívicas desse período, como já salientamos anteriormente, não mobilizavam apenas os alunos e seus familiares, mas boa parte da população estava envolvida nesses eventos. Através dos escolares, buscava-se a criação de um sentimento nacional e a ideia de um Brasil como pátria de todos. Assim sendo, a escola se tornou essencial para o sucesso dessa empreitada e, nas festas cívicas de rituais cuidadosamente preparados, a juventude se tornava o foco principal das autoridades locais. Esse aspecto podemos notar a partir das palavras do Inspetor Geral do Ministério do Trabalho da Paraíba, Dr. Dustan Miranda:

Juventude das escolas! Estrêla da manhã. Aurora, sol nascente sobre os horizontes da Patria, estas palavras, que vou proferir, dirigem-se ao vosso coração. Certamente, hoje melhor de que ontem, começais a compreender o Brasil. Já sentis que a Terra do Cruzeiro não é mais o campo indeciso de todas as experiencias aleatorias ou temerarias. A providencia, que vêla sempre, nos concedeu o golpe de 10 de Novembro e a poderosa alavanca de contenção da esboroada. E assim podeis hoje, juventude das escolas, dizer comigo, dizer com milhares e milhares de jovens estudantes de todo o Brasil, dizer com todo o povo brasileiro: - Salve mil vezes, salve, á Patria redimida pela genial inspiração de Getúlio Vargas!... Salve ó Brasil!... (MIRANDA, 1938, p.3, Negrito nosso).

Impossível não destacar aqui partes do discurso proferido pelo Sr. Dustan Miranda diante do apelo emocional contido em suas palavras. Ele pedia à juventude, que ouvisse suas palavras e que as deixassem falar ao coração. O ministro pediu aos estudantes que glorificassem o ato de Getúlio Vargas em instituir novos rumos ao Brasil, ou seja, ele aproveitou a ocasião festiva para exaltar os rumos da política estadonovista e a figura do então presidente da República e, foi com essas palavras que o Departamento de Educação da Paraíba fechou as comemorações da semana da Pátria do ano de 1938.

3.2 - O Dia do Trabalho

Para Hobsbawm (1997), é comum que o Estado se utilize de uma série de rituais e celebrações no intento de tentar mobilizar a sociedade em geral e, de maneira mais especial, os alunos. Para esse autor, a invenção das tradições pode ser realizada oficialmente e não oficialmente. Nesse caso, as invenções oficiais podem ser chamadas de políticas e surgem em Estados ou movimentos, políticos e organizados, criados por eles; e aquelas não oficiais, que podem ser denominadas sociais, são gestadas principalmente por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não são específicos (HOBSBAWM, 1997).

Com base nas colocações do referido autor, podemos considerar as festividades cívicas como as da Semana da Pátria, Dia da Bandeira, entre tantas outras, como tradições oficiais, pois se tratavam de movimentos organizados e com objetivos específicos, isto é: motivar a sociedade para a construção de um país guiado pela paz e amor à nação. Contudo, no caso das comemorações do dia 1º de maio, há uma ressalva. Segundo o autor, essas se dividem tanto em tradições oficiais quanto políticas, pois:

O 1º de Maio começou numa época de extraordinário crescimento e enorme expansão dos movimentos operários e socialistas de numerosos países, e dificilmente poderia ter-se estabelecido num clima político menos promissor. O antigo simbolismo da primavera, a ele associado de maneira tão fortuita, foi perfeito para a ocasião, no início da década de 1890. Assim, a data transformou-se rapidamente numa festividade e rito anual altamente carregado. O 1º de Maio e os rituais trabalhistas semelhantes situam-se entre as tradições ‘políticas’ e ‘sociais’, pertencendo ao grupo das primeiras através de sua associação com as organizações de massas e partidos que podiam – e de fato visavam – tornar-se regimes e estados; e ao grupo das segundas porque manifestavam de forma autêntica a consciência que os trabalhadores tinham de serem uma classe à parte, visto que esta consciência era inseparável das organizações correspondentes (HOBSBAWM, 1997, p. 293-294).

Mesmo que o Dia do Trabalho não tenha sido uma tradição inventada por Getúlio Vargas, compreendemos que nesse governo essa foi uma festa mais que inventada, mas reinventada, ou seja, já constava no calendário festivo da época, mas não com tamanha evidência como passou a ser a partir da instauração do Estado Novo. Nesse sentido, é preciso que se evite pensar “[...] que formas mais antigas de estrutura de comunidade e autoridade e, conseqüentemente, as tradições a elas associadas, eram rígidas e se tornaram rapidamente obsoletas” (HOBSBAWM, 1997, p.13), ou seja, “[...] não devemos pensar que as tradições

ligadas às chamadas sociedades tradicionais se tornaram rapidamente obsoletas e que as novas tradições surgiram por causa da inutilidade das velhas” (AIRES, 2006, p.38). Na realidade, o que aconteceu com o 1º de maio foi “[...] uma adaptação, quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas, ou usar velhas formas para novos fins” (AIRES, 2006, p.38), ou seja, a partir de 1938, estas festividades passaram a ser mais divulgadas, havia maior empenho em organizá-las e buscava-se com maior ânsia o seu sucesso. Afinal de contas, Getúlio foi um governo que ficou conhecido por sua preocupação com as classes trabalhistas, pelo menos essa foi a imagem que ele tentou passar.

Segundo as matérias publicadas no jornal *A União*, as comemorações dessa data na Paraíba eram comuns, mas foi a partir do ano de 1938 que estas ganharam maior destaque e passaram a ser revestidas de grande garbo. No ano de 1943, por exemplo, as notícias nos mostram que as ruas paraibanas se abarrotaram de pessoas e, numa movimentação eufórica, milhares de trabalhadores se organizavam, a fim de comemorar o seu dia:

COMEMORA-SE hoje em todo o país, com diversas solenidades cívicas, o Dia do Trabalho, consagrado às laboriosas classes que, cumprindo o seu dever patriótico, estão empenhadas numa grande tarefa pela causa da vitória nacional. Como nos demais Estados, a data será celebrada na Paraíba com expressivas festividades que terão a cooperação dos círculos operários e das autoridades, o elemento concentrado na Praça da Independência formará uma coluna de marcha e desfilara em saudação ao sr. Interventor Federal e demais autoridades civis e militares, que se acharão reunidas, para o ato na sacada do Palácio da redenção (A UNIÃO, 01 mai. 1943).

Ainda na mesma página, foi publicado um convite enviado do Rio de Janeiro, pelo Ministro Marcondes Filho, ao interventor Ruy Carneiro. O presidente da República falaria a todo o país, seu discurso seria anunciado pelas rádios e em alto falantes nos centros das cidades, para que todos pudessem acompanhar simultaneamente aquele momento de efervescência, em que, certamente, seriam ressaltadas todas as conquistas que o governo vinha realizando. “A festa representava a espetacularização da política, na ritualização do poder, para sua legitimação no espaço público” (VAZ, 2006, p. 59).

DO MINISTRO MARCONDES FILHO AO INTERVENTOR RUY CARNEIRO

RIO, 29- Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que, em comemoração às festas do Trabalho, será realizada no próximo dia 1º de maio, uma grande concentração de trabalhadores diante do edifício deste Ministério, devendo o sr. Presidente da República falar, às 15 horas, ao operariado, em oração que será irradiada para todo o país pelo Departamento de Imprensa e

Propaganda. Atenciosas saudações. ALEXANDRE MARCONDE FILHO, Ministro do Trabalho e Comércio (A UNIÃO, 01 mai. 1943).

Como já destacamos anteriormente, é comum encontrar nos jornais estudados, convites do presidente para que a população ouvisse os seus discursos que seriam transmitidos pelas “ondas do rádio”. Instala-se a partir disso, um *poder simbólico* que “Administra o imaginário social com uma gama infinita de instrumentos quantificadores da opinião pública com o objetivo de proporcionar a aceitabilidade de um discurso que atenda aos interesses do poder instituído” (PACHECO, 2001, p.2).

Vejamos o que nos diz Bourdieu (2010, p.11) a esse respeito:

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica [...] e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários.

Compreendemos a partir destas colocações, que a cultura dominante contribui para a “[...] integração real da classe dominante [...] para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções” (BOURDIEU, 2010, p.10).

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital económico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes (BOURDIEU, 2010, p.12).

Com a intenção de impor uma imagem de sociedade harmônica e também de reprimir tudo que pudesse ameaçar a ordem e o propósito patriótico, os discursos buscavam enaltecer os sentimentos cívicos da população e, nesse caso mais específico, dos trabalhadores, afinal de contas, o dia era deles. Destacamos a seguir uma imagem que nos mostra os aspectos das festas do 1º de maio nesta capital no ano de 1939:



Figura 8- Aspectos da concentração operária no ano de 1939. Fonte: Jornal *A União*, 03 mai. 1939.

Nesta imagem podemos notar alguns aspectos da concentração operária que se organizou para comemorar as festas do Dia do Trabalho na capital paraibana. Na sobreposição, podemos observar dois clichês. No primeiro, observa-se o desfile dos sindicatos classistas frente ao Palácio da Redenção, enquanto no segundo notamos o interventor Argemiro de Figueiredo, ladeado pelo Inspetor Regional do Ministério do Trabalho e pelos presidentes dos sindicatos, por ocasião da visita feita no Palácio. Além da imagem, tivemos notícia de uma revista operária com título *O Trabalho*, que iria circular em homenagem à data no ano de 1939:

Pela manhã do dia 1º de maio serão hasteadas, nas sedes de todas as agremiações trabalhistas, as respectivas bandeiras sociais, ao lado da Bandeira Nacional. Ainda em homenagem á data, **circulará a revista operária ilustrada O TRABALHO**, a cargo de elementos destacados dos meios proletários de João Pessoa. No estúdio da P R I 4 Rádio Tabajara da Paraíba, haverá a “Hora Operária”, constando de matéria toda alusiva ao dia, conforme entendimento já havido entre os promotores das festividades e o Governo do Estado (A UNIÃO, 26 nov. 1939, Negrito nosso).

Apesar das imagens e das longas matérias enfatizarem insistentemente a grandiosidade e o brilhantismo destas festas com grande participação dos trabalhadores, por algumas vezes uma pergunta nos inquietou: seriam mesmo essas comemorações um sucesso ou esta era a visão que os jornais orientados e fiscalizados pelo DIP queriam passar? Não encontramos registros nas fontes pesquisadas, mas lançamos as seguintes questões: não haveria grupos que discordavam dessas manifestações? Será que para todos os trabalhadores essa situação era favorável ou muitos deles foram silenciados pelo regime?

Afinal, quais seriam as aspirações das massas trabalhadoras? Não adentramos aqui nos possíveis desejos dos trabalhadores. Entretanto, o presidente Getúlio Vargas se arvorou de ser um verdadeiro representante dos anseios do povo e da classe trabalhadora. Acompanhem alguns dos seus argumentos:

Podeis interrogar, talvez: Quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: A ordem e o trabalho! O trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana! [...] **O Governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes.** [...] Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional. (VARGAS, 1938, p.203/204/205, Negrito nosso).³⁵

As palavras de Vargas nos mostram o forte apelo utilizado para convencer as massas de que essas não deveriam se rebelar, mas sim viver em comum acordo e num esforço homogêneo “Pela prosperidade e pela grandeza do Brasil!” (VARGAS, 1938, p. 205). Certamente suas palavras de ordem não convenciam a todos, mas acreditamos que boa parte da população se deixou envolver pelos seus discursos prontos e, diga-se de passagem, muito bem elaborados! Segundo Capelato (1998, p.175):

O trabalhismo constituiu um dos traços definidores da política varguista. A constituição do Ministério do Trabalho, a lei do sindicalismo, a legislação social compõem a estrutura da nova cultura política. No que se refere à

³⁵ Discurso pronunciado por Getúlio Vargas, por ocasião da assinatura de Decretos-Leis referentes às classes trabalhadoras do país, no Palácio Guanabara, a 1 de Maio de 1938.

cidadania/trabalho, a atuação do governo se fez sentir em duas direções: a primeira dizia respeito às concessões efetivas às classes trabalhadoras, e a segunda referia-se à propaganda dessa política com vistas a introjetar na consciência do cidadão trabalhador os compromissos da nova cidadania, aí se incluindo o sentimento de gratidão e retribuição.

A “Propaganda política enfatizava essa cidadania trabalhista, nos meios possíveis, junto às classes trabalhadoras e populares” (VAZ, 2006, p.58). Por isso, salientamos mais uma vez que, essa prática enaltecida do regime estadonovista que temos destacado até aqui, tinha como seu principal meio de divulgação na Paraíba, o jornal *A União*, um órgão estatal e que por motivos de interesses próprios, jamais traria uma visão negativa desse regime. Nesse jornal e em vários outros veículos de informação, censurados pelo poder instituído, a imagem do líder carismático e avassalador em seus atos fluía abundantemente.

Mas levando em consideração essas colocações, voltamos às nossas fontes e elas nos mostram que estas festas não contavam apenas com trabalhadores, mas nela também se envolviam os escolares. “O público alvo dessas comemorações eram os operários, sindicatos e trabalhadores nacionais, não inviabilizando, porém, o investimento maciço, nas escolas, das noções de trabalho”, reforçadas pela data comemorativa (VAZ, 2006, p. 65-66).

A noção educativa do trabalho perpassava toda a sociedade, e, na escola, por ser *locus* formador das novas gerações, a educação pelo trabalho e para o trabalho toma espaço nos investimentos do governo, principalmente por meio dos materiais escolares e extra-escolares. Mesmo que a escola apareça mais diluída no espaço público, nas festividades do Dia do Trabalho dá-se ênfase ao tema *trabalho* no interior das escolas e também nos projetos e discursos do governo para a infância e juventude, futuro da nação trabalhadora e patriota (VAZ, 2006, p.66).

Como já salientamos, as festividades do Dia do Trabalho, assim como todas as outras, tinham suas programações descritas detalhadamente nos órgãos de comunicação. Nos jornais, no dia da festa e durante todo o mês de maio, relatavam-se abundantemente o sucesso das festividades que ocorreram nas diversas cidades do Estado, em vários locais, tais como: grupos escolares, ligas operárias, sindicatos, dentre outros. No ano de 1943, por exemplo, foi publicado, um croqui (figura 9), no qual buscou-se destacar o esquema da concentração trabalhista para as festividades daquele dia:

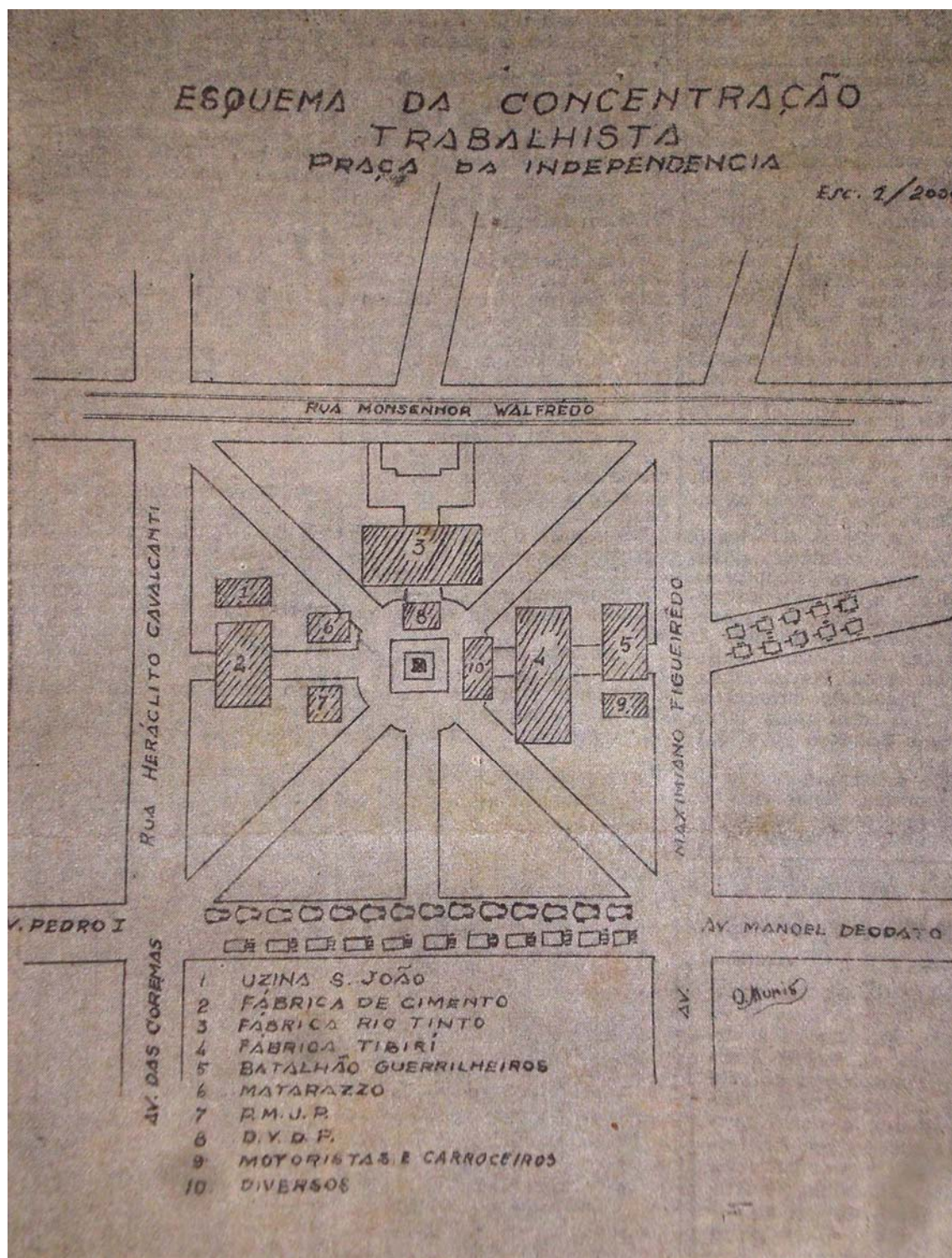


Figura 9- Croqui referente à concentração trabalhista para as festividades desse dia na capital paraibana no ano de 1943. Fonte: Jornal *A União*, 01 mai. 1943.

Na imagem (figura 9), há um detalhamento das ruas e avenidas por onde passaria o desfile, além de um detalhado esquema de concentração especificando os pontos em que os funcionários de cada fábrica se encontrariam para a concentração. O ponto marcado era a Praça da Independência e 10 grupos foram montados, entre eles havia os funcionários das

fábricas, o Batalhão de Guerrilheiros, os funcionários da prefeitura municipal de João Pessoa e até mesmo um grupo para aqueles que não possuíam vínculo com nenhuma das fábricas especificadas: motoristas e carroceiros.

Como podemos notar, a ênfase nas festividades do Dia do Trabalho era tamanha e, no espaço escolar, a valorização ao trabalho também era comum, todavia, ela não se restringia à festividade/comemoração por si mesma, havia outros meios didáticos e pedagógicos que contribuíam para a construção/fortalecimento de tradições. Nessa perspectiva, vamos destacar uma história que integra um livro de leituras para o ensino primário, utilizado nas escolas de Minas Gerais³⁶, no qual “A ênfase na distinção de cada profissão, para cada aluno, faz do espaço escolar, além do lugar para a instrução, um ambiente formador da instrumentalização para o trabalho” (VAZ, 2006, p.72).

O trabalho

Na escola de Cláudio todos trabalham.

Logo de manhã um menino de cada turma rega o canteiro que pertence à sua classe.

Antes do recreio uma turma de meninas vai à cozinha ver como se faz a sopa.

Outra turma aprende a cooperar, ajudando no preparo dos pratos e colheres.

Todos os alunos estão convencidos de que o trabalho enobrece e ninguém se furta a trabalhar.

Nas classes mais adiantadas, cada aluno se exercita numa profissão: são carpinteiro, de marceneiro, de torneiro, de pedreiro, de entalhador, de jardineiro, de empalhador.

As meninas também trabalham em jardinagem, costuras, cozinha, lavagem, bordados.

No dia 1º de maio, dia da festa do Trabalho, há grande alegria na escola de Cláudio.

Os alunos cantam hinos elogiando o trabalho, representam peças em que se vêem trabalhadores, ferramentas, utensílios, máquinas, tudo quanto indica uma profissão, uma atividade.

Cláudio e seus colegas não levam somente livros e cadernos: cada um carrega uma ferramenta, uma planta, um pedaço de madeira ou de folha, qualquer coisa para fazer.

Por isso quando eles passam, todos dizem:

- Lá vai um aluno da **Escola do Trabalho** (COSTA, 1941, p.92- 93, Negrito nosso).

Como podemos apreender no trecho anteriormente destacado, o ambiente escolar se encarregava de preparar desde a infância, o futuro trabalhador. Era importante criar nos alunos o gosto pelo trabalho e isso só era possível através da divulgação de historinhas como

³⁶ Não encontramos indícios para afirmar que esse mesmo material foi utilizado no Estado da Paraíba, contudo, decidimos apresentá-lo, para mostrar que a ênfase na valorização do trabalho não era uma constante apenas no Estado da Paraíba, mas no Brasil como um todo.

estas e, é claro, das festas cívicas, que tinham como público alvo os trabalhadores, mas também os estudantes, suas famílias e a sociedade como um todo. “As histórias dos livros de leitura têm clara relação, neste aspecto, com as descrições presentes nos jornais sobre como se realizavam, efetivamente, as festividades do Dia do Trabalho nos estabelecimentos de ensino” (VAZ, 2006, p.73).

Por que envolver as crianças nesse tipo de comemoração? Não era uma festa para os trabalhadores? Sim! Era uma festa voltada para o trabalhador, mas essas crianças seriam os trabalhadores de amanhã. Nesse período, quase tudo tinha uma lógica já construída, ou seja, não era por acaso que esses jovens estudantes se envolviam nessas comemorações, era importante despertar neles o interesse pelo trabalho, pois nos discursos daquela época já se dizia que “O habito de responsabilidade deve ser logo inculcado no espírito da criança” (A UNIÃO, 19 out. 1938).

Preocupado com a formação desses futuros trabalhadores, Arlindo Colaço citou as palavras do professor Mario Gomes que alertava: “Nós, professores, somos, também, soldados e a nossa luta deve ser paralela a dos que seguem para as trincheiras. Enquanto rumam eles ao campo de batalha, rumemos aos campos de cultura com as nossas crianças”, dizia ainda, que era importante ensinar a essas crianças “O tamanho das terras, a manufatura das pequenas indústrias”³⁷ (COLAÇO, 1944, p.21).

3.3 - O Dia da Bandeira

Pátria, latêjo em ti, no teu lenho por onde,
Circulo e sou perfume, e sombra, e sol, e orvalho.
E, em seiva ao teu clamor a minha voz responde,
E subo do teu cerne ao céu, de galho em galho.

Dos teus linchens, dos teus cipós, da tua fronde,
Do ninho que gorgéia em teu doce agasalho,
Do fruto a amadurecer que em teu seio se esconde,
De ti, - rebento em luz e em cânticos me espalho!

Vivo, choro em teu pranto, e em teus dias felizes,
No alto, como uma flor, em ti pompeio e exulto!
E eu, morto, - sendo tu cheia de cicatrizes.

Tu golpeada e insultada, - eu tremerei sepulto,
E os meus ossos no chão, como as tuas raízes,
Se estorcerão de dor sofrendo o golpe e o insulto!

³⁷ Palavras do prefeito Arlindo Colaço na Conferência de encerramento da Semana da Criança, na sessão cívica realizada no dia 17 de outubro de 1943, na sede da prefeitura de Alagoa Nova, Estado da Paraíba.

Assim como o dia 1º de maio e a Semana da Pátria, devemos destacar também, as festividades que eram levadas a efeito a fim de comemorar o Dia da Bandeira. O soneto destacado, foi publicado no jornal *A União*, exatamente no dia 19 de novembro no ano de 1939, e trazia o seguinte texto explicativo:

Olavo Bilac, que foi uma das expressões mais altas da poesia brasileira, em certa fase de sua vida se voltou para os grandes problemas da Raça e da Nacionalidade. A sua campanha cívica abalou e empolgou o Brasil através da genialidade do seu espírito. Era o astro a serviço da Pátria. O admirável soneto que hoje inserimos, no Dia da Bandeira, é um pedaço iluminado daquela campanha, cujos ecos vieram ter maior ressonância no Brasil do Estado Novo (A UNIÃO, 19 nov. 1939).

Essa data tinha uma importância significativa e, segundo Abranches (1943, p.143) “[...] esta festividade teve início em 1908, quando uma Comissão Glorificadora da Bandeira Nacional dirigiu um apêlo a todos os habitantes do Brasil, para, aproveitando essa data, realizar uma manifestação cívica em todo o território nacional”, ficando, assim, instituído o seu culto sistemático³⁸.

Passaram-se os anos e essa data não perdia a importância, ao contrário, a cada ano ganhava mais destaque, tanto que no ano de 1941, o interventor da Paraíba, Argemiro de Figueiredo assinou o seguinte Decreto:

DECRETO Nº 118, de 16 de abril de 1941
 Considera feriado escolar o dia 18 do corrente e dá outras providências.
 O Interventor Federal interino no Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe confere a Constituição Nacional,
 Decreta
 Art. Único – Será feriado escolar o dia 18 do corrente e o dia 19 feriado em todo o Estado.
 João Pessoa, 16 de abril de 1941, 53º da Proclamação da Republica³⁹.

Considerando a importância dada para este dia, Argemiro de Figueiredo, achou por bem que as escolas parassem logo no dia 18, certamente essa decisão foi tomada pensando nas festas que precisavam ser organizadas para serem realizadas no dia 19 do

³⁸ Em função da importância que se dava aos símbolos nacionais como a Bandeira, ficou decidido, através do Decreto Nº 4 545 de 31 de julho de 1942, que a feitura de toda bandeira deveria seguir um modelo padronizado. Nos anexos IX e X apresentamos, na íntegra, o decreto e o gráfico da Bandeira Nacional seguindo as regras de padronização do símbolo nacional brasileiro.

³⁹ Livro de Decretos e Decretos – Leis de 1941 do Estado da Paraíba. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Sessão de Obras Raras.

corrente. Nada poderia dar errado, tudo que vinha sendo organizado dias antes precisava ser revisto na véspera, garantindo assim o sucesso que se esperava nas comemorações.

Como temos observado, com a instauração do Estado Novo, uma série de mudanças começaram a ocorrer no Brasil, entre elas uma que muito nos chamou a atenção. O governo de Getúlio Vargas proibiu a ostentação de símbolos estaduais, buscava, dessa forma, evitar a valorização de regionalismos e dar maior ênfase ao nacional, era importante aguçar o sentimento de brasilidade, de amor e respeito pela Pátria:

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Da Organização Nacional

Art. 2º **A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país.** Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais. (Negrito nosso)⁴⁰

Para o novo governo, não era interessante o fortalecimento dos símbolos estaduais, o foco era fortalecer a Nação. Pensando nisso, logo que tomou o poder, uma de suas primeiras providências foi decretar a queima desses pavilhões e símbolos regionais. Vejamos como foi esse dia na Capital Federal:

As grandes festas da Bandeira, hoje, no Rio

Nessa ocasião o povo assistirá a um espetáculo inédito. **Serão depositadas, diante de uma pira ardendo em fogo, as bandeiras regionais dos Estados e do Distrito Federal, representando simbolicamente a extinção das bandeiras estaduais substituídas por um unico pavilhão – o pavilhão nacional na forma da nova Constituição.** Finda essa solenidade, usará da palavra o ministro Francisco Campos, que proferirá a oração oficial, pondo em relevo o alto significado da festa e do culto á nacionalidade. Seu discurso será irradiado pelo serviço de radio-difusão do Ministério da Educação e pelo Departamento Nacional de Propaganda⁴¹ (A IMPRENSA, 27 nov. 1937, Negrito nosso).

Com esse movimento de queima das bandeiras, fica clara a intenção do governo de Getúlio Vargas, ou seja, seu interesse era mesmo concentrar as atenções à Pátria como um todo e para que isso fosse possível, sentiu a necessidade de colocar fim aos pavilhões regionais. Destacamos abaixo, a imagem (figura 10) da queima das bandeiras no Rio de Janeiro em 1937:

⁴⁰ Parte da Constituição decretada pelo governo de Getúlio Vargas quando da instituição do Estado Novo no ano de 1937. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Sessão de Obras Raras.

⁴¹ Importante ressaltar que as festas do Dia da Bandeira, na Capital Federal, foram adiadas e passaram do dia 19 para 27 de novembro, em virtude das fortes chuvas que caíram na cidade.



Figura 10 - Queima dos pavilhões regionais realizado na capital Federal no ano de 1937. **Fonte:** <<http://histoblogsu.blogspot.com>> Acesso em 03 de junho de 2011.

Como podemos observar na imagem (figura 10), em novembro de 1937, “[...] foram queimadas, na praia do Rússel, diante do altar da Pátria, todas as bandeiras que representavam os Estados do Brasil e, assim o fazendo, quis o Chefe da Nação Brasileira, Dr. Getúlio Vargas, intensificar mais o espírito de brasilidade”, ou seja, durante o Estado Novo, o presidente, juntamente com seus dirigentes, focaram-se num “projeto de brasilidade, pautado pela idéia de construção de uma identidade nacional” (CURY, 2002, p. 40). Importante ressaltar, que ao tomar a decisão de queimar os pavilhões regionais, a intenção era “[...] tornar mais coeso o povo brasileiro, unindo-o debaixo de um só pendão- dêste auri-verde pendão que tão bem representa a Terra Brasileira! E mesmo o Brasil é um só todo e só uma bandeira deve ter” (ABRANCHES, 1943, p. 147).

Seguindo o exemplo do presidente da República, o interventor da Paraíba, na época Argemiro de Figueiredo, procurou abolir qualquer tipo de adoração dos símbolos regionais paraibanos e, no dia 29 de novembro de 1937, decretou:

DECRETO N° 857, de 29 de Novembro de 1937.

Argemiro de Figueirêdo, Interventor Federal no Estado da Paraíba, á vista do art. 2° da Constituição da República,

DECRETA:

Art. Único- Ficam abolidos os escudos, armas, hinos e Bandeiras do Estado creados por leis anteriores, revogadas as disposições em contrário, Palácio da Redenção, em João Pessoa, 29 de Novembro de 1937, 48° da Proclamação da República⁴².

Argemiro de Figueirêdo
Salviano Leite Rolim
Severino Cordeiro de Souza
José Coêlho

A intenção era mostrar a todos que a partir daquele momento, o Brasil era um só, o povo brasileiro devia se unir em defesa da nação. A bandeira era, naquele momento, o símbolo da Pátria e onde quer que tremule ela “[...] inspira sempre o desejo de ser dignos do Brasil” (DIAS, 1937, p.4). Por esses motivos, as palavras de Antonio Dias incitavam a todos para que saudassem e respeitassem esse dia: “Saudemos, pois, nesta data da nacionalidade, a gloriosa BANDEIRA DO BRASIL, de todos os brasileiros” (DIAS, 1937, p.4).

E a alma da gente contagiada desse entusiasmo, desse arroubo cívico, cantava um hino igual sentindo no peito o coração marchando em continência á alma da patria que passava. Em meio ao empolgante espetáculo observava-se facilmente a multidão irmanada na maravilhosa expressão de união das classes todas do povo, num novo episodio glorioso – sentido dentro da nação para a sagração coletiva da alma popular á Patria, venerada no simbolo sublime da bandeira (DIAS, 1937, p.4).

Como é possível observar, a ordem era marchar em continência e demonstrar o amor e respeito à Pátria. A marcha tornou-se o símbolo das comemorações cívicas ocorridas naquele momento, a intenção das autoridades do governo era mesmo a de “ensinar o povo a ser povo” (ALBUQUERQUE, 2002, p.172).

O jornal, em consonância com o entusiasmo do autor, reforça a ideia de que as classes se uniam e se contagiavam de muito entusiasmo a fim de venerar a bandeira, aquela que representava a nossa *Pátria mãe gentil*, ou seja, havia uma preocupação em exaltar a

⁴² Livro de Atos do Interventor Federal de 29 de Novembro a 31 de Dezembro de 1937. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba- UFPB na Sessão de Obras Raras.

pátria como a mãe de todo o país, partindo dessa lógica, não era interessante para o governo que houvesse ostentações de símbolos regionais, pois isso, de certa forma, enfraqueceria esse movimento de amor à nação. A preocupação do governo Vargas era tanta que, nas festividades de 1937, o Dia da Bandeira foi marcado pela queima dos pavilhões estaduais na Capital Federal.

Em virtude desse dia, as ruas paraibanas se mobilizaram e logo “[...] pela manhã movimentaram-se grandes massas de escolares que iam se postando na Praça João Pessoa” (A IMPRENSA, 21 nov. 1937). Em Campina Grande, a movimentação também foi intensa e, “[...] comemorando o ‘Dia da Bandeira’, os grupos escolares dêste município realizaram imponente parada escolar” (A UNIÃO, 20 nov. 1940). Essa data era muito significativa e jamais poderia passar sem ser notada, pois: “[...] 19 de Novembro! Que mistica mais gloriosa poderia sacudir as fibras espirituais do nosso ser! Evocar esta data é passar do trivialismo das manifestações de fachada, para integrar um povo na plena posse de um fastigio historico” ⁴³.

Segundo Cury (2002, p.31), ao observar as imagens produzidas pelo DIP e pela Agência Nacional durante esse período, nota-se um forte apelo simbólico à unidade nacional. Essas imagens “[...] podem remeter à idéia das diferenças regionais sendo queimadas em nome da identidade da nação, bem ao gosto do Estado centralizador que estava se constituindo e que define seu perfil mais autoritário durante o Estado Novo (1937-1945)”.

Partimos do pressuposto que essas práticas comemorativas expressavam os ideais das elites e eram as instituições escolares que se encarregavam de desempenhar esse *poder simbólico* sobre a sociedade paraibana, o que, segundo Bourdieu (2010, p.14-15), se constituía “[...] pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto mundo”. Ainda segundo o autor:

[...] o poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico em forma de uma “illocutionary force”, mas desta- entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2010, p.14-15).

⁴³ Palavras proferidas pelo Dr. Chileno Alverga, por ocasião do hasteamento da bandeira, no dia 19 de novembro de 1937.

Assim, a configuração das invenções de novas tradições foi tomando corpo na medida em que o poder institucional privilegiou antigos sinais, signos e símbolos e selecionou novos, no sentido de utilizar e manipular a partir do *poder simbólico* que tomou a sociedade, não somente “[...] por meio da violência física, mas [...] da violência simbólica, fazendo uso do poder de mobilização, de enunciação e de crença na legitimidade das palavras de quem as pronunciava” (AIRES, 2006, p.155). De acordo com Cury (2002, p.131):

Como concepção subjacente aos modos de intervenção do Estado na condução das políticas públicas para a cultura estava a idéia da apropriação ideológica de memória e de identidade coletivas, num exercício de se forjar construções de brasilidade. Esta apropriação do simbólico/ideológico operava, no universo das práticas políticas, por meio da negação, da inclusão, da seleção, imbricadas nas ações dos gestores públicos, daquilo que se queria ver valorizado, representado, identificado e memorizado como imagens de brasilidade.

Esse poder de persuasão que o Estado mantinha sobre a sociedade esteve, portanto, respaldado em um sistema de símbolos. Símbolos tais como a bandeira, o hino e o calendário festivo que nos mostram as maneiras pelas quais a elite buscava recriar, na população, o amor à Pátria.

Sendo a Bandeira o símbolo que representava a nossa Nação, o jornal *A União* procurou enfatizar os detalhes deste dia festivo no estado da Paraíba, principalmente, na capital João Pessoa:

TRANSCORREU ontem o dia consagrado, em todo o País, ao culto da Bandeira Brasileira. O Dia da Bandeira, pelo elevado sentido nacionalista que encerra, toca bem de perto a todos os brasileiros, despertando cada vez mais no espírito da Juventude o verdadeiro sentimento de veneração ao Pavilhão Nacional (A UNIÃO, 20 nov. 1940).

No decorrer do ano letivo, os educadores orientavam seus alunos a cultuarem a pátria e diariamente os vultos do nosso glorioso passado para serem lembrados, de forma que os jovens estudantes permanecessem conscientes do papel que deveriam desempenhar em dias futuros com os exemplos de brasilidade abundantes nas páginas de nossa história e “[...] com os reflexos expressivos dos atos heroicos de todos aquêles que emprestaram o melhor de suas energias e até o proprio sangue para o engrandecimento e fortalecimento do Brasil” (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.08). Na mesma Revista, encontramos trechos que ratificam as palavras anteriormente aludidas:

O segundo decreto, sob nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938, completa o primeiro, imprimindo á educação em nossa terra uma orientação que o Estado Novo está a exigir. [...] **o culto á bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e particular, processando-se, diariamente, o hasteamento do pavilhão nacional, com a presença dos professores, funcionarios e alunos.** As datas nacionais e do Estado serão comemoradas solenemente com palestras alusivas aos fatos historicos, e ainda com passeatas civicas, as quais terão obrigatoriamente o comparecimento dos docentes, discentes e funcionarios. **Os professores ficaram obrigados a orientar os seus discipulos para o culto á pátria, fazendo, diariamente, ligeiras prelecções sobre os grandes vultos e feitos históricos de nossa nacionalidade** e procurando criar nos alunos o respeito ás leis do país e ás autoridades e um espírito de combate sistematico a tudo quanto possa atentar contra o regime e seus dirigentes (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.08, Negrito nosso) ⁴⁴.

Os estabelecimentos de ensino eram a grande atração das comemorações, sendo sempre encarregados de organizar os eventos. Aos professores não restavam muitas alternativas, era responsabilidade deles, juntamente com os diretores de cada instituição, a organização das festas e mais, esses docentes eram obrigados, como bem nos mostra o documento disposto, a orientarem seus alunos para o culto à Pátria e aos vultos da História do Brasil, dentre eles o próprio Getúlio Vargas. Os professores estavam “[...] fadados a desempenhar uma gloriosa e nobre missão: - reformar o mundo e com ele a sociedade”. Assim, “[...] compenetrados dos seus deveres e conscientes da sua nobre missão, exercem um verdadeiro sacerdócio” (COLAÇO, 1944, p.7) ⁴⁵.

Nesse sentido, nos alerta Pinheiro (2002, p. 205):

Aos professores também caberia fazer, “diariamente, preleções, em suas classes, sobre assuntos pátrios, de respeito às leis do país e às suas autoridades, e de combate sistemático a tudo quanto possa atentar contra o regime e seus dirigentes”. Para que esse objetivo fosse satisfatoriamente alcançado, deveriam os mestres fazer leitura, “devidamente comentada, da biografia dos grandes vultos da patria em todos os seus ramos ou atividades, bem como a narrativa dos feitos heroicos da nacionalidade”.

Em suma, caberia à escola “[...] a missão patriótica de edificar a nação por meio da educação integral - entendida como educação física, intelectual e moral, o que implicava não apenas a transmissão de conhecimentos”, mas a formação de “[...]virtudes morais e valores cívicos necessários à formação da nacionalidade” (SOUZA, 2009, p. 262).

⁴⁴ Decreto na íntegra disposto no Anexo IX.

⁴⁵ Palavras do prefeito Arlindo Colaço na Conferência de encerramento da Semana da Criança, na sessão cívica realizada no dia 17 de outubro de 1943, na sede da prefeitura de Alagoa Nova, Estado da Paraíba.

Vejamos o que decretou o interventor Argemiro de Figueiredo, aqui na Paraíba, em relação ao ensino, mais especificamente sobre os materiais didáticos que deveriam ser utilizados:

DECRETO Nº 1.263, de 16 de Janeiro de 1939

Argemiro de Figueiredo, Interventor Federal da Paraíba,

Decreta:

Art. 1º - Do material didático dos estabelecimentos subordinados à Secretaria da Educação e Cultura, fará parte, obrigatoriamente, ao lado do retrato do presidente João Pessoa, nos termos do decreto nº 1, de 7 de outubro de 1930, e do presidente Getúlio Vargas.

Art. 2º - A secretaria da Educação e Cultura fornecerá a todos os estabelecimentos de ensino que lhe são subordinados um retrato do presidente Getúlio Vargas, e substituirá os do presidente João Pessoa, que não estejam em boas condições de conservação, por outros novos.

Art. 3º - No início das aulas, os professores farão uma sucinta preleção sobre a personalidade do presidente Getúlio Vargas, salientando a sua atuação como fundador do regime e guia da Nação e divulgando os princípios básicos do Estado Novo.

Argemiro de Figueirêdo

Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

Lauro Bezerra Montenegro⁴⁶.

Os investimentos na nacionalização do ensino e na alfabetização eram comuns nesse período em estudo, expressando-se mais intensamente na produção de recursos didáticos, que foram transformados em armas de propaganda política do regime, juntamente com outros materiais que circulavam em espaço não-escolar, os quais também tinham finalidade educativa. O principal objetivo era reforçar os valores nacionais e os sentimentos patrióticos da população, processo a ser iniciado na escola (VAZ, 2006, p.120). “A escola transformada em sua magna obra reconstrutora da educação pública, criará o molde perfeito do cidadão brasileiro e dará impulso definitivo à grandeza nacional” (A UNIÃO, 4 jun. 1938). Seguindo essa mesma toada, vejamos o que nos diz Souza (2009, p.266-267):

Para que a escola pudesse cumprir sua finalidade precípua de formação da nacionalidade, finalidade reatualizada constantemente e implícita em todos os objetivos educacionais declarados de formação para a cidadania, concorreram não somente as matérias dos programas (os conteúdos explícitos), mas, principalmente, um conjunto de práticas simbólicas. Atividades como o orfeão infantil, o grupo de escoteiros, o hasteamento da Bandeira, o culto ao pavilhão nacional, as festas e comemorações cívicas, os desfiles, as sessões literárias, [...] entre tantas outras, contribuíram para disseminar idéias, sentimentos, saberes e valores imprescindíveis para a constituição da nacionalidade: a aprendizagem da língua, o respeito aos

⁴⁶ Livro de Decretos e Decretos – Leis de 1939 do Estado da Paraíba. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba - UFPB na Sessão de Obras Raras.

símbolos nacionais, o sentimento de patriotismo, a legitimação do imaginário sociopolítico, o cultivo da memória nacional.

Além desse esforço em produzir nos alunos esse sentimento nacionalista, as festas envolvendo associações culturais e os principais estabelecimentos de ensino do Estado ganhavam relevo, ressaltando-se as chamadas de referência à formação cultural e patriótica das crianças e jovens. Tanto os alunos quanto seus familiares, participavam desses eventos de forte apelo cívico-patriótico. Em 1937, as ruas da cidade de Guarabira foram tomadas por pessoas que saíram em busca de assistir ao espetáculo festivo que ocorreu para ser comemorado o Dia da Bandeira:

A cidade de Guarabira, comemorando o Dia da Bandeira, deu um atestado de verdadeiro patriotismo e de amor ao símbolo da unidade nacional. **A passeata feita pela manhã do referido dia e com a assistência de todos os escolares e povo em geral, correu num ambiente do maior entusiasmo cívico, nunca apreciado em Guarabira.** Todas as ruas estavam embandeiradas. De cada fachada de residência particular e casa comercial tremulava o pendão auri-verde. [...] A procissão cívica foi abrilhantada pela banda de música de Pirpirituba. O pavilhão nacional foi conduzido por seis senhoritas (A UNIÃO, 25. Nov. 1937, Negrito nosso).

Através dos estudantes, o governo buscava alcançar a sociedade de uma maneira geral, pois as crianças eram, naquele momento, “[...] a menina dos olhos da Nação, o ponto de convergência de todas as atenções, de todas as forças vitais do país” (REVISTA DO ENSINO, 1942, p.19). É comum os jornais darem ênfase à participação da população e ao aspecto entusiasmado de todos que por lá passavam, dando assim, um maior significado à data. Havia naqueles momentos uma integração entre a escola e a sociedade, “Mais que espectadores, a população participava ativamente das festas escolares” (SOUZA, 2009, p.301). “O povo faz o papel de assistente, e, junto com os soldados, prestigia o ato de solidariedade e de respeito às autoridades e aos símbolos nacionais (a bandeira e as armas da República), por meio do sinal paradigmático da *continência*” (DAMATTA, 1997, p.56).

Durante as festas, os escolares eram organizados e, a partir daí, marchavam e cantavam. “As letras e melodias carregadas de conteúdos nacionalistas eram entoadas no ritmo da marcha visando imprimir no imaginário infantil o amor à pátria brasileira e por esse meio alcançar suas famílias” (UNGLAUB, 2008, p.05). Como infere a autora, uniformes eram utilizados e as marchas e os movimentos semelhantes aos do exército eram executados brilhantemente. As “[...] crianças ‘almas em botão’ – infleiradas; mocidade das escolas com o peito desabrochando às alegrias primeiras da vida” (A IMPRENSA, 26 nov. 1937).

Para os jovens e crianças que ali participavam, enquanto personagens principais, não bastava marchar, eram também orientados e ensaiados para executar saudações e posturas, “[...] havia um detalhamento sobre cada tipo de saudação, sobre cada posição exata das mãos, dos braços, dos dedos, do corpo em cada uma delas e ainda a significação patriótica de cada gesto” (UNGLAUB, 2009, p.116).

Ao trabalhar com a voz e os gestos sincronizados do conjunto de milhares de crianças, o Estado buscava imprimir ainda seus signos, suas formas, seus anseios. Assim buscava incutir o gosto pelos ideais que ele mesmo perseguia, atuando no imaginário do povo, garantindo assim a permanência dos seus objetivos enquanto poder de Estado. Multidões infantis louvavam a Pátria com sua voz e seu corpo. Cada ação dos alunos na ‘massa’ coral recebia uma grande relevância na organização da sua totalidade, imersa num simbolismo que busca o louvor da Pátria em cada detalhe de seus gestos. A música e os gestos sincronizados atuaram em favor da política do Estado Novo, em busca da unificação dos sentimentos pátrios (UNGLAUB, 2009, p.117).

A alegria, a festa, a quebra da monotonia, eram emoções mantidas naquelas ocasiões de fascínio teatralizado. Os desfiles patrióticos se valiam de ideias e conceitos que eram transformados em imagens e símbolos incorporados ao imaginário e transmitidos pelos modos de expressão da cultura cívica (BENCOSTTA, 2006). Em meio a essa transmissão de valores nacionais, a população se envolvia, e então, o palco estava montado. Alunos, professores e familiares se juntavam numa mesma cena e ali se dava o grande espetáculo, tudo se transformava num grande teatro de euforia coletiva. As festas confirmavam para a sociedade presente “[...] os avanços alcançados pela escola na educação e desenvolvimento das crianças, ao mesmo tempo, esta mesma população, participando dos eventos festivos, poderia se instruir em sentimentos, valores e normas legitimadas socialmente” (CÂNDIDO, 2007, p.97).

Se o ideal almejado pela política estadonovista era que o povo despertasse do “berço esplêndido” no qual dormia, esse desejo já estava sendo realizado. Na fala de Isaias Alves, membro do Conselho Nacional de Educação, publicada no jornal *A Imprensa* no ano de 1937, ele destaca que, desde que fora implantado o Estado Novo, a sociedade brasileira despertava a cada dia, pois:

O sopro de vida e o anseio de alegria que estão apontando os rumos do novo Estado, despertaram a Nação que está de pé. O Brasil está erguido. [...] O Brasil não está ‘deitado eternamente em berço esplêndido’. O Brasil está ‘marchando heroicamente em sólo esplêndido’. O Brasil está ‘lavrando honestamente um solo esplêndido’. Na vasta amplidão do Brasil, todos não

querem ficar ‘deitados eternamente em berço esplendido’. E as gerações que surgem esperam que o novo Estado retire da sua mística esse pensamento que o poeta incluiu na voz do povo (ALVES, 1937, p.5).

Segundo algumas autoridades, a sociedade estava acordada e não mais dormia, como diz o Hino Nacional. Os novos rumos que o país seguia empolgava a todos e, a cada dia, as festas assumiam proporções dignas de um fato histórico a ser lembrado. Eram realizadas com o máximo brilho, de maneira a evidenciar tanto as vantagens do regime vigente quanto os heróis que eram responsabilizados por esses acontecimentos. Para salientar a importância desses “grandes homens”, os estudantes aprendiam a ouvir e a repetir uma história que a instituição, carregada de intencionalidade, construía. O sentimento nacional nutria-se da veneração aos símbolos nacionais e aos heróis, exemplos de coragem, probidade e abnegação como “José Bonifácio – o Patriarca da Independência; Duque de Caxias, o patrono do exército brasileiro, Tiradentes, o mártir da Inconfidência; Zumbi dos Palmares, o rei do Quilombo, Princesa Isabel, a redentora” (SOUZA, 2009, p.291).

A partir dessas colocações, empreendemos que, com a implantação de novos regimes:

[...] as apropriações dos passados mudam, com seus acontecimentos e “heróis”, escolhidos de modo a legitimarem o novo regime político. Acontecimentos como a Inconfidência Mineira, a Revolução de 1817, os movimentos de 1824 e 1848, ganharam destaque nos currículos e passaram a ser disseminados pelos livros didáticos (AIRES, 2006, p.114).

A intenção era desencadear emoções e provocar sentimentos entre jovens e crianças e, por meio deles, atingir a sociedade, ou seja, o intuito era “[...] elevar a juventude, fazendo da juventude o espelho de nossa grandeza futura” (A UNIÃO, 28 fev. 1941). Assim, podemos dizer que as comemorações festivas do Estado Novo estavam diretamente ligadas às práticas educacionais vigentes na época, pois à instituição escolar cabia a responsabilidade de promover, nos jovens, os ideais do novo regime.

De acordo com Capelato (1998, p.221), “O apelo ao sentimento visava despertar os valores de fraternidade e união, ajudando a construir a idéia de harmonia na comunidade, neutralizadora das divisões e dos conflitos”. Em seu conjunto, essas manifestações tinham a pretensão de mobilizar a população, principalmente os estudantes, na busca por reinterpretar e reinventar episódios históricos. Hobsbawm (1997, p.19), ao comentar sobre um discurso realizado por um oficial do governo indiano, em 1973, ressalta que: “A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país

independente proclama sua identidade e soberania”. Por isso, “[...] eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já se revelam o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação”.

3.4- O Dia da Árvore

A ÁRVORE

Ama-a: tôda árvore é sagrada-
Ama esta esplêndida morada
De abelhas de ouro e aves gentis!
Busca entender tanta poesia,
E faze côro à sinfonia
Da natureza que a bendiz!

Ama-a, na glória matutina,
Entre os vapores da neblina,
Que tôda a envolve, como véus,
Cheia dos prantos da alvorada,
Ou melancólica, estampada
No ouro e na púrpura dos céus...

E reza, então: “Bendita sejas
Por tuas frondes benfazejas,
Pelos teus cânticos triunfais,
Por tuas flores e perfumes,
Pelos teus pássaros implimes,
Por tuas sombras maternais!”⁴⁷

As festividades em comemoração ao Dia da Árvore também foram comuns durante o Estado Novo. É curioso notar nas palavras de Ricardo Gonçalves, autor da poesia, o apelo aos sentimentos de cuidado com a natureza. A árvore aparece na poesia como símbolo sagrado e, a Pátria abstrata, passava a ser representada de forma concreta por ela. Estas festas engendraram uma “[...] representação social da natureza ao associarem, por exemplo, pátria e natureza. O conceito abstrato de Pátria tornava-se concreto na realização e desenvolvimento da festa e na participação das crianças e sociedades nestas”. (CÂNDIDO, 2007, p.142).

É importante lembrar que as festas da árvore não tiveram início aqui no Brasil, trata-se de uma prática que teve início na França e estava associada à Revolução Francesa (1789). A festa da árvore fora instituída pelos revolucionários franceses como símbolo da

⁴⁷ Poesia escrita por Ricardo Gonçalves e publicada no livro *Palestras Cívicas* de Helena Lopes Abranches (1943).

renovação social que o novo regime político ambicionava instaurar. “A Árvore representava a perpétua regeneração do mundo social, e foi considerada pela revolução como o símbolo da liberdade” (CÂNDIDO, 2007, p.133).

Ainda segundo a autora:

[...] o culto da árvore só poderia ser entendido como uma prática simbólica, chamada para a socialização política dos cidadãos. A árvore era concebida como “lugar de memória”, recordação às gerações vindouras, símbolo de regeneração, representativa da capacidade de renovação característica da natureza, do mesmo modo que a república se pretendia apresentar como regeneradora de uma pátria há muito decadente (CÂNDIDO, 2009, p.134).

“A idéia de consagrar um dia às árvores partiu de um francês chamado Fourier, no comêço do século passado. E esta idéia encontrou apôio nas pátrias civilizadas, pois, presentemente, as nações cultas destinam um dia à Árvore” (ABRANCHES, 1943, p. 105). As palavras da autora reiteram o que Cândido (2007) enfatizou em seu trabalho, ou seja, esse movimento de culto às árvores teve início na França, mas é importante enfatizar que, esse tipo de comemoração também foi instituído em Portugal pelos republicanos nos últimos anos da monarquia. “Várias fontes confirmam o ano de 1907, como pioneiro, nas comemorações da festa da árvore com características republicanas” (CÂNDIDO, 2007, p.133). No caso de Portugal, esses festejos tinham como foco a doutrinação política e ideológica, uma vez que se almejava, através deles, influenciar os cidadãos a aderirem um espírito de república.

As iniciativas pioneiras na organização deste tipo de festa pertenceram à Liga Nacional de Instrução que tinha como um dos seus principais objetivos promover o melhoramento da instrução nacional. No entanto, somente depois da implantação da república em Portugal esta festividade recebeu um notório incremento, constituindo-se a primeira festa cívica a ser realizada após o advento da república. A escolha da data para sua comemoração era extremamente significativa, geralmente as festividades eram realizadas durante o mês de março, passagem do inverno para a primavera neste país. Um elemento importante de qualquer festa da árvore em Portugal era o **cortejo cívico, composto pelas autoridades locais - simbolizando o apoio oficial à iniciativa, pelas diversas associações da localidade e pela presença de bandas que percorriam as ruas das cidades até o local de plantação de árvores** (CÂNDIDO, 2007, p.133, Negrito nossos).

Interessante notar que, além das festas realizadas, havia a preocupação em dar sentido social à natureza. Observando o caráter dessas comemorações em Portugal e comparando com as realizadas aqui na Paraíba, notamos muitas semelhanças, principalmente o detalhe de se plantar uma muda ao final das solenidades.

NO GRUPO ESCOLAR “TOMAZ MINDÊLO”- Foi comemorado solenemente o “Dia da Árvore” nêsse Estabelecimento de Ensino. A’s 10 horas, reunidos professores e alunos, teve inicio a festividade que constou de palestras proferidas pelo Agrônomo Apolônio Miranda e professora Maria do Morro Veiga, sôbre o culto que se deve prestar às Árvores. **Encerrando a solenidade, foi plantada u’a muda de Páu Brasil** (A UNIÃO, 22 set. 1942, Negrito nosso).

Palestras eram proferidas, mudas de pau-brasil eram plantadas e até sorteadas entre a comunidade. Isso nos fica claro ao ler um trecho da notícia que anunciou que, ao final das solenidades: “Realizou-se, o sorteio entre os presentes da árvore ‘Páu Brasil’” (A UNIÃO, 22 set. 1942). Enfim, “O respeito à flora e à fauna ligava a infância e a escola à natureza e a valores socioculturais considerados representativos de uma boa educação” (SOUZA, 2009, p.307). Vejamos, por meio da imagem, como foi comemorado esse dia na Escola de Aplicação⁴⁸:

⁴⁸ Com base no Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública de 1910, encontramos as primeiras informações acerca do que viria posteriormente a ser chamada de “Escola de Aplicação”. Essa instituição recebeu a dupla denominação de “Escola Prática” ou “Escola Modelo”, assim denominada desde 1896. Contudo, no ano de 1910, particularmente na Parahyba do Norte, passou a se chamar “Grupo Escolar Modelo”, funcionando como um anexo da Escola Normal, tendo por objetivo servir de espaço para o exercício das atividades pedagógicas dos alunos que estavam se preparando para o magistério. A denominação de “Escola de Aplicação” só seria criada em 1935, com a promulgação do novo Regulamento do Ensino Público, instituído ainda no governo de Argemiro de Figueiredo, quando se criou o Instituto de Educação da Paraíba, inaugurado em 1939, cujas dependências físicas compreendiam, obrigatoriamente, uma Escola Prática, um Curso de Aperfeiçoamento de professores e um Jardim de Infância. A Escola Prática permaneceu com as mesmas finalidades da antiga “Escola Modelo” ou “Grupo Modelo”, isto é, propiciar a prática pedagógica dos futuros professores.



Figura 11- Aspectos da festa em comemoração ao Dia da Árvore na Escola de Aplicação, no dia 21 de setembro 1942. Fonte: Jornal *A União*, 22 set. 1942.

Apesar do desgaste da imagem, é possível notarmos a atenção com que todos os presentes observavam o ato do aluno abaixado (quiça um liceano! Uma vez que se trata de um rapaz e não de uma criança) a plantar uma muda de árvore. Ao lado dele acreditamos estar uma normalista (por conta do tipo de vestimenta) acompanhando o plantio. Podemos, ainda, observar, que no segundo plano da foto, do lado direito, há três pessoas mais maduras observando a realização do ritual, possivelmente professores e/ou autoridades convidadas. Do lado esquerdo há, também, duas normalistas ou alunas do Colégio Nossa Senhora das Neves (?), que estão sendo “seguradas, guiadas (?)”, por uma mulher mais madura (professora?). Notar, que uma das alunas segura um papel que poderá ser um poema, um discurso que foi ou ainda seria proferido.

Na parte central da foto encontram-se os menores, os pequenos alunos que estavam organizados de tal forma que todos pudessem ver a solenidade. Segundo Cândido (2007, p.135), “[...] o valor educativo da festa deveria ser despertado nos alunos de duas formas: das instruções e preleções dos mestres e do cunho prático garantido pelo plantio de algumas mudas vegetais pelos alunos.”

O programa proposto era extenso, visava estimular na infância e nos jovens escolares a proteção e a admiração que deveriam ter pela natureza, considerada inclusive como uma das riquezas do país. As poesias eram comuns e tinham o papel de fomentar em todos os presentes nessas solenidades, um sentimento amigável de amor e respeito pela mãe natureza. Cantavam-se hinos às árvores, adoravam-nas e, mais curioso ainda, chegavam mesmo a batizá-las, como consta no programa da Escola de Aplicação no ano de 1942:

- I- Hino á Árvore;
- II- Plantio da Árvore;
- III- Batismo da Árvore;
- IV- Amemos á Árvore - trabalho de classe pela aluna Valdeci Pinto de Carvalho;
- V- A Árvore da Serra- poesia- Olgarine Dutra;
- VI- Mês de Setembro- Canto Orfeônico (A UNIÃO, 22 set. 1942).

O dia 21 de setembro parecia mesmo especial, as instituições escolares amanheceram enfeitadas “[...] com caprichosa ornamentação de flôres naturais” (A UNIÃO, 22 set. 1938). Agraciados pelo perfume das flores que coloriam e alegravam o ambiente, supomos que a expectativa de todos era por um belo dia de céu azul iluminado pelo sol, pois somente assim, os extensos programas poderiam ser cumpridos. Destacamos a seguir, parte da programação elaborada para ser levada a efeito pelo Grupo Escolar Epitácio Pessoa no ano de 1938:

Foi o seguinte programa levado a efeito no Grupo Escolar “Epitácio Pessoa” em comemoração ao “Dia da Arvore”: O Hino Nacional cantado pelo Orfeão do Grupo; “A Voz das Arvores”, poesia declamada pela menina Maria Luiza Costa; “Pequeninos Sômos Nós”, (duas vozes) pelos alunos do Jardim da Infancia; **“A Velha Arvore”, poesia, declamação da menina Luizéte Mendonça**; “Vem Primavera”, número de canto pelo Jardim da Infancia; “O Jambreiro”, versos declamados pela menina Noris Miranda; “O Sol”, canção interpretada pelos alunos de Jardim da Infancia (A UNIÃO, 22 set. 1938, Negrito nosso).

Constava no programa a participação dos alunos e um conteúdo voltado mesmo para as riquezas naturais. Temas como as estações do ano e o sol, faziam parte dos assuntos selecionados a serem abordados de forma poética nas poesias declamadas pelos alunos. Vejamos com mais cautela o conteúdo de uma das poesias que mais costumamos encontrar nos programas elaborados para o dia 21 de setembro:

“A velha árvore”
 Uma vez um lenhador,
 Homem bom, porém severo
 D’olhar sombrio e austero,
 Cortava com seu machado,
 Bela árvore frondosa,
 Que se elevava garbosa,
 Não mui longe do povoado.

Passou naquele momento,
 Por ali, todo alquebrado,
 Um velho já bem cansado,
 De viver e trabalhar!

Com seus olhos rasos d'água,
 Demonstrando muita mágoa,
 Começou ele a falar:

‘Por que cortaes, meu senhor,
 Este tronco tão robusto,
 Que aqui com tamanho custo,
 Plantei com tanto amor?!’

À sombra amena e querida,
 Da ramagem verdejante,
 Descansava o viandante,
 Pousados nos curvos ramos,
 Cantavam os gaturamos,
 Da manhã ao despontar.

Perdão pela minha falta,
 Respondeu o lenhador;
 Avalio a vossa dor
 Pelo mal que pratiquei.
 No tugúrio em que me abrigo,
 Falta o fogo, falta o trigo,
 Aos filhos que sempre amei.

(REVISTA DE ENSINO, dezembro de 1917 *apud* CÂNDIDO, 2007, p. 136/137).

A poesia *A Velha Árvore*, por nós aqui selecionada, enfatiza os cuidados que todos deveriam ter com a natureza. Em cada verso, em cada estrofe, sentimos a necessidade em se ressaltar a importância de não matá-la. Na poesia, observamos a revolta de um senhor a reclamar os cuidados com a velha árvore há anos por ele plantada e que naquele momento era vorazmente cortada e se desfazia em pedaços de lenha nas mãos de um lenhador. Na cena narrada, o lenhador, taxado logo no início como um homem “[...] severo, de olhar sombrio e austero”, justifica seu ato: era um mal necessário, ele precisava de lenha, seus filhos necessitavam se alimentar. Notemos que, de uma forma simples, a intenção era comover a todos e inculcar, principalmente nas “[...] crianças, sementeira sagrada, cujas almas cândidas guardam o mais puro amor da Pátria”. (VARGAS, 1938, p.325), que somente em caso de muita necessidade era permitido matar uma árvore.

Outro detalhe comum nessas festas era o fato de que deveriam começar logo pela manhã, essa foi a ordem vinda do Rio de Janeiro e passada ao Departamento de Educação da Paraíba:

EDUCAÇÃO DIA DA ÁRVORE

O diretor do Departamento de Educação, tendo em vista o apêlo do sr. José Mariano Filho, presidente do Conselho Florestal Federal no Rio de Janeiro, determina que todos os estabelecimentos de ensino do Estado promovam festividades condignas ao 21 de Setembro, Dia da Arvore. As solenidades devem ter início às 10 horas, constando as mesmas de conferências ou palestras, hinos e plantio de árvores. Os estabelecimentos de ensino desta capital poderão adquirir exemplares de Páu Brasil na Secretaria da Agricultura (A UNIÃO, 15 set. 1942).

O documento deixa claro que essa era uma determinação, ou seja, todas as instituições escolares deveriam se organizar com antecedência para que pudessem promover as comemorações com o sucesso que estas mereciam. O horário também era determinado e deveria ser seguido. Certamente, a intenção era que comesçassem pela manhã para que desse tempo de cumprir toda a programação, geralmente longa, inclusive o plantio das árvores pelos alunos e o sorteio de algumas mudas entre os participantes.

Há um detalhe que consideramos importante destacar, as festas do dia 21 de setembro não tinham o mesmo aspecto que as demais festividades tratadas nesta dissertação. Não ocorriam os grandiosos desfiles noticiados pelos jornais como nos demais casos, sentimos que essas comemorações ficavam mais restritas ao espaço escolar, mas isso não impossibilitava que as demais pessoas fossem assisti-las. Pelo contrário, era importante que as famílias comparecessem, afinal, esse sentimento de amor e respeito à natureza deveria ser despertado em todos. Vejamos o significativo número de pessoas que compareceram nas festas do Grupo Escolar Epitácio Pessoa no ano de 1938:

Estiveram presentes á solenidade do “Dia da Arvore”, no Grupo Escolar “Epitacio Pessôa”, as seguintes pessoas: Interventor José Mariz, professor José Batista de Mélo, secretário da Interventoria; dr. Matêus de Oliveira, diretor do Departamento de Educação e professor Severino Rocha, secretário do mesmo estabelecimento; professores Alcides de Lacerda Lima e Joaquina Santiago, respectivamente diretores do Grupo Escolar “Izabel Maria das Neves” e “Tomás Mindêlo”; diretores e professoras do Grupo Escolar “Epitacio Pessôa, além de várias famílias (A UNIÃO, 22 set. 1938).

Como podemos observar, apesar desse caráter mais “discreto”, essa também era uma festa de importância para o período em questão, já dizia Olavo Bilac “Quem planta uma árvore enriquece a terra e a mãe piedosa e bôa se rejubila” (A UNIÃO, 21 set. 1945). A ênfase no plantio de novas árvores e no respeito à natureza era disseminada por todos os lados, “Como vêdes, a árvore é um tesouro. Plantai-a sempre que puderdes. E o brasileiro, mais do

que qualquer outro povo, deve celebrar, exaltar o ‘Dia da Árvore’, porque a árvore é a grande riqueza da nossa Terra” (ABRANCHES, 1943, p. 109).

Como foi possível observar até aqui, comemorar o Dia da Árvore não tinha sentido sem que uma muda fosse plantada ao final das festividades. Mas, para a infelicidade dos organizadores dessa festa no ano de 1938, “Devido ao tempo chuvoso, deixou de ser executada a parte do programa, que constava do plantio de uma arvore” (A UNIÃO, 22 set. 1938). Certamente, o clima de insatisfação tomou conta dos organizadores, afinal de contas, o que dava significado maior a esse tipo de festa era sua finalização com o plantio das mudas, representando a concretização da Pátria abstrata que ganhava vida nos galhos, folhas, flores e frutos de uma futura bela árvore e, por conseguinte, de um futuro e “belo país” – a Nação brasileira.

Considerações Finais

As festas escolares se tornaram muito comuns durante o Estado Novo, pois esse foi um momento em que se processaram a centralização de leis e normatizações, no sentido de tentar conduzir as práticas sociais, visando à construção de novas tradições em torno de um ideário nacionalista, na tentativa de formar homens civilizados e dispostos a trabalhar pela pátria. “Valendo-se das técnicas sofisticadas de comunicação com objetivo político, os representantes do varguismo procuraram canalizar a participação das massas na direção imposta por esses regimes” (CAPELATO, 1998, p.19). A pátria precisava ser amada, era importante que o povo brasileiro que “*dormia eternamente em berço esplêndido*”, despertasse e manifestasse sua alegria e entusiasmo pelo pertencimento a essa nação. E um dos mecanismos adotados pelo poder instituído foi à adoção de grandes comemorações que elevavam a imagem dos heróis e de seus feitos.

As relações entre as festividades e a política daquele momento eram evidenciadas durante os ritos festivos em que celebravam exacerbadamente os ideais da política estadonovista. Isso aconteceu a partir da escolha das datas e temas que deveriam ser comemorados, ou mesmo a partir do próprio ritual festivo, com o entoar dos hinos, os discursos proferidos e até mesmo as poesias escolhidas para serem declamadas pelos alunos.

Durante essa nossa caminhada, um série de indagações foram surgindo e, o mais importante para nós, foi conseguir encontrar respostas para essas perguntas, esse é o nosso papel enquanto historiadores, ou seja, lançamos no início de um trabalho uma série de questões que nos inquietavam e corremos contra o tempo para conseguirmos respondê-las, somente ao chegar ao final e nos sentirmos satisfeitos é que temos a certeza de que, ao menos em parte, conseguimos atingir os nossos objetivos.

Atordoados e em busca de respostas para as problematizações que havíamos formulado, as nossas fontes se tornaram nos últimos dois anos, as nossas companheiras de quase todas as horas.

Ao longo da nossa discussão e folheando, minuciosamente, cada página dos jornais pesquisados, fomos observando as datas comemorativas sendo inventadas nesse período em estudo e descobrimos que três novas datas no calendário cívico e festivo escolar paraibano foram criadas. A primeira delas relacionada aos festejos em torno do aniversário do próprio Getúlio Vargas. Até o ano de 1937, notamos que os jornais traziam apenas uma nota

informando o natalício do presidente, mas, a partir do ano de 1938, o dia 19 de abril, passou a ser festejado, ganhando grande divulgação, principalmente, no jornal *A União*. Contudo, essa data não chegou a ser noticiada no jornal *A Imprensa*. Essa característica é facilmente explicada em virtude do primeiro jornal se constituir um veículo de informação vinculado ao Estado, melhor dizendo, a serviço do Estado, enquanto que o segundo era um órgão vinculado à Igreja Católica. Portanto, o caráter ideológico não garantia eficácia na construção do ideário estadonovista.

Outra data por nós trabalhada foi o Dia da Juventude, curiosamente também comemorado no dia 19 de abril. Interessante notar que até o ano de 1940 não encontramos registros destas festas nos jornais pesquisados, contudo, no ano de 1941, as festividades elevando a imagem da juventude brasileira, ganharam muito destaque no jornal *A União*. Ao perceber tamanha alteração, fomos em busca de respostas que pudessem nos aquietar e, após uma árdua busca, conseguimos desvendar os motivos para tamanha evidência da data em questão.

O fato é que as festas em comemoração ao Dia da Juventude eram realizadas em alguns estados brasileiros no dia 29 de agosto, mas Ruy Carneiro, interventor da Paraíba, decretou uma alteração nesse calendário e o Dia da Juventude, até então pouco evidenciado nesse Estado, passou a ser comemorado junto ao aniversário de Getúlio Vargas, uma alteração proposital, já que, para Getúlio, da juventude brasileira dependia o futuro e o sucesso da nação. Importante destacar que a Paraíba foi o primeiro Estado brasileiro a decretar essa mudança e, em função disso, o interventor teve seu ato aplaudido e louvado no Brasil inteiro.

Analizamos também a criação de mais duas datas comemorativas: o aniversário do Estado Novo, festejado a partir de 1938 no dia 10 de novembro, e o Dia da Raça, comemorado no percurso da Semana da Pátria. Em relação ao aniversário de implantação do novo Estado brasileiro, tivemos muitas notícias. São páginas e páginas dando ênfase a essa comemoração, que segundo os seus editores, tomavam conta das ruas da capital e de muitas cidades do interior, tais como Campina Grande, Areia, Cabedelo, Mamanguape, entre tantas outras.

Já o Dia da Raça foi uma data de pouco destaque nos meios de comunicação paraibanos durante os anos do regime estadonovista, encontramos muitas notícias sobre essas festas na capital Federal, contudo, no ano de 1945, o jornal *A União* enfatizou excessivamente o sucesso destas festas na capital paraibana, mas para essa brusca alteração, infelizmente, não encontramos respostas.

Apesar de responder nossos questionamentos iniciais, algumas dúvidas ainda pairavam sobre nós e fomos em busca de saber, dentre as festividades cívicas já existentes no calendário escolar, quais delas eram mais evidenciadas na imprensa local. Associada a essa questão, queríamos também saber quem as organizava e quem participava destas comemorações além dos alunos.

Mais uma vez, procuramos aquelas que se tornaram nossas companheiras de percurso. Como boas “amigas”, nossas fontes não nos deixaram na mão, ao contrário, elas nos deram as respostas que precisávamos. Constatamos então, que as festas do Dia da Pátria, comemoradas no dia sete de setembro, as do Dia do Trabalho, em 1º de maio, Dia da Bandeira, em 19 de novembro, e Dia da Árvore, em 21 de setembro, foram as festividades de maior evidência tanto no jornal *A União*, como *A Imprensa*.

Como já salientamos anteriormente, a comemoração da Pátria Brasileira não se restringia a apenas um dia, mas uma semana de festa, ou seja, a chamada Semana da Pátria, com uma programação ordinariamente extensa e que procurava impressionar e criar uma espécie de entorpecimento nacional em quase todos. O dia 1º de maio, embora destinado às classes trabalhadoras, também foi uma data demasiadamente comemorada e enfatizada nas lições escolares. Os alunos aprendiam, desde a infância, que o trabalho edifica o homem e que para uma nação se tornar forte e independente, ela precisa de pessoas dispostas a trabalhar por ela. Em relação ao Dia da Bandeira, notamos que, além do jornal *A União*, essa data foi muito noticiada pelo periódico *A imprensa*, interessante notar que em meio a tantas festividades, justamente essa data fora noticiada com maior entusiasmo por esse periódico. Já o Dia da Árvore, também muito noticiado pelo jornal *A União*, aparecia mais como uma festa restrita ao espaço escolar, porém, aberta ao público, como sabemos, a presença da comunidade era imprescindível.

Um aspecto importante que achamos necessário salientar é que essas festas romperam os muros escolares e tornaram-se gigantescos desfiles que se aproximavam cada vez mais de todos. A primordial proposta do Estado era construir um consenso coletivo, nacional, harmonioso e equânime. A questão da formação da nacionalidade e de uma identidade nacional, processo que remonta ao século XIX, tomou cores mais vivas e fortes com a implantação do regime ditatorial varguista. E foram as instituições escolares que passaram a ser o principal *lócus* de elaboração e de difusão dos ideais estadonovista.

Nesse sentido, pensamos o ensino e as aprendizagens processadas para além da sala de aula, pois nas inúmeras práticas desencadeadas envolvendo a “[...] comunidade escolar, as famílias e a sociedade, as instituições educativas reatualizaram o sentido

primordial que fomenta a difusão da educação popular – a formação do cidadão republicano” para a nação brasileira (SOUZA, 2009, p. 295). Esse processo de transformação dos jovens em cidadãos que deveriam respeitar e amar a pátria não ocorria apenas dentro das instituições escolares, mas também durante as solenidades que eram levadas a efeito no decorrer do ano letivo. Essas comemorações se consolidaram e acabaram se tornando complementos à educação daquele período, uma vez que as festividades escolares fizeram parte de um processo da tentativa de construção e consolidação uma única identidade nacional.

Antes de fecharmos a última página deste estudo, gostaríamos de levantar algumas questões que talvez sirvam de estímulo a futuros pesquisadores que se interessam pelo tema, uma vez que pensamos não ter esgotado todas as possibilidades de trabalho sobre as festas escolares na Paraíba. Existem muitas fontes relacionadas a essas comemorações que estão nos arquivos esquecidas e solitárias à espera de quem as espreite e as questionem; como por exemplo, as festas em comemoração ao Dia Pan Americano, uma data muito noticiada, que ganhou destaque, inclusive, com matérias publicadas na *Revista do Ensino* no ano de 1938.

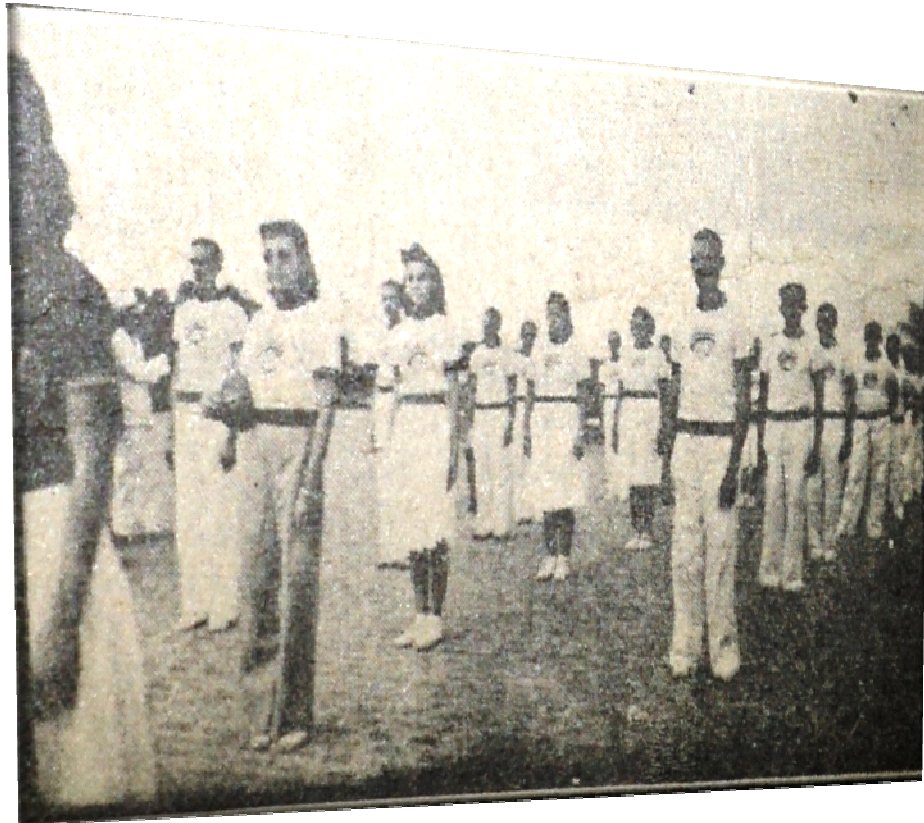
Outras possibilidades surgem ao pensarmos nas grandiosas festas em comemoração à posse do interventor Ruy Carneiro, no ano de 1940. Essa realmente foi uma data que estampou páginas e páginas do jornal *A União*. Devemos salientar também a possibilidade em se trabalhar com as festas do Dia do Soldado, extremamente noticiada e ilustrada com imagens dos desfiles em que prevalecia a figura dos airosos jovens que estavam a serviço da nação brasileira. E por que as festas comemorando a Batalha de Riachuelo e a Batalha de Tuiuti ganharam tanto destaque durante o Estado Novo? Impressionante notar a quantidade de fontes que possibilitam trabalhar com essas comemorações, que ocupavam as primeiras páginas jornalísticas de *A União*.

Existe um leque de possibilidades a serem ainda trabalhadas sobre as festividades escolares na Paraíba. Quase todas elas estampadas com imagens que revelam os possíveis grandes desfiles com participação escolar. Fica então a sugestão, o convite para que outros historiadores da educação embarquem no universo de simbolismos, de tradições que muito revelam o que somos e o que pensamos hoje.

Ao finalizarmos essa nossa jornada, podemos dizer, que apesar do esforço, pudemos acompanhar os desfiles escolares, como aprendizes, como observadores de um momento histórico tão duro, tão centralizador, tão excludente, mas que ao mesmo tempo fez com que as pessoas rissem, se encantassem, se pensassem importantes, pertencentes a uma nação tão desprovida de bem estar social e de tantas desigualdades econômicas. Nessa

trajetória de pesquisa, por inúmeras vezes nos sentimos cansados, estafados, mas isso é normal em qualquer caminhada, o importante é não desistir e poder sentir que fomos até o final da festa, da comemoração e do desfile.

Referências



A imagem ilustra as comemorações cívicas ao Dia da Bandeira.
Fonte: *A União*, 19 nov. 1943.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Helena Lopes. **Palestras cívicas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. 1943.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba.
- _____. Escola e a socialização do mito João Pessoa. In: **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa, PB: DH-UFPB, n. 16, 2007.
- ALBUQUERQUE, Walmyra R. de. Patriotas, festeiros, devotos: as comemorações da independência na Bahia (1888-1923). CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). In: **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.
- ALVERGA, Chileno. Dia da Bandeira. **Jornal A Imprensa**. 19 nov. 1937.
- ALVES, Isaias. A Bandeira Nacional. **Jornal A Imprensa**, 25 nov. 1937.
- ALVES, Vânia de Fátima Noronha. **Os festejos do reinado de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo.
- AMARAL, Rita de Cássia M. P. **Festa à brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP. 1998.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mal uso dos arquivos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). In: **Fontes históricas**. 2. Ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2008.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). VIDAL, Diana Gonçalves, (org.). In: **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- BERGAMASCO, Ceci Mara Spagolla. Festas Comemorativas: A Religiosidade no Calendário Escolar. In: **Revista Brasileira de História das Religiões – Anpuh**. Maringá, PR, v.1, nº 3. 2009.
- BERGER, Miguel André. As festas para difusão da instrução e da civilidade nos grupos escolares em Sergipe. In: **Anais do 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**. Maceió, AL: Universitária, 2007. (CD-ROM).

BITTENCOURT, Circe Maria F. As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.) **O ensino de História e a criação do fato**. 12ª Ed. São Paulo: Contexto, 1988.

BOMENY, Helena (org). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 2010.

BRASIL, Departamento Escolar da Editora do. **A organização do ensino secundário no Brasil** (legislação, programas, metodologia). São Paulo, SP: Editora do Brasil, 1943.

BURKE, Peter. **História como alegoria**. Estudos avançados. São Paulo, v. 9, n. 25, 1995. Disponível em: <[HTTP://www.scielo.br/](http://www.scielo.br/)> Acesso em: 7 jun. 2011.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de São Paulo.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo, SP: Contexto/Edusp, 1988.

_____. **Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: USP, 1973.

CERTEAU, Michel de. Operação Histórica. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) **História: Novos Problemas**. Tradução de Théo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, nº 2, 1990.

COLAÇO, Arlindo. **Ensino atualizado**. Gráfica Mundo Espírita. Rio de Janeiro. 1944.

COSTA, Nelson. **“O Trabalho”**. *Primeiro livro de leituras brasileiras*. 22 Ed. Rio de Janeiro, SP, BH: Livraria Francisco Alves, 1941.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

CURY, Cláudia Engler. **Políticas culturais no Brasil: subsídios para lembrar construções de brasilidade**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Campinas.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6º Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2000.

DIAS, Antonio. Dia da bandeira. **Jornal A Imprensa**, 26 nov. 1937.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Tópicos).

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Tradução de L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza, CE: Edições Universidade Federal do Ceará. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro. 1983.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1963.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa, PB: DH-UFPB, n. 16, 2007.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

FREITAS DUTRA, Eliana. O fantasma do outro- Espectros totalitários na cena política brasileira dos anos 30. In: **Revista Brasileira de História**. Política e Cultura. nº 23/24. São Paulo, Anpuh/Marco Zero, set.91/ago.92.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Tempo, Temporalidades e Ritmos nas Escolas Primárias Públicas em São Paulo**: heranças e negociações (1846-1890). Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP. 2008.

GERKEN, Maria Aparecida de Souza. **Das aulas aos festivais**: a história da escolarização da dança no CEFET/MG, Belo Horizonte: UFMG/Fae, 1999, 155 p. (Dissertação de Mestrado).

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. A política cultural do Estado Novo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. Brasília, DF: CNPq São Paulo, SP. Marco Zero, 1990.

HOBBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. n. 01. Campinas/SP: Sociedade Brasileira de História da Educação: Editora Autores Associados, 2001.

JUREMA, Abelardo. O Estado Novo. **Jornal A União**. 10 nov. 1938.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **Fontes históricas**. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; 1994.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2ª Ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1986.

LIMA, Rosângela. C. F.; PAIVA, B. M. M.; PINHEIRO, A. C. F. As Festas Escolares e as Comemorações Cívicas nos Grupos Escolares da Parahyba do Norte. In: **Anais do II Seminário Internacional de Educação: A Pesquisa em educação, Dilemas e perspectivas**. Aracajú, SE: Universitária, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira et. al. (orgs.). **500 Anos de História da Educação no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6).

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. 2. Ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINEZ, Alicia Silvia et al. Imagens e memória da educação: o Liceu de Humanidades e a Escola Normal de Campos da “Era Vargas”. In: **Revista das Faculdades de Educação, Ciências e Letras e Psicologia Padre Anchieta**. Jundiaí-SP: Sociedade Padre Anchieta de Ensino. 2008.

MARTINS, Ismênia de Lima. História e Ensino de História: memória e identidades sociais. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARETTO, Arlette Medeiros; e MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Mauad X/Paperj, RJ, 2007, pp. 18.

MIRANDA, Dustan. A juventude brasileira. **Jornal A União**, 15 set. 1938.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **As Festas da Nação** - civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. **O jornal: da forma ao sentido**. DAYRELL, Sérgio (org.). 2º Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

MOURA, Francisco Coutinho de Lima e. **Reminiscências**: figuras e fatos da Paraíba. Imprensa Oficial. João Pessoa-PB, 1939.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In: **Projeto História**. nº 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Revista de Estudos Históricos**. v.2, n. 4, 1989. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em cinco de ago. de 2009.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: **História: Novos Objetos**. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro. F. Alves, 1976.

PACHECO, Fábio Piva. **Mídia e poder**: representações simbólicas do autoritarismo na política. 2001. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Uberlândia.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEREIRA, Júnia Sales. **A escultura da raça**. Juventude e eugenia no Estado Novo. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1999. (Dissertação de Mestrado).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2003.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002: (Coleção educação contemporânea).

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Associação de Pesquisa e documentação histórica. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1989.

PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade**: a arquitetura da construção da imagem do presidente João Pessoa. 2009. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba.

ROSA, Maria Cristina (org.). **Festa, lazer e cultura**. Campinas: Papyrus, 2004.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade** – a arquitetura dos Grupos Escolares sergipanos (1911-1926). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. SP. Martins Fontes, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Império em Procissão**: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 2001.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da Memória. **Revista Brasileira de História**. v. 22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos**: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria** – História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. Festas Cívicas Articuladas na Construção de Brasilidade: Memórias de Catarinenses. In: **IV Simpósio Nacional de História Cultural-Sensibilidades e Sociabilidades**. Goiânia-GO, 2008.

_____. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - Linhas**. Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 105 – 127, jan. / jun. 2009.

VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil V. **O Estado Novo**: 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro 1938.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa**: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais.

VELOSO, Ricardo Grisi. **História de A Imprensa**. *Caminhando Juntos*. Páscoa não deve ser só chocolate. João Pessoa, n. 8, p. 5, abr. 2003.

WILLIAMS, D. Making Brazil modern: political culture and cultural politics under Getulio Vargas, 1930-1945. Stanford, 1995. Thesis (PhD.)- Stanford University/ Departament of History.

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS

• Periódicos:

• A UNIÃO- PARAÍBA

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 20 abril 1937;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 25 novembro 1937;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 7 maio 1938;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 4 junho 1938;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 14 julho 1938;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 4 setembro 1938;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 9 setembro 1938;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 15 setembro 1938;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 22 setembro 1938;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 19 outubro 1938;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 9 novembro 1938;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 12 novembro 1938;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 10 novembro 1938;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 15 novembro 1938;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 21 abril 1939;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 3 maio 1939;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 19 novembro 1939;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 26 novembro 1939;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 10 setembro 1940;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 13 outubro 1940;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 20 novembro 1940;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 28 fevereiro 1941;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 5 março 1941;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 19 abril 1941;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 20 abril 1941;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 23 abril 1941;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 25 abril 1941;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 1 maio 1941;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 15 setembro 1942;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 22 setembro 1942;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 18 abril 1943;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 19 abril 1943;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 1 maio 1943;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 19 novembro 1943;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 20 abril 1944;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 11 novembro 1944;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 4 setembro 1945;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 6 setembro 1945;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 8 setembro 1945;
Jornal A UNIÃO, Paraíba, 21 setembro 1945;

• A IMPRENSA- PARAÍBA

Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 3 março 1937;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 19 novembro 1937;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 21 novembro 1937;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 25 novembro 1937;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 26 novembro 1937;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 27 novembro 1937;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 6 setembro 1938;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 7 setembro 1938;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 9 setembro 1938;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 15 setembro 1938;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 29 maio 1942;
 Jornal A IMPRENSA, Paraíba, 14 junho 1942.

REVISTAS

Revista do Ensino. Ano V, n.14, dezembro de 1937.
 Revista do Ensino. Ano V, n.16, agosto de 1938.
 Revista do Ensino. s.a., s.n., 1942.

DECRETOS

DECRETO Nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938. Atos dos Poderes Legislativo e Executivo. Coleção de Leis e Decretos de 1938. Estado da Paraíba. Imprensa Oficial. Paraíba, 1938.

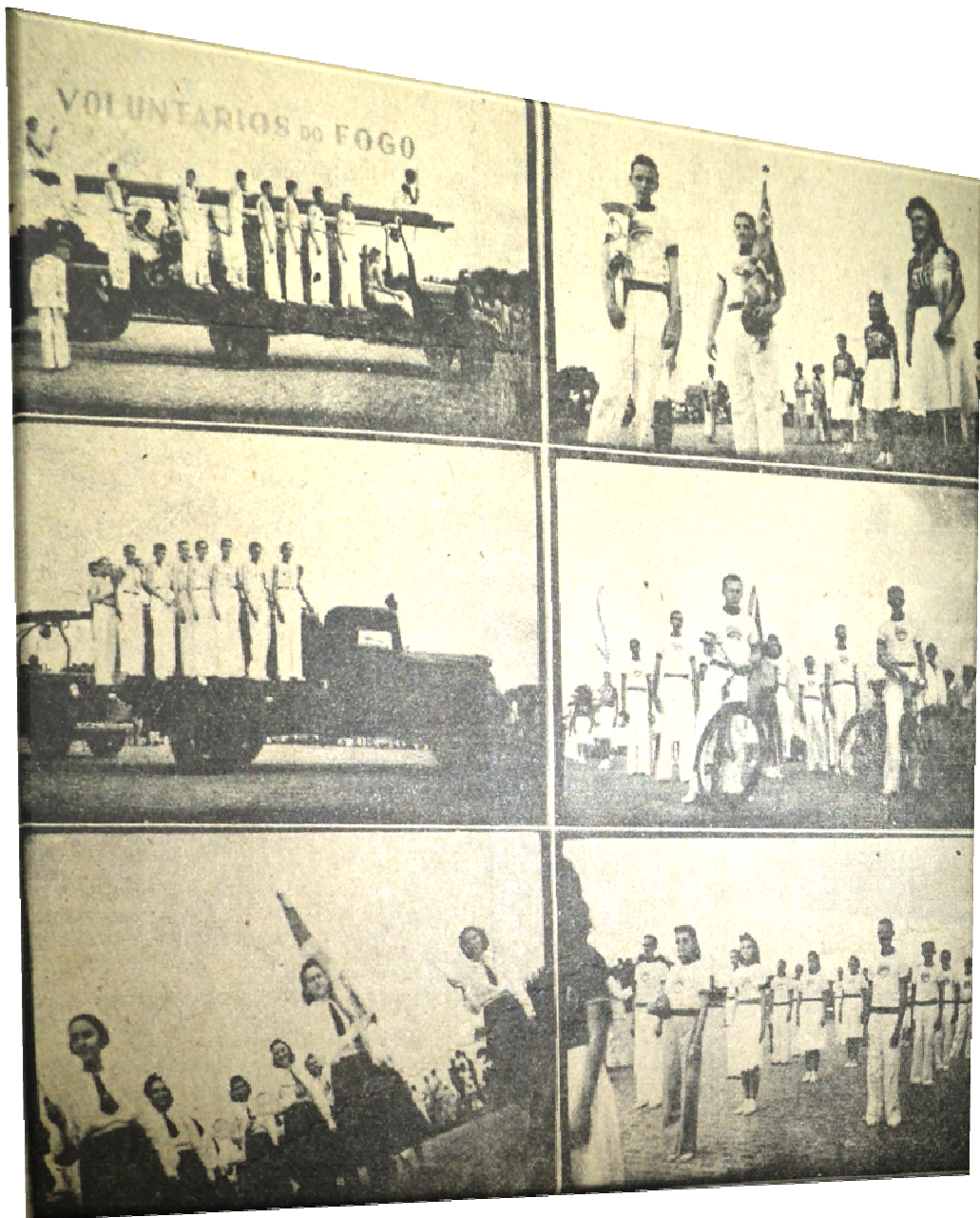
DECRETO Nº 1.263, de 16 de Janeiro de 1939. Livro de Decretos e Decretos – Leis de 1939 do Estado da Paraíba. Imprensa Oficial. Paraíba. 1939.

DECRETO Nº 108, de 27 de fevereiro de 1941. Livro de Decretos e Decretos – Leis de 1941 do Estado da Paraíba. Imprensa Oficial. Paraíba. 1941.

DECRETO Nº 118, de 16 de abril de 1941. Livro de Decretos e Decretos – Leis de 1941 do Estado da Paraíba. Imprensa Oficial. Paraíba. 1941.

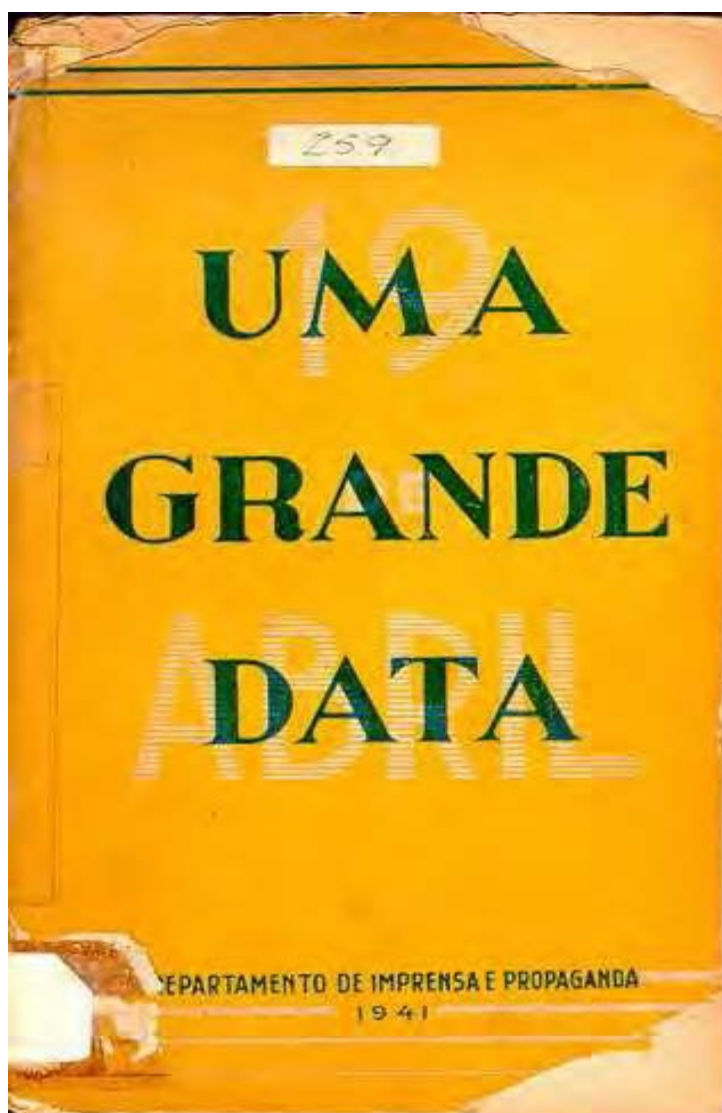
DECRETO N° 857, de 29 de Novembro de 1937. Livro de Atos do Interventor Federal de 29 de Novembro a 31 de Dezembro de 1937. Imprensa Oficial. Paraíba. 1937.

Anexos



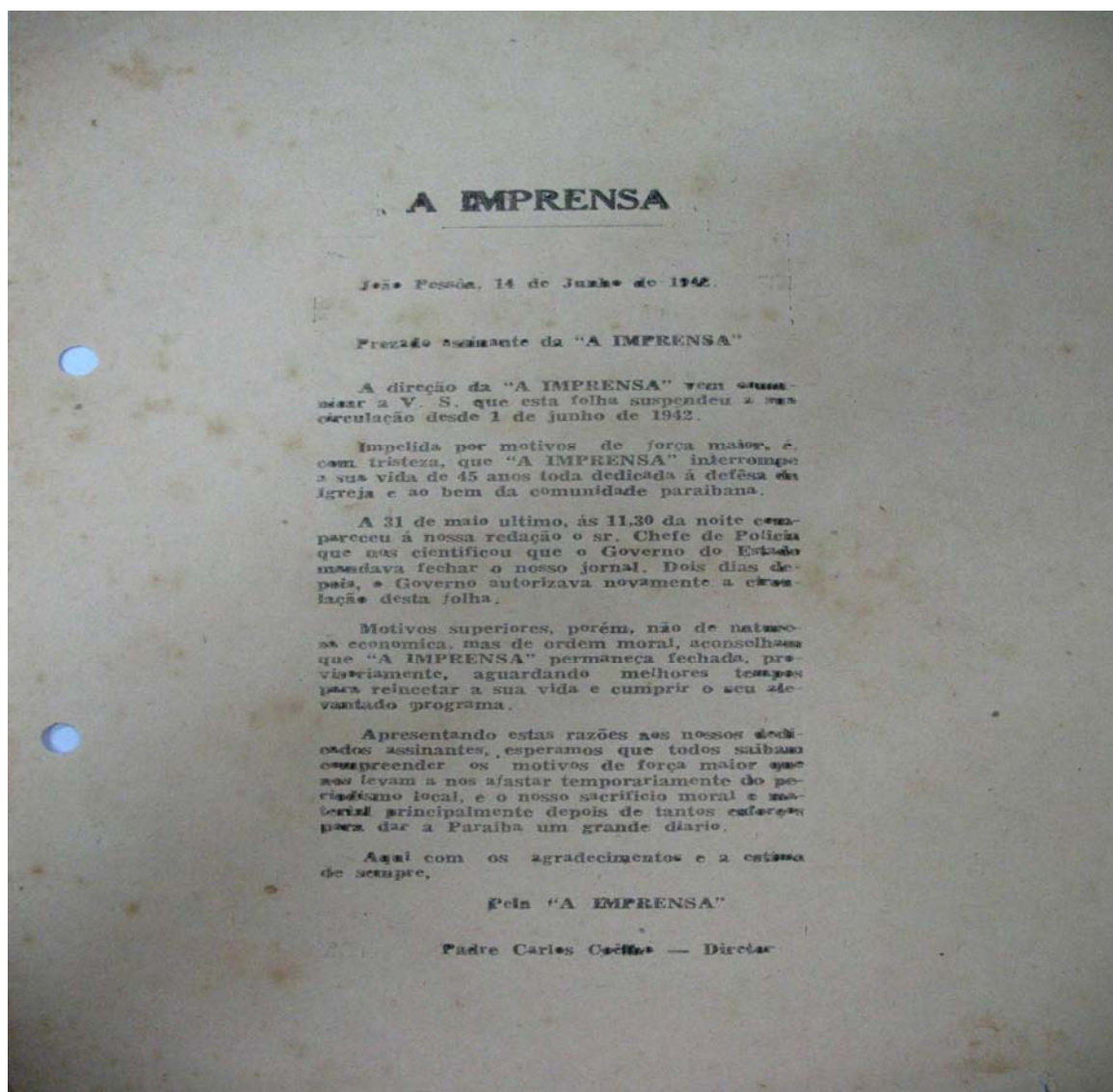
A imagem ilustra as comemorações cívicas ao Dia da Bandeira.
Fonte: *A União*, 19 nov. 1943.

ANEXO I



Capa do livro “*Uma Grande Data*”, publicado pelo DIP em 1941, em comemoração ao aniversário de Getúlio Vargas. 82-5 B823 / CPDOC

ANEXO II



Carta escrita pelo P. Carlos Coêlho, diretor de *A Imprensa*, destinada aos assinantes do jornal e com a incumbência de comunicar o fechamento do mesmo. Datada de 14 de junho de 1942. Disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

ANEXO III



Capa do livro escrito pelo Mons. Odilon Pedrosa em função do quinquênio do jornal *A Imprensa*. Em meio à coletânea de documentos que a obra reúne, damos destaque ao memorial que o Padre Carlos Coêlho, então diretor de *A Imprensa*, enviou ao Presidente do Conselho Nacional de Imprensa, no qual relata o caso do fechamento deste jornal pelo espaço de três anos, uma decisão que partiu do interventor Ruy Carneiro. Disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

A HISTÓRIA DO FECHAMENTO DE "A IMPRENSA"

Damos abaixo o memorial que o Padre Carlos Coêlho, então diretor de "A IMPRENSA", enviou ao Presidente do Conselho Nacional de Imprensa, relatando o caso do fechamento deste periódico, pelo governo daquela época, que motivou a interrupção da nossa folha por espaço de três anos:

Exmo. Sr. Presidente e demais Membros do Conselho Nacional de Imprensa:

O diretor de A IMPRENSA, diário matutino que se edita em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, vem, pelo presente memorial, expôr a Vossa Excelência., para conhecimento desse Egregio Conselho, os acontecimentos, que culminaram com o fechamento deste jornal.

É A IMPRENSA tradicional órgão dos católicos paraibanos, fundado há mais de 45 anos — 27 de maio de 1897 — pelo primeiro Bispo e Arcebispo da Paraíba, o saudoso Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Durante esse já extenso período, passou por várias reformas, procurando sempre, dentro dos limites do meio

9

Parte do memorial citado anteriormente.

provinciano, acompanhar os progressos do periodismo brasileiro. Não se limitou a ser unicamente jornal de doutrinação católica, mas também conseguiu ser folha noticiosa, transmitindo criteriosamente aos seus leitores desde o noticiário internacional, através dos serviços das Agências Associated Press, Nacional e Havas, até as informações comerciais, esportivas e sociais. Está tecnicamente aparelhado com baterias de compositoras "Linotype", impressora "Rotoplana" e gabinete de fotografia e zincografia, próprios. Desde setembro de 1932, passou de folha bi-semanaria que era, a diário. É o único jornal do Estado que, pela sua tiragem, goza do privilégio da "taxa paga" nos Correios. Nunca se desviou da linha de conduta traçada pela doutrina católica e sempre visou um serviço legal ao Brasil, para isso colaborando sempre com as autoridades no sentido do bem comum. É este jornal, que acaba agora de encerrar a sua publicação, em virtude de determinações tomadas pelo governo do Estado. Para conhecimento desse Conselho e ressalva de direitos, passamos a historiar o caso.

Em sua edição de 9 de maio último, na seção dedicada a "Educação", entre outras notícias, publicou A IMPRENSA, que a instituição particular "Escola Doméstica da Paraíba" ia "fechar as suas portas por deficiência econômica" e ainda que "em face da dolorosa situação criada pela seca em Catolé do Rocha, o Colégio Leão XIII, que estava sob o regime de inspeção preliminar, teve de fechar temporariamente". As notas se referiam a duas instituições particulares: eram FATOS verificados; não foram feitos quaisquer comentários; o poder público era completamente alheio às causas do fechamento dessas escolas, e as causas foram expressamente nomeadas: "deficiência econômica e a seca do nordeste". (A IMPRENSA, edição de 19.05.1942, página 8ª — doc. nº 1). Não era a primeira vez e nem será provavelmente a última que um Colégio sertanejo cerra as suas portas diante de uma seca que impossibilita aos pais, atingidos pelo flagelo, de manter seus filhos em Colégios particulares, não gratuitos.

Não entendeu assim, porém, o governo do Sr. Interventor Federal, e insinuado não sei por que espírito maldoso, entendeu ver naquelas simples notícias de fatos, um comentário tendencioso à sua administração. Como se o governo pudesse ser responsabilizado pela seca ou pelas finanças mal arrançadas de uma instituição particular. É difícil imaginar que um homem de senso seja capaz de um pretexto, qualquer que fosse ele, para justificar uma violência. Foi bem o que sucedeu. O governo do Estado, pelo seu órgão oficial "A União", na edição de 30 de maio último, publicou uma nota injuriosa, acusando o diretor de A IMPRENSA de "distilar insinuações cavilosas, em termos de evangélica ingenuidade" sempre que o governo do Estado não podia fornecer para o jornal, o dinheiro que

viria a pedir "sem o decoro do ofício" ("A União" de 30 de maio de 1942, doc. nº 2). Observe-se que, nesse mesmo dia em que era assim estupidamente atacado o seu diretor, A IMPRENSA, que não vivia pedindo dinheiro ao Estado, porém que não tinha nenhuma má vontade com a administração estadual, publicava, na sua seção "Educação", uma nota tecendo elogios à ação do governo do Sr. Interventor Ruy Carneiro no amparo que prometeu à Escola Doméstica. Logo que soube do seu fechamento. Mas, diante da injúria atirada a seu diretor, A IMPRENSA, SEM ACRESCENTAR QUALQUER COMENTÁRIO, transcreveu, na sua edição de 31 de maio último, a nota injuriosa de "A União" ao lado das suas notas sobre o fechamento dos Colégios, com o intuito único de ressaltar o flagrante despropósito. (A IMPRENSA, edição de 31 de maio de 1942, página 8ª — doc. nº 3). Nessa mesma edição, sob o título "Um pouco da história de casa", dava conta das contribuições que de toda a Paraíba cristã, independente de critério político, recebeu o jornal católico para a sua última reforma e demonstrava, como depois de concretizada a reforma em novembro do ano passado, a A IMPRENSA não recebeu nem solicitou nenhuma contribuição mais, nem do Estado nem de particulares, desmanchando, assim, a insolente acusação que nos rebaixava aos "processos de jornalismo facadista" (A IMPRENSA, edição de 31 de maio de 1942, página 4ª — doc. nº 3). Ainda nesse mesmo número, na seção competente, foi inserta uma explicação sob o caso do "Colégio Leão XIII", de Catoilé do Rocha, que fechou em virtude das dificuldades criadas pela seca no sertão, como tem sido frequente na história do nordeste, periodicamente assolado pelo flagelo. (A IMPRENSA, edição de 31.05.1942, página 4, doc. nº 3).

Em nenhuma dessas notas foi quebrada ética jornalística, o tom moderado e impessoal, o sóbrio estilo narrativo, não havendo sequer referência aos ataques do órgão oficial do governo por parte do jornal, estão aí desafiando qualquer desmentido.

Sem nada poder fazer diante da serena firmeza da atitude do jornal, desapontado pelo cotejo feito entre as notas de A IMPRENSA e da A União, o governo do Sr. Interventor, resolveu, em vingança, pura e simplesmente fechar o jornal sem qualquer satisfação. E às 23 horas e 30 minutos de 19 do corrente, o Sr. Chefe de Polícia, capitão Mário Solon, acompanhado do delegado de polícia, Bel. Ivaldo Falconi e do Inspetor de veículos Sr. Diógenes Chianca, e mais dois investigadores, que ficaram à porta de A IMPRENSA e declarou, sem explicar motivos, que o jornal estava fechado. Ao pedido do diretor de A IMPRENSA de documentar por escrito a ordem, deu a sua palavra o Sr. Chefe de Polícia que no dia seguinte providenciaria, o que, aliás, não cumpriu. Os agentes de polícia não permitiram que nas oficinas e na redação permanecesse um só reda-

tor ou operário, e assistiram ao fechamento da porta do jornal. Após a sua saída de A IMPRENSA, o Sr. Chefe de Polícia se dirigiu ao Telégrafo e proibiu severamente aos telegrafistas de plantão a transmissão de qualquer notícia sobre o caso, adiantando que toda correspondência de A IMPRENSA, deveria ser remetida, ao Palácio do Governo para exame.

Três dias após, o Secretário do Interior, Bel. Samuel Duarte, mandou chamar o Monsenhor Odilon Coutinho, vigário geral da Arquidiocese da Paraíba, a quem declarou que o governo ia permitir que A IMPRENSA voltasse à circulação, acrescentando, porém que de agora por diante o governo, através de sua organização policial, saberia responsabilizar o diretor do jornal toda vez que a seu critério se publicasse qualquer notícia ou nota julgada inconveniente.

Depois desse entendimento, no dia 6 do corrente, A União, órgão oficial do Estado, publicava, por escarneo, e porque sabia que estando fechada a "A IMPRENSA, não havia meio para desmentir, que a direção do jornal católico cogitava "de suspender a circulação desse matutino em vista de dificuldades de ordem financeira. ("A União", edição de 06 de junho de 1942 — doc. 4).

Diante desses fatos, está-se a ver que é impossível a existência na Paraíba de outro jornal que não seja o órgão oficial; aliás, A IMPRENSA era o último diário não oficial que ainda existia no Estado. A responsabilidade imposta sob a ameaça de coação policial, a respeito de notícias que venham "desagradar", o governo impossibilita a vida do jornalismo extra-oficial na Paraíba, não porque haja o propósito de ofender o governo, mas porque ninguém poderá saber o que é que venha desgostar". Desde o fracasso econômico de um Colégio particular, com o qual o governo não tinha ligação até fenômenos naturais como a seca, tudo isto, como vimos, pode dar matéria para os intrigantes e o honrado Sr. Interventor se convencer de que está sendo atacado. O pretexto da oposição é desses que não devem ser nem mencionados, tão inverossímil é ele para quem conhece a ortodoxia, as intenções e a história desse órgão exclusivamente católico.

Levando esses fatos ao conhecimento desse Egrégio Conselho, queremos deixar patentes os motivos que forçaram a suspender a circulação de A IMPRENSA. Felizmente a parte econômica no jornal não é má e poderá suportar o pagamento das indenizações trabalhistas e contas de fornecedores, até que seja possível reaver dos responsáveis o prejuízo verificado.

Com os protestos do mais alto apreço e consideração.

PADRE CARLOS COELHO, Diretor de — A IMPRENSA.

ANEXO



Na íntegra, a matéria que causou toda a agitação e que acabou revoltando o Interventor Ruy Carneiro resultando no fechamento de *A Imprensa*. Fonte: *A Imprensa*, 29 mai. 1942. Disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

ANEXO V

DECRETO N.º 961, de 11 de Fevereiro de 1938

Dispõe sobre a organização escolar do Estado e dá outras providências.

Argemiro de Figueirêdo, Interventor Federal no Estado da Paraíba, completando a organização da Lei n.º 16, de 13 de dezembro de 1935, e com o fim de arregimentar a mocidade estudantina, criando uma mentalidade nova, de acordo com o espírito do regime implantado no Brasil, pela Constituição de 10 de novembro, toma asseguantes resoluções, quanto ao regime escolar no Estado:

DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 1.º — Fica instituída obrigatoriamente a educação física em todas as escolas primárias e secundárias do Estado.

Parágrafo único — Esse serviço será orientado por um superintendente que terá os auxiliares e monitores que se fizerem necessários.

Art. 2.º — A educação física junto às escolas será também auxiliada por elementos de corporações militares que se encarregarão dos exercícios, de marchas, paradas, acantonamentos, etc.

Art. 3.º — É estabelecido o uniforme único de acordo com o modelo adotado pelo Departamento de Educação para todos os alunos das escolas, com ligeiros distintivos dos estabelecimentos a que pertencerem.

DA EDUCAÇÃO CÍVICA

Art. 4.º — O culto á bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e particular.

Art. 5.º — Haverá diariamente, antes do início do expediente escolar, o hasteamento da bandeira, no pátio interno das escolas. Esta solenidade terá a presença dos professores, funcionários e alunos que entoarão nesse momento o hino nacional. Igual solenidade deverá ser feita por ocasião do seu arreamento.

Decreto Nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938. Dispõe sobre a organização escolar do Estado e outras providências. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Sessão de Obras Raras.

Art. 6.º — As datas nacionais e do Estado serão comemoradas festivamente, cumprindo aos professores nesses dias fazer preleções alusivas ao fato que se comemora e ainda promover paradas escolares, as quais terão, obrigatoriamente, o comparecimento dos docentes, funcionários e alunos.

Art. 7.º — Fica determinada a leitura devidamente comentada da biografia dos grandes vultos da pátria em todos os ramos ou atividades, bem como a narrativa dos feitos heroicos da Nacionalidade.

Art. 8.º — Os professores farão diariamente, preleções, em suas classes, sobre assuntos pátrios, de respeito às leis do país e às suas autoridades, e de combate sistemático a tudo quanto possa atender contra o regime e seus dirigentes.

DA EDUCAÇÃO MORAL

Art. 9.º — Os professores levarão na mais alta conta a educação moral dos seus alunos a qual deve ser encarada sob dois aspectos: 1.º — a preventiva; 2.º — a reformativa.

§ 1.º — Na primeira encaminha-os-á á prática do bem, por meio de preleções constantes contra os vícios e os males que de qualquer modo possam prejudicar a formação moral dos educandos. Na segunda, corrigindo, mostrando-lhes os erros cometidos ou aplicando os castigos que o regulamento da Instrução Pública estabelecer.

DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Art. 10 — Fica creada a superintendência de educação artística que orientará todos os trabalhos de orfeões escolares e escolas de música, tanto na Capital como no interior.

Parágrafo único — Como superintendente de educação física, o de educação artística terá os auxiliares indispensáveis ao bom desempenho de suas funções.

Decreto Nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938. Dispõe sobre a organização escolar do Estado e outras providências. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Sessão de Obras Raras.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 — Incumbe ao Departamento de Educação estabelecer o plano de ensino, quanto aos sexos e em relação com as diversas zonas do Estado.

Art. 12.º — Todos os estabelecimentos de ensino particular, primários e secundários, só poderão funcionar depois de devidamente registrados no Departamento de Educação e obedecerão as normas determinadas por este.

Art. 13 — Fica creado o serviço de higiene escolar no interior do Estado, o qual será atendido pelo médico da saúde pública, chefe do posto de higiene.

Art. 14 — O Governo creará junto aos estabelecimentos de ensino público gabinetes dentários, os quais prestarão serviços de assistência aos alunos pobres.

Art. 15 — A frequência escolar é obrigatória a todos os alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino, respondendo os pais e responsáveis por eles pela falta de comparecimento às aulas.

Art. 16 — Será feito bienalmente o recenseamento infantil de todo o Estado, distribuindo as escolas de acôrdo com as necessidades dos núcleos de população.

Art. 17 — Será suprimida toda escola que não atingir anualmente uma média de frequência de 25 alunos.

Art. 18 — Serão creados cursos pré-vocacionais junto aos Grupos Escolares do Estado e também Bandeiras de Saúde, as quais não só se encarregarão de auxiliar a educação sanitária, mas ainda servirão de fiscois da frequência dos alunos.

Decreto Nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938. Dispõe sobre a organização escolar do Estado e outras providências. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba — UFPB, na Sessão de Obras Raras.

DECRETOS DE 1938

77

Art. 19 — Fica estabelecido o lanche para os alunos pobres que frequentam as escolas públicas, os quais serão mantidos pelas caixas escolares.

Art. 20 — Somente os portadores de diploma de professores normalistas poderão ser nomeados professores públicos do Estado. Quando houver falta de titulados ocuparão, interinamente, o cargo de professor, pessoas devidamente habilitadas que permanecerão nessa função até que um diplomado requeira o lugar.

Art. 21 — O Departamento de Educação providenciará no sentido de ser cumprido do melhor modo o dispositivo constitucional relativo ao ensino junto às indústrias e sindicatos econômicos.

Art. 22 — Haverá entre os dias 25 e 30 de novembro de cada ano reuniões de professores na sede de cada município, a fim de receberem instruções das autoridades do ensino, no tocante ao exato cumprimento do presente decreto.

Parágrafo único — Essas reuniões que têm caráter obrigatório, serão presididas por delegados do Departamento de Educação.

Art. 23 — Para início da execução deste decreto fica aberto à Secretaria do Interior e Segurança Pública o crédito de 40:000\$000.

Art. 24 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Redenção, em João Pessoa, 11 de fevereiro de 1938, 49.º da Proclamação da República.

Argemiro de Figueirêdo

Salviano Leite Rolim

Francisco de Paula Porto

Decreto Nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938. Dispõe sobre a organização escolar do Estado e outras providências. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Sessão de Obras Raras.

ANEXO VI

DECRETO N.º 108, de 27 de fevereiro de 1941

Institue o Dia da Juventude Paraibana.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7.º n.º I, do decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, e Considerando que no dia 19 do mês de abril transcorre o aniversário do nascimento do Presidente da República, dr. Getúlio Dornéles Vargas;

Considerando que o atual Chefe do Governo Nacional, executando um vasto programa de reformas e promovendo a solução de problemas vitais, despertou em nossa Pátria a consciência de sua vocação histórica;

Considerando que esse programa, iniciado há dez anos, com a vitória da Revolução de 1930, longe de traduzir a ressonância de prejuízos teóricos, e manifestar-se em improvisações precipitadas, obedece aos imperativos da realidade brasileira com salutar repercussão na vida econômica, jurídica e social do país;

Considerando que, entre os aspectos culminantes desse plano renovador, avulta o da formação da Juventude Brasileira, que a influência protetora do regime encaminha para os grandes destinos do futuro;

Considerando que, ante as inquietações da vida contemporânea e os indícios de eugenia do nosso povo, nenhum serviço ao país excede, em bene-merência, ao do aperfeiçoamento físico, moral e intelectual das novas gerações.

Considerando que o Presidente Getúlio Vargas se tornou o pioneiro dessa obra de renascimento, na qual se acha integrada a Paraíba;

Considerando, afinal a justiça de uma homenagem que sugerindo no espírito moço aos legítimos valores da vida humana, recorde no tempo, a figura do estadista brasileiro que melhor serviu a esse ideal;

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o "Dia da Juventude Paraibana", o qual será celebrado a 19 de abril data de nascimento do Presidente Getúlio Vargas.

Art. 2.º — Terão caráter festivo as comemorações ao Dia da Juventude Paraibana, que será feriado em todo o Estado.

Art. 3.º — O programa dessas comemorações será organizado e promovido por uma Comissão Central, sob a presidência do Secretário do Interior, auxiliada por sub-comissões na Capital e nos demais municípios.

Art. 4.º — Do referido programa constará uma preleção, em cada curso ou escola, sobre a personalidade do atual Chefe da Nação e os deveres da juventude para com a Pátria.

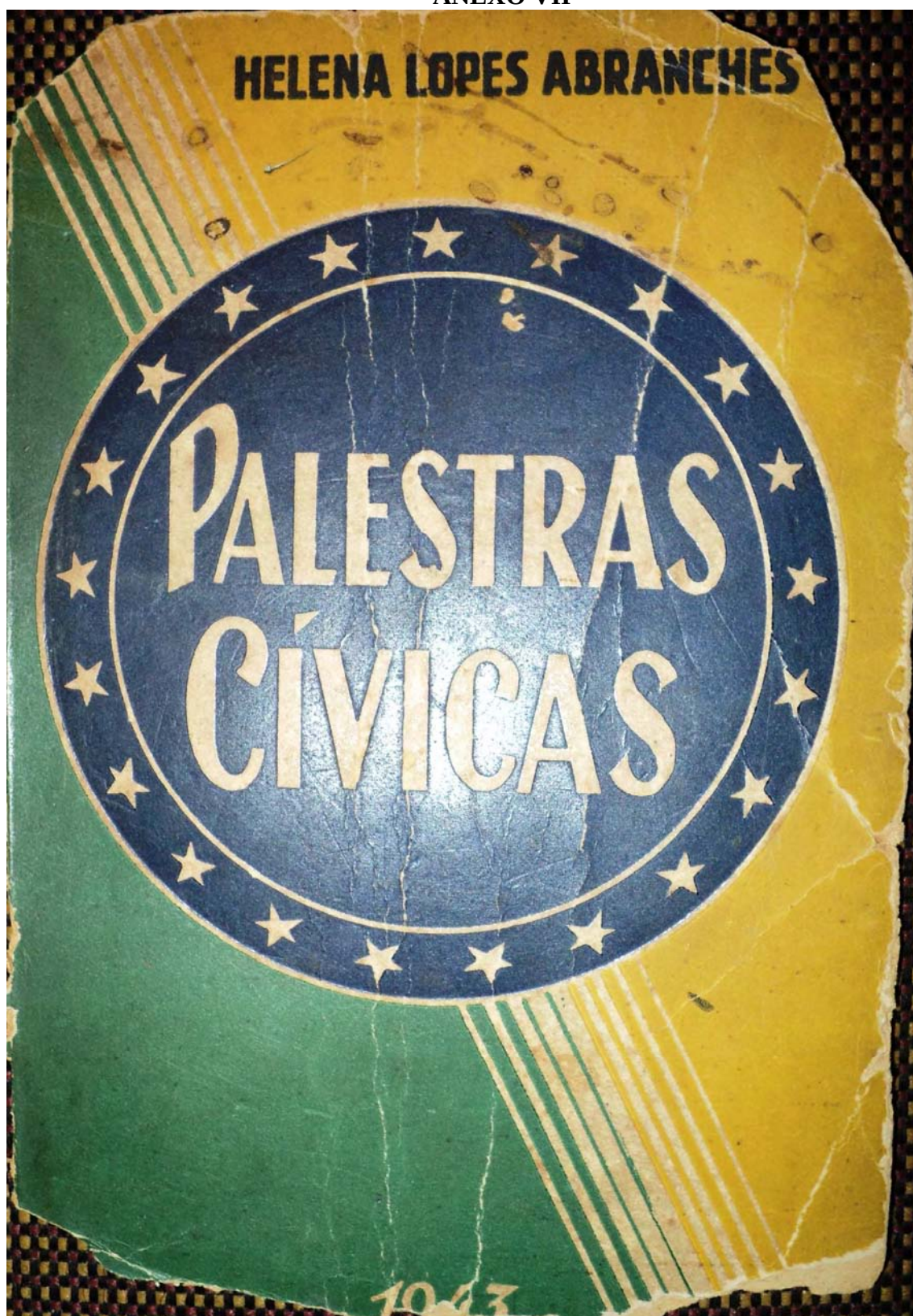
Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 27 de fevereiro de 1941, 53.º da Proclamação da República.

Ruy Carneiro
J. de Borja Peregrino
Cícero V. Cruz
Miguel Falcão de Alves

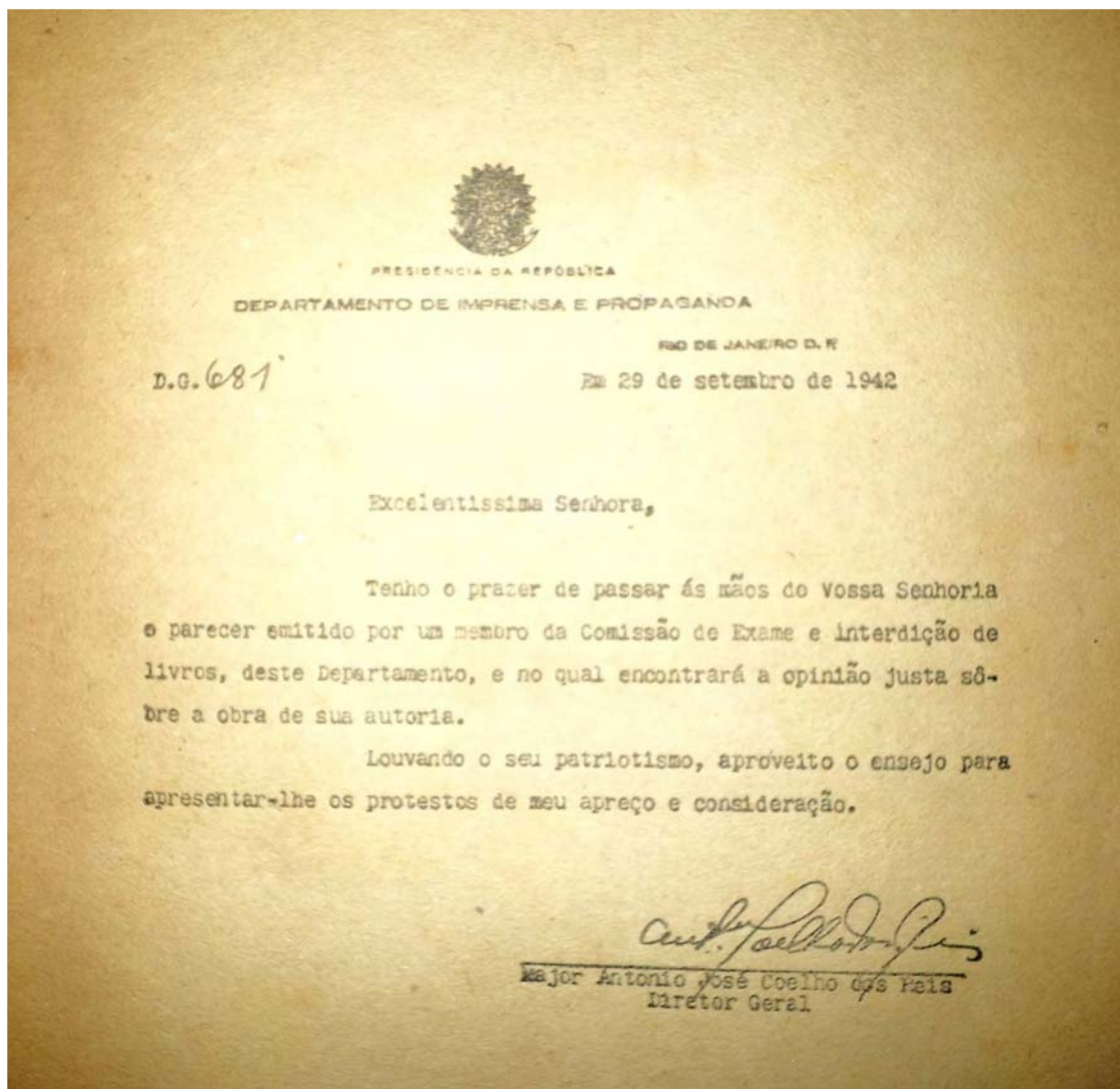
Decreto N.º 108, de 27 de fevereiro de 1941. Trata da instituição do Dia da juventude no Estado da Paraíba. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Sessão de Obras Raras.

ANEXO VII



Capa do livro Palestras Cívicas, publicado por Helena Lopes Abranches no ano de 1943.

ANEXO VIII



Parecer emitido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda que permitiu a circulação do livro Palestras Cívicas.

ANEXO IX

A FEITURA DA BANDEIRA NACIONAL

(De acôrdo com o Decreto-lei n.º 4 545 de 31 de julho de 1942 — “Decreto que dispõe sôbre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências”).

Art. 6.º — A feitura da Bandeira Nacional obedecerá às seguintes regras (Anexo n.º 2):

I — Para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em quatorze partes iguais. Cada uma das partes será considerada uma medida ou módulo.

II — O comprimento será de vinte módulos (20 M).

III — A distância dos vértices do losango amarelo ao quadro externo será de um módulo e sete décimos (1,7 M).

IV — O círculo azul no meio do losango amarelo terá o raio de três módulos e meio (3,5 M).

V — O centro dos arcos da faixa branca estará dois módulos (2 M) à esquerda do ponto de encontro do prolongamento do diâmetro vertical do círculo com a base do quadro externo (ponto C indicado no anexo n.º 2).

VI — O raio do arco inferior da faixa branca será de oito módulos (8 M); o raio do arco superior da faixa branca será de oito módulos e meio (8,5 M).

VII — A largura da faixa branca será de meio módulo (0,5 M).

VIII — As letras da legenda **ORDEM E PROGRESSO** serão escritas em cor verde. Serão colocadas no meio da faixa branca, ficando, para cima e para baixo, um espaço igual em branco. A letra **P** ficará sôbre o diâmetro vertical do círculo. A distri-

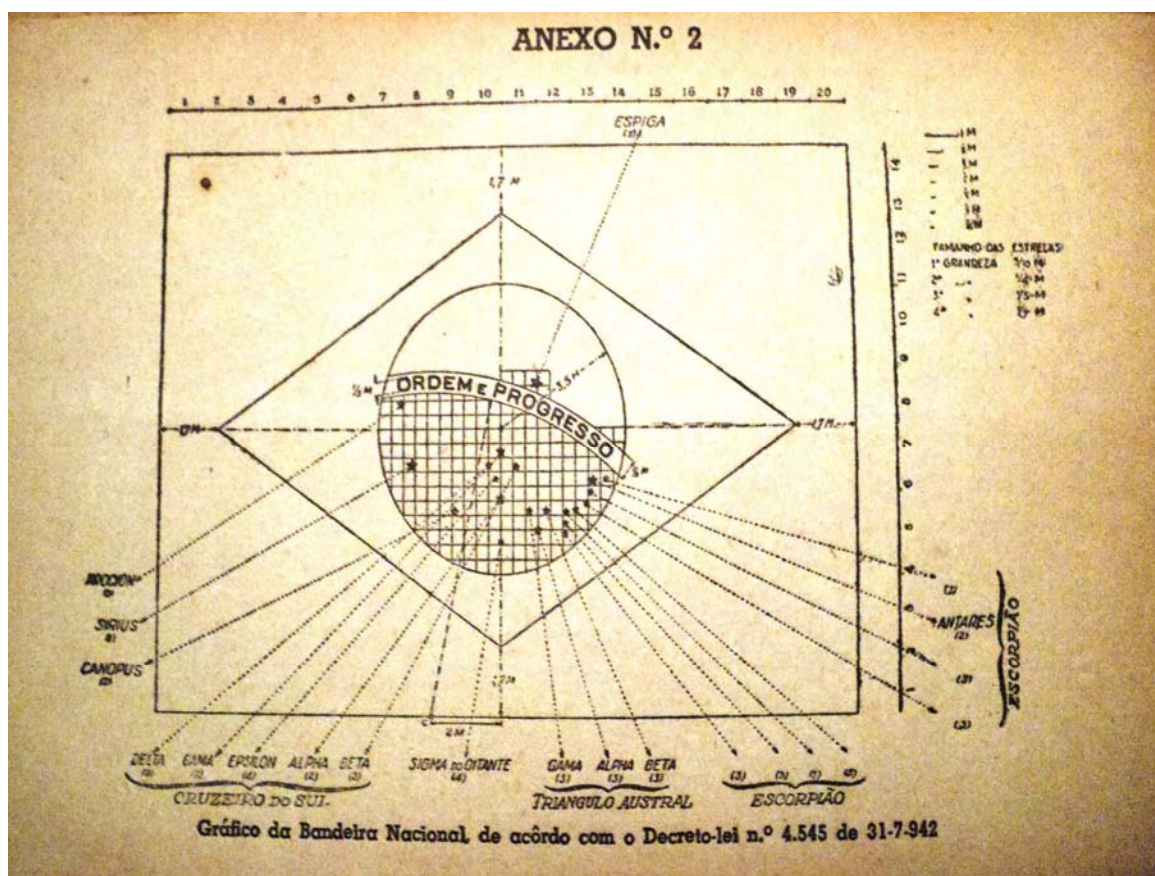
buição das demais letras far-se-á conforme a indicação do anexo n.º 2. As letras da palavra ORDEM e da palavra PROGRESSO terão um terço de módulo (0,33 M) de altura. A largura dessas letras será de três décimos de módulo (0,30 M). A altura da letra da conjunção E será de três décimos de módulo (0,30 M). A largura dessa letra será de um quarto de módulo (0,25 M).

IX — As estrêlas serão de quatro dimensões, a saber, de primeira, segunda, terceira e quarta grandeza. Devem ser traçadas dentro de círculos cujos diâmetros são: de três décimos de módulo (0,30 M) para as de primeira grandeza; de um quarto de módulo (0,25 M) para as de segunda grandeza; de um quinto de módulo (0,20 M) para as de terceira grandeza; de um sétimo de módulo (0,14 M) para as de quarta grandeza.

X — As duas faces devem ser exatamente iguais, com a faixa branca inclinada da esquerda para a direita (do observador que olha a faixa de frente), o Escorpião à direita, o Cruzeiro do Sul no meio, Prócion, Sírius e Canopus à esquerda, e o mais como se indica no anexo n.º 2. É vedado fazer uma face como avesso da outra.

XI — Para exata e mais fácil disposição das estrêlas e constelações, poder-se-á dividir o círculo azul em quadriculos (como se indica no anexo n.º 2), verificando-se, entre outras localizações, que a Espiga da constelação da Virgem, acima da faixa branca, corresponde à terceira letra de PROGRESSO, que Prócion fica sob a letra O de ORDEM, que a estrêla mais da direita da constelação do Escorpião fica sob a última letra de PROGRESSO, e que as estrêlas Sigma do Oitante, Alfa e Gama do Cruzeiro do Sul e a letra P de PROGRESSO ficam sobre o diâmetro vertical do mesmo círculo.

ANEXO X



Apresenta-nos o gráfico da Bandeira Nacional de acordo com o Decreto N° 4 545 de 31 de julho de 1942, apresentado anteriormente. Fonte: ABRANCHES, 1943.